



3º Exame Nacional da Magistratura

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 18/05/2025, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **3º Exame Nacional da Magistratura**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking do **III ENAM** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/b82279bc-abb4-426e-8956-0f90a7e7ca34>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/3c97522a-78b8-449e-8a28-33349837ed57/>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA –

3º EXAME NACIONAL DA MAGISTRATURA

QUESTÃO 01. Com o objetivo de cumprir uma promessa de campanha, o Deputado Federal João almejava apresentar um projeto de lei ordinária disciplinando uma política pública especificamente direcionada ao lazer da população carente, o que acarretaria despesas para a sua implementação. Por essa razão, solicitou que sua assessoria analisasse a possibilidade de ser apresentada uma proposição desse teor, mais especificamente na perspectiva de sua conformidade constitucional.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o esclarecimento dado pela assessoria.

a) Embora seja possível a apresentação da proposição, ela deve ter a forma de projeto de lei complementar.

b) Não é possível a apresentação da proposição, pois é vedado aos parlamentares a iniciativa de proposições que acarretem o aumento da despesa pública.

c) É possível a apresentação da proposição, pois ela não versa sobre a estrutura da Administração, a atribuição de seus órgãos ou o regime jurídico dos seus servidores.

d) Não é possível a apresentação da proposição, pois importaria em afronta à separação dos poderes, considerando que as políticas públicas são implementadas pelo Poder Executivo.

e) Apesar de a proposição acarretar o aumento da despesa pública, esse não é o referencial constitucional adequado para se avaliar o poder de iniciativa ou o poder de emenda parlamentar, não sendo possível, contudo, a sua apresentação, pois a iniciativa legislativa para tratar sobre o tema é do Chefe do Poder Executivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o processo de criação de leis.

A alternativa A está incorreta. A Constituição só exige lei complementar quando expressamente determina, e “política de lazer” não está entre esses casos. Portanto, o projeto pode ser apresentado como lei ordinária; exigir lei complementar seria cobrar um rito mais rígido sem amparo constitucional.

A alternativa B está incorreta. A vedação do art. 63, I da CF dirige-se apenas às emendas que aumentem despesa em projetos de iniciativa privativa do Presidente.

A alternativa C está correta. O art. 61, §1º, II, “a”, “c” e “e” confere iniciativa reservada ao Presidente apenas nessas matérias. Política pública específica (lazer) não está incluída, logo o parlamentar pode propor lei ordinária ainda que gere despesa.

A alternativa D está incorreta. A separação dos poderes não impede o Legislativo de editar leis que criem políticas públicas, apesar do Executivo continuar responsável por executá-las.

A alternativa E está incorreta. A primeira metade até acerta ao dizer que gerar despesa não é, por si, obstáculo; porém erra ao afirmar reserva de iniciativa do Executivo. Como visto, a Constituição não confere ao Presidente iniciativa exclusiva sobre política pública de lazer, inexistindo impedimento ao deputado.

QUESTÃO 02. Determinada sociedade empresária mantém, em seus quadros de prestadores de serviços, tanto empregados celetistas, quanto, para serviços eventuais, trabalhadores autônomos ou trabalhadores que prestam serviços por intermédio de pessoa jurídica. Certo dia, houve a visita de um Auditor Fiscal do Trabalho que lavrou auto de infração pelo fato de haver constatado que, entre todos os trabalhadores no período, três eram autônomos. Diante disso, a sociedade empresária, que já havia esgotado as esferas administrativas, deseja questionar judicialmente a penalidade administrativa. Assinale a opção que indica de quem será a competência para o julgamento da demanda.

a) Justiça Federal.

b) Justiça do Trabalho.

c) Justiça Comum Estadual.

d) Concorrente, entre a da Justiça Federal e a da Justiça do Trabalho.

e) Concorrente, podendo ser da Justiça Federal e da Justiça Comum Estadual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema competência da Justiça do Trabalho.

No caso de penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho (ou seja, os auditores fiscais do trabalho), o inciso VII do art. 114 da CF indica que compete à Justiça do Trabalho julgar a ação correspondente. Vejamos: “Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: (...) VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;”.

Assim, a alternativa correta é a letra B. Por conseqüente, e tomando por base a mesma explicação acima, as alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 03. Uma Constituição Estadual foi modificada, por iniciativa parlamentar, e passou a dispor que compete, privativamente, ao Tribunal de Justiça eleger seu órgão diretivo por voto de todos os magistrados em atividade, de primeiro e segundo grau, da respectiva jurisdição, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Por sua vez, uma lei que trata da Magistratura, datada de 1979, expressa que os Tribunais elegerão aqueles que ocuparão os cargos de direção. O mandato seria de dois anos, proibida a reeleição.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o pensamento do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) O tema pode ser veiculado por meio de emenda constitucional de iniciativa parlamentar, porque se trata de processo legislativo de aprovação mais rigorosa e com forte *pedigree* democrático.

b) A eleição dos órgãos diretivos é assunto que diz respeito ao Estatuto da Magistratura e, sendo a eleição nacional, a espécie normativa deve ser a lei ordinária editada pelo Congresso Nacional.

c) A amplitude do colégio eleitoral para fins de eleições dos órgãos diretivos está resguardada no princípio democrático e é tema de assento constitucional, devendo ser veiculada por norma constitucional estadual.

d) Compete privativamente aos Tribunais, assim entendidos como órgãos colegiados, a eleição de seus órgãos diretivos, o que exclui a possibilidade de inclusão, por norma constitucional estadual, de Juízes no colégio eleitoral.

e) Por ser oriunda do período ditatorial, a mencionada Lei da Magistratura não foi recepcionada pela Constituição de 1988, havendo um vácuo legislativo sobre a eleição dos órgãos diretivos a permitir o trato do tema na seara constitucional estadual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a competência privativa dos tribunais para eleger seus órgãos diretivos.

A alternativa A está incorreta. A rigidez do procedimento não afasta o vício de usurpação de competência, uma vez que a eleição dos órgãos diretivos integra o Estatuto da Magistratura (art. 93, caput, CF) e é matéria reservada à lei complementar federal aprovada pelo Congresso, não a constituição estadual, seja qual for o quórum.

A alternativa B está incorreta. O enunciado correto até menciona que o tema pertence ao Estatuto da Magistratura, mas erra na espécie normativa, pois a Constituição exige lei complementar federal (CF, art. 93), não lei ordinária.

A alternativa C está incorreta. A tentativa de ampliar o colégio eleitoral para incluir juízes de primeiro e segundo grau, sob o pretexto de assegurar a efetiva democracia no processo de escolha dos dirigentes dos tribunais, foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI 5.303/MT de Relatoria do Ministro Dias Toffoli. O STF entendeu que tal medida violaria o princípio da separação dos poderes, a autonomia dos tribunais e a reserva de lei complementar nacional, conforme previsto nos artigos 2º, 96, I, "a", e 99 da Constituição Federal.

A alternativa D está correta. A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 96, inciso I, alínea "a", estabelece que compete privativamente aos tribunais eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos. Isso significa que a eleição dos órgãos diretivos dos tribunais é uma competência exclusiva dos próprios

tribunais, sem interferência externa, como a inclusão de juízes de primeiro grau no colégio eleitoral por meio de normas estaduais.

A alternativa E está incorreta. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN), especificamente a Lei Complementar nº 35/1979, foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988. Não há vácuo normativo, e, portanto, estados não podem suprir a matéria com normas próprias.

QUESTÃO 04. A luz da atual jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre o tema prisão, avalie as assertivas a seguir.

I. Consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em razão da Lei nº 13.964/2019, não é mais possível ao Juiz, de ofício, decretar ou converter a prisão em flagrante em prisão preventiva.

II. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é incompatível com a Constituição Federal - por ofensa ao princípio da isonomia (Art. 3º, inciso IV; e Art. 5º, caput, da CRFB/88) - a previsão contida no inciso VII do Art. 295 do CPP que concede o direito à prisão especial, até decisão penal definitiva, a pessoas com diploma de ensino superior.

III. O Supremo Tribunal Federal atribuiu interpretação conforme a Constituição Federal, ao §1º do Art. 3º-B do CPP, incluído - pela Lei nº 13.964/2019, para estabelecer que o preso em flagrante ou por força de mandado de prisão provisória será sempre encaminhado à presença do Juiz das Garantias, no prazo de 72 horas.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) I e II, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre prisões.

O item I está correto. A Lei nº 13.964/2019, conhecida como "Pacote Anticrime", introduziu a necessidade de um pedido ou representação para que o juiz possa converter a prisão em flagrante em prisão preventiva, eliminando a possibilidade de decisão de ofício, nos termos do § 2º do art. 282;

O item II está correto. No julgamento da ADPF 334/DF, o Ministro Alexandre de Moraes, considerou incompatível com a Constituição Federal, por ofensa ao princípio da isonomia (arts. 3º, IV; e 5º, caput, CF/88),

a previsão contida no inciso VII do art. 295 do CPP que concede o direito a prisão especial, até decisão penal definitiva, a pessoas com diploma de ensino superior;

O item III está incorreto. O STF, nas ADIs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, suspendeu a eficácia dos dispositivos que instituíram o Juiz das Garantias (incluindo o § 1º do art. 3º-B do CPP), tornando inaplicável a regra de apresentação obrigatória ao Juiz das Garantias em 72 horas.

QUESTÃO 05. A intervenção federal, o estado de defesa e o estado de sítio são institutos previstos na Constituição Federal. Pode-se dizer que esses três institutos têm em comum a característica da excepcionalidade, ou seja, são exercidos apenas em hipóteses excepcionais, taxativamente previstas no texto constitucional.

Considerando essa temática, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A União poderá intervir nos Estados ou no Distrito Federal para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação. Nessa hipótese de intervenção, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário, a decretação da intervenção dependerá de solicitação do Supremo Tribunal Federal.

() O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de: (a) comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa; (b) declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira. O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta.

() Compete privativamente ao Presidente da República decretar o estado de defesa. Uma vez decretado o estado de defesa, o Presidente da República, dentro de determinado prazo estabelecido na Constituição, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta. Se o Congresso Nacional rejeitar o decreto presidencial, cessa imediatamente o estado de defesa.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F-V-V

b) V-V-F

c) V -F-F

d) F-F-F

e) V-F-V

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o tema da intervenção, estado de sítio e estado de defesa.

O item I está incorreto. A primeira parte do enunciado, conforme o inciso IV do art. 34 da CF, no entanto, quando a coação for exercida contra o Poder Judiciário, a decretação da intervenção federal dependerá de requisição do Supremo Tribunal Federal (STF).

O item II está correto. Trata de redação literal do art. 137 da Constituição Federal.

O item III está correto. Trata do procedimento previsto na Constituição Federal sobre o estado de defesa, conforme o art. 136 da Constituição Federal.

QUESTÃO 06. O sindicato das empresas do ramo de siderurgia de determinado município de São Paulo e o sindicato dos trabalhadores na indústria de siderurgia do mesmo município entablaram uma convenção coletiva, que dispunha sobre vários direitos trabalhistas dos empregados, alegando a prevalência do negociado sobre o legislado. Em relação aos direitos assegurados aos empregados, sob o aspecto da validade das cláusulas da norma coletiva em comento, observados os termos da Constituição da República, assinale a afirmativa correta.

a) Considerando a previsão da licença maternidade, fica suprimido o direito à licença-paternidade.

b) Considerando a estipulação de estabilidade normativa decenal, fica acordada a redução da estabilidade gestante para 120 dias, a fim de equivaler com a licença-maternidade.

c) Considerando o teor da Convenção 118 da OIT, em matéria de Previdência Social, deve ser dado tratamento igualitário entre nacionais e não nacionais.

d) Considerando a existência de programa permanente de transferência de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade social, fica suprimido o direito ao seguro-desemprego em caso de desemprego involuntário.

e) Considerando que o Brasil não aderiu à Convenção 19 da OIT acerca da igualdade de tratamento entre trabalhadores nacionais e estrangeiros em matéria de indenização por acidente de trabalho, o tratamento poderá ser distinto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema negociação coletiva.

Sobre o tema, o STF fixou o Tema 1046 de repercussão geral, segundo o qual é necessário que os acordos e convenções coletivas respeitem os direitos absolutamente indisponíveis dos trabalhadores. Vejamos: "São constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis". Portanto:

A alternativa A está incorreta. O direito à licença paternidade é um direito absolutamente indisponível, previsto no art. 7º, XIX, da CF: “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;”.

A alternativa B está incorreta. O direito à estabilidade provisória da gestante se estende até 5 meses após o parto, não sendo possível reduzir tal período, por se tratar de direito absoluto previsto no art. 10, II, “b”, do ADCT. A seguir: “Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição: (...) II - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa: (...) b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.”.

A alternativa C está correta. De fato, a Convenção 118 da OIT dispõe sobre o tratamento igualitário entre nacionais e não nacionais em matéria previdenciária, e foi ratificado pelo Brasil no Decreto 10.088/2019. Vejamos texto dos seus artigos 1º e 2º, XXXII: “Art. 1º Este Decreto consolida, na forma de seus anexos, os atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil e em vigor, em observância ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017. Art. 2º As convenções e recomendações da OIT, aprovadas pelo Congresso Nacional, promulgadas por ato do Poder Executivo federal e consolidadas por este Decreto estão reproduzidas integralmente nos Anexos, em ordem cronológica de promulgação, da seguinte forma: (...) XXXII - Anexo XXXII - Convenção nº 118 da OIT sobre Igualdade de Tratamento dos Nacionais e Não Nacionais em matéria de Previdência Social (adotada pela Conferência da Organização Internacional do Trabalho, em sua quadragésima sexta sessão, em 30 de junho de 1962; aprovada pelo Decreto Legislativo nº 31, de 20 de agosto de 1968; entrada em vigor, para o Brasil, de conformidade com seu artigo 15, parágrafo 3º, em 24 de março de 1970, doze meses após o registro da ratificação brasileira na Repartição Internacional do Trabalho, realizado em 24 de março de 1969; e promulgada em 27 de abril de 1970);”.

A alternativa D está incorreta. O direito ao seguro-desemprego em caso de desemprego involuntário é um direito absoluto, trazido pelo art. 7º, II, da CF: “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;”.

A alternativa E está incorreta. O Brasil ratificou, sim, a Convenção 19 da OIT. De acordo com artigo 2º, XII, do Decreto 10.088/2019: “Art. 2º As convenções e recomendações da OIT, aprovadas pelo Congresso Nacional, promulgadas por ato do Poder Executivo federal e consolidadas por este Decreto estão reproduzidas integralmente nos Anexos, em ordem cronológica de promulgação, da seguinte forma: (...) XII - Anexo XII - Convenção nº 19 da OIT concernente à Igualdade de Tratamento dos Trabalhadores Estrangeiros e Nacionais em Matéria de Indenização por Acidentes no Trabalho (adotada pela Conferência em sua Sétima Sessão, Genebra, 5 de junho de 1925, com as modificações da Convenção de Revisão dos artigos finais, de 1946; aprovada pelo Decreto Legislativo nº 24, de 29 de maio de 1956; e promulgada em 25 de junho de 1957);”.

QUESTÃO 07. Em uma sociedade empresária de grande porte ocorrem as seguintes situações: Pedro, que tem 13 anos de idade, e Silvia, que tem 17 anos de idade, trabalham como aprendizes; Regina, que tem 20 anos de idade, e Júlio, que tem 17 anos de idade, trabalham na escala 12 x 36h, no horário das 19 às 7 horas, com pausa alimentar de uma hora; Isadora e Roberto, com 20 e 25 anos de idade, respectivamente,

trabalham manipulando produtos químicos altamente inflamáveis, recebendo os equipamentos de proteção individual correspondentes. Considerando esse panorama, à luz da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

a) Os contratos de Pedro e Silvia são ilícitos.

b) Os contratos de Pedro e Júlio são proibidos.

c) O contrato de Pedro é ilícito e o de Isadora, proibido.

d) Os contratos de Isadora, Roberto e Silvia são proibidos.

e) Todos os contratos são válidos porque seguiram a modelagem de regência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata dos temas trabalho ilícito e trabalho proibido, bem como trabalho do menor.

O trabalho ilícito é aquele cujo objeto é ilícito, ou seja, a atividade realizada é proibida por lei e contrária à ordem pública. Citamos, como exemplo, o “jogo do bicho” e o tráfico de drogas. Já o trabalho proibido é aquele cuja atividade é lícita, porém a lei, para salvaguardar o trabalhador ou o interesse público, proíbe seu exercício por certas pessoas ou em certas circunstâncias. Citamos, como exemplo, o trabalho prestado por menor de 14 anos, e o trabalho noturno, insalubre ou perigoso prestado pelo menor de 18 anos; ambos, proibidos pelo art. 7º, XXXIII, da CF. Vejamos: “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;”. Dito isso, analisemos os casos concretos propostos: No caso de Pedro, que tem 13 anos e trabalha como aprendiz, o trabalho é proibido, pois todo e qualquer trabalho é proibido ao menor de 14 anos, ainda que na condição de aprendiz, conforme art. 7º, XXXIII, da CF. No caso de Sílvia, que tem 17 anos e trabalha como aprendiz, o trabalho é permitido, pois conta com mais de 14 anos. No caso de Regina, que tem 20 anos de idade e trabalha no período noturno, o trabalho é permitido, pois conta com mais de 18 anos. No caso de Júlio, que tem 17 anos de idade e trabalha no período noturno, o trabalho é proibido, pois conforme art. 7º, XXXIII, da CF, é proibido o trabalho noturno para menores de 18 anos. No caso de Isadora, de 20 anos de idade, e Roberto, de 25 anos de idade, ambos trabalhando com a manipulação de produtos químicos altamente inflamáveis, o trabalho é permitido, pois ambos são maiores de 18 anos, podendo exercer atividades classificadas como perigosas. Assim, a alternativa correta é a letra B. Apenas os contratos de Pedro e Júlio são proibidos. As alternativas A, C, D e E ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 08. Duas mulheres vivem em união estável e tiveram uma filha. A mãe gestante é médica e trabalha em um hospital privado, enquanto a mãe não gestante é psicóloga e trabalha em uma organização não governamental. A mãe gestante gozou de licença-maternidade e agora, após o retorno ao trabalho, desfruta da estabilidade de gestante. Em relação à mãe não gestante, assinale a afirmativa correta.

a) Ela teria direito à licença-maternidade se a mãe gestante não tivesse gozado do benefício. Na hipótese, a mãe não gestante tem direito à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade.

b) Ela não faz jus a qualquer licença ou período de ausência justificada ao trabalho.

c) Ela tem o mesmo direito da mãe gestante, durante o mesmo período.

d) Ela apenas poderá gozar da licença-maternidade após o término da licença-maternidade da mãe gestante.

e) Ela teria direito à licença-maternidade se a mãe gestante não tivesse gozado do benefício. Na hipótese, a mãe não gestante tem direito à licença pelo período equivalente ao da adoção de criança menor de 18 anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema proteção ao trabalho da mulher, mais especificamente sobre a licença maternidade.

Sobre a licença maternidade nos casos de uniões homoafetivas, o Tema 1072 de repercussão geral do STF fixou o seguinte: “A mãe servidora ou trabalhadora não gestante em união homoafetiva tem direito ao gozo de licença-maternidade. Caso a companheira tenha utilizado o benefício, fará jus à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade.” Dessa forma, no caso narrado pelo enunciado, como a mãe gestante gozou da licença maternidade, a mãe não gestante tem direito à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade. Mas, caso a mãe gestante não tivesse usufruído do benefício, poderia a mãe não gestante exercer a licença maternidade. Portanto, a alternativa correta é a letra A. As alternativas B, C, D e E ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 09. Ao proferir sentença em determinada relação processual, que opunha particular e certo ente federativo, o Magistrado observou que a interpretação do texto constitucional exigia a identificação dos significados passíveis de serem atribuídos ao significante Interpretado e, após a resolução das conflitualidades intrínsecas que se manifestam no curso da interpretação, a escolha do significado deve preponderar.

Em se tratando de norma constitucional individualizadora de direito fundamental, ainda é preciso proceder à sua concordância prática com outras normas constitucionais que assegurem direitos da mesma natureza.

A partir das premissas que direcionaram a argumentação do Magistrado, é correto afirmar que ele

a) afasta a existência de um conteúdo essencial do direito fundamental.

b) entende que a posição definitiva do direito fundamental não carece da incidência da restrição para o seu surgimento.

c) reconhece a existência de limites iminentes para os direitos fundamentais.

d) é adepto da tópica pura na resolução dos problemas concretos submetidos ao julgamento.

e) entende que os direitos fundamentais apresentam conteúdos *prima facie*.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a interpretação do texto constitucional.

A alternativa A está incorreta. O juiz reconhece limites e compatibilização, o que não significa afastar o conteúdo essencial.

A alternativa B está incorreta. O juiz fala em compatibilização, ou seja, considera restrições e limites inerentes.

A alternativa C está incorreta. Está incorreta ao considerar que o Magistrado reconhece limites fixos e inerentes aos direitos fundamentais, quando, na verdade, ele reconhece a necessidade de ponderação e harmonização prática entre direitos, o que significa limites que surgem no processo interpretativo e na aplicação concreta, não limites iminentes.

A alternativa D está incorreta. A tópica pura remete a uma interpretação estritamente textual, enquanto o juiz trata da harmonização e ponderação.

A alternativa E está correta. O Magistrado reconhece que os direitos fundamentais devem ser interpretados em harmonia com outras normas constitucionais que protegem direitos similares. Isso demonstra que tais direitos não são absolutos, exigindo uma interpretação que concilie e equilibre os direitos e princípios envolvidos, garantindo sua efetividade e coexistência no ordenamento jurídico. Dessa forma, os direitos fundamentais apresentam conteúdos *prima facie*, passíveis de ajustes para assegurar uma aplicação justa e equilibrada diante de conflitos normativos.

QUESTÃO 10. O Estado Alfa instituiu, por meio de uma norma estadual, um programa de fomento industrial no qual o ICMS era inicialmente arrecadado em sua integralidade. Contudo, após o ingresso da receita do imposto, parcela da receita objeto do programa de fomento era retida em proveito de um fundo, para ser posteriormente devolvida às empresas a título de incentivo financeiro fiscal. Essa sistemática resultou na diminuição do valor repassado aos Municípios a título de cota-parte do ICMS. Diante da expressiva redução de repasses, a Associação de Municípios do Estado Alfa ajuizou ação direta de inconstitucionalidade, alegando que a retenção promovida pelo Estado viola o sistema constitucional de repartição de receitas. O Estado Alfa, por sua vez, sustenta a legalidade da medida como decorrência de sua competência tributária. Diante da controvérsia apresentada, assinale a afirmativa correta.

a) O Estado possui competência plena para dispor sobre a arrecadação do ICMS, inclusive mediante concessão de benefícios fiscais, ainda que tal medida reduza as transferências constitucionais aos Municípios.

b) A retenção parcial da cota-parte do ICMS efetivamente arrecadado, a pretexto de incentivo fiscal estadual, é inconstitucional, pois fere o sistema de repartição de receitas estabelecido na Constituição.

c) Os incentivos fiscais concedidos com base em programa estadual podem justificar a retenção da cota-parte municipal do ICMS, desde que haja comunicação prévia aos órgãos de controle.

d) A Constituição exige a anuência dos Municípios como condição de validade para a concessão de qualquer benefício fiscal de ICMS que afete sua receita.

e) A Constituição autoriza os Estados a disciplinarem a destinação das receitas do ICMS, inclusive mediante a imposição de condicionantes aos Municípios, desde que previstas em norma estadual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema repartição de receitas tributárias.

De acordo com art. 158, IV, “a”, da CF, caberá ao Município 25% do produto da arrecadação do ICMS, vejamos: “Art. 158. Pertencem aos Municípios: (...) IV - 25% (vinte e cinco por cento): a) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;”. Nesse sentido, o STF fixou o Tema 42 de repercussão geral, para definir o seguinte: “A retenção da parcela do ICMS constitucionalmente devida aos Municípios, a pretexto de concessão de incentivos fiscais, configura indevida interferência do Estado no sistema constitucional de repartição de receitas tributárias.” Portanto, a alternativa correta é a letra B, que traz exatamente o teor do Tema 42 de repercussão geral. Analisemos as inconsistências das demais alternativas.

A alternativa A está incorreta. Embora os Estados possuam competência para legislar sobre o ICMS e instituir benefícios fiscais, essa prerrogativa não é absoluta e não pode afetar a parcela constitucionalmente devida aos Municípios. Conforme o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 42 da repercussão geral, a retenção da cota-parte do ICMS pertencente aos Municípios, mesmo sob o fundamento de incentivo fiscal, constitui violação ao sistema de repartição de receitas previsto na Constituição Federal. Portanto, a concessão de benefícios que comprometa o repasse municipal é inconstitucional.

A alternativa C está incorreta. A simples comunicação aos órgãos de controle não legitima a retenção da cota-parte municipal do ICMS. A inconstitucionalidade apontada pelo STF no Tema 42 é de natureza material, ou seja, decorre da própria interferência do Estado sobre um valor que constitucionalmente pertence aos Municípios. Portanto, ainda que haja transparência ou informação prévia, a prática permanece inconstitucional por violar o pacto federativo e a repartição obrigatória de receitas.

A alternativa D está incorreta. A Constituição Federal não exige a anuência dos Municípios para a concessão de benefícios fiscais relacionados ao ICMS. Contudo, o que se impõe é a intangibilidade da parcela do tributo destinada aos entes municipais. Assim, ainda que os Municípios não tenham poder de veto sobre os incentivos, o Estado não pode implementar políticas fiscais que afetem negativamente os repasses obrigatórios, sob pena de infringir a repartição constitucional de receitas, como definido pelo STF no Tema 42.

A alternativa E está incorreta. A existência de lei estadual não autoriza o Estado a disciplinar a destinação da cota-parte do ICMS pertencente aos Municípios, tampouco a impor condições para seu repasse. A Constituição garante aos Municípios o direito à participação direta na arrecadação do ICMS, e qualquer tentativa do Estado de controlar ou restringir esse repasse configura afronta ao pacto federativo e à autonomia municipal. O STF já consolidou esse entendimento no Tema 42 da repercussão geral.

QUESTÃO 11. João, servidor público, vinha sendo investigado pelo Ministério Público por integrar uma organização criminosa dedicada à prática do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. A partir da atuação de agentes infiltrados, como previsto pela legislação que dispõe sobre regras específicas para a investigação dessa espécie de ilícito, devidamente autorizada pelo Poder Judiciário em decisão motivada, constatou-se que João utilizava-se da estrutura de sua repartição para a prática dos ilícitos, o que configuraria infração disciplinar.

Em relação à utilização da referida prova no processo administrativo disciplinar, assinale a afirmativa correta.

a) A independência entre as instâncias obsta a utilização da prova.

b) Somente é possível a utilização da prova caso tenha sido regularmente produzida na investigação penal.

c) Como a atuação de agentes infiltrados não é autorizada para a apuração de infrações disciplinares, não é possível a utilização da prova.

d) Somente é possível a utilização da prova caso a decisão judicial que a autorizou tenha disposto, previamente, sobre a sua utilização em outras instâncias de responsabilização.

e) Apesar de o princípio do devido processo legal vedar a utilização, no processo administrativo, de prova produzida na Investigação penal, é possível o seu aproveitamento com base em um critério de proporcionalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre prova emprestada.

A alternativa A está incorreta. A independência de instâncias significa que cada esfera (penal, civil, administrativa) decide autonomamente sobre responsabilidade, mas não impede o compartilhamento de provas lícitas. A Súmula 591 do STJ admite prova emprestada desde que observados contraditório e ampla defesa;

A alternativa B está correta. A licitude de origem (produção conforme a lei, com autorização judicial e motivação) é requisito para que a prova penal seja aproveitada no PAD. Depois, o processo administrativo deve garantir ao acusado o direito de impugnar o conteúdo (contraditório e ampla defesa);

A alternativa C está incorreta. De fato, a Lei 11.343/2006 (art. 53) permite a infiltração apenas na esfera penal, mas isso não impede o empréstimo da prova a outros procedimentos. O que importa é que a prova tenha sido produzida de forma legítima na investigação criminal;

A alternativa D está incorreta. A lei não exige que o magistrado antecipe a autorização de uso em PAD. Uma vez lícita, a prova pode ser compartilhada mediante requisição à autoridade judicial, observada a proteção às informações sigilosas;

A alternativa E está incorreta. O devido processo legal não veda o uso da prova penal no PAD; ao contrário, admite-se a transferência, desde que observados contraditório, ampla defesa e licitude da prova. Não é questão de exceção proporcional, mas regra consolidada pela jurisprudência.

QUESTÃO 12. A União, por seu órgão competente, decidiu realizar o lançamento tributário do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, em relação aos valores pagos pelo Município Alfa à sociedade empresária Sigma, contratada após regular processo licitatório para recuperar o mobiliário das secretarias desse ente federativo; e à pessoa física X, contratada com dispensa de licitação, para restaurar o douramento de alguns móveis do século XIX. Instados a se manifestar, Alfa, Sigma e X esclareceram que os valores correspondentes ao imposto sobre a renda retido na fonte foram efetivamente descontados, mas não foram repassados à União. À luz da sistemática constitucional, em relação aos valores descontados, assinale a afirmativa correta.

a) Pertencem a Alfa, tendo sido correta a sua retenção, com a ausência de repasse à União.

b) Pertencem à União, titular da competência tributária, que pode repassá-los a Alfa por meio de transferência voluntária.

c) Devem ser direcionados ao Fundo de Participação dos Municípios, de modo que haja a distribuição equitativa dos valores dessa natureza.

d) Devem ser restituídos por Alfa a Sigma e a X, considerando que somente a União pode realizar o lançamento tributário de imposto de sua competência.

e) Somente pertencem a Alfa os valores incidentes sobre os pagamentos realizados a X, não aqueles decorrentes dos pagamentos direcionados a Sigma.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema repartição de receitas tributárias.

A alternativa A está correta. Os valores do imposto de renda retido na fonte (IRRF), incidentes sobre os pagamentos feitos pelo Município Alfa à empresa Sigma e à pessoa física X, pertencem ao próprio Município, nos termos do art. 158, I da Constituição Federal. A seguir: “Art. 158. Pertencem aos Municípios: (...) I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;” Esse entendimento foi confirmado pelo STF no Tema 1130 da repercussão geral,

que reconhece o direito dos entes federativos de reter para si o produto da arrecadação do IRRF quando atuam como fonte pagadora. Vejamos: “Pertence ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal.” Logo, a retenção foi correta, e não há obrigação de repasse à União.

A alternativa B está incorreta. Ainda que a competência para instituir o imposto sobre a renda seja da União, o produto da arrecadação do IRRF, quando incidente sobre rendimentos pagos pelos Municípios, pertence ao próprio ente pagador. A ideia de que esses valores pertencem à União e poderiam ser objeto de transferência voluntária fere a repartição de receitas prevista no art. 158, I da CF e contraria a jurisprudência pacificada do STF, acima já transcrita.

A alternativa C está incorreta. Os valores não devem ser direcionados ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A sistemática constitucional prevê que o produto da arrecadação do IRRF, quando retido na fonte por Municípios sobre pagamentos que eles próprios realizam, é receita própria do ente, e não receita da União a ser redistribuída via FPM. Esse entendimento também está consolidado na jurisprudência do STF.

A alternativa D está incorreta. Não há que se falar em restituição dos valores a Sigma e a X, uma vez que a retenção do imposto foi legítima. A competência da União para instituir o imposto não exclui o direito do Município de se apropriar do produto da arrecadação do IRRF quando ele próprio for a fonte pagadora, nos termos do art. 158, I da CF. A arrecadação não é irregular, e tampouco depende de lançamento pela União nesse caso.

A alternativa E está incorreta. A jurisprudência do STF (Tema 1130, acima já transcrito) reconhece que mesmo os pagamentos realizados a pessoas jurídicas contratadas para prestação de serviços estão abrangidos pelo art. 158, I da CF. Portanto, os valores incidentes tanto sobre os pagamentos feitos a X (pessoa física) quanto à Sigma (pessoa jurídica) pertencem a Alfa. A alternativa incorre em erro ao fazer distinção indevida.

QUESTÃO 13. Após ampla mobilização da sociedade civil organizada, o Estado Alfa editou a Lei nº X, dispondo sobre os requisitos a serem observados para fins de licenciamento ambiental pelas sociedades empresárias que explorem a atividade econômica de telefonia, ao instalarem redes de transmissão do respectivo sistema no território estadual. A sistemática legal foi influenciada pelo impacto paisagístico ocasionado pelas referidas redes.

A sociedade empresária Sigma descumpriu as regras estabelecidas e foi autuada, recebendo a penalidade de multa. Irresignada com a punição, impetrou mandado de segurança contra o ato da autoridade e requereu que fosse reconhecida, incidentalmente, a inconstitucionalidade do referido diploma normativo.

A respeito da alegada inconstitucionalidade da Lei nº X, assinale a afirmativa correta.

a) O diploma normativo deve ser considerado constitucional, desde que as exigências impostas às sociedades empresárias do setor, na perspectiva dos custos, sejam proporcionais à arrecadação.

b) A matéria é de competência legislativa privativa da União, insuscetível, portanto, de delegação, logo o diploma normativo é inconstitucional.

c) Em razão da natureza da atividade econômica alcançada pelo diploma normativo, foi invadida a competência legislativa privativa da União.

d) O impacto paisagístico gerado pelas redes consubstancia típico interesse local, o que atrai a competência dos municípios para legislar sobre a matéria, logo o diploma normativo é inconstitucional.

e) O Estado tem competência legislativa concorrente com a União para legislar sobre a proteção do meio ambiente, logo o diploma normativo é constitucional, caso tenham sido observadas as normas gerais vigentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre competências constitucionais.

A alternativa A está incorreta. O vício apontado pelo STF é de competência (art. 22, IV), não de razoabilidade econômica. Isso porque, mesmo os custos sendo proporcionais, há invasão da competência privativa da União.

A alternativa B está incorreta. A alternativa afirma que a matéria é de competência privativa da União “insuscetível de delegação”, no entanto, o parágrafo único do art. 22 da Constituição prevê que matérias de competência legislativa privativa da União podem, sim, ser delegadas aos Estados mediante lei complementar federal. Assim, embora a regulação de telecomunicações (art. 22, IV) pertença à União, ela não é absolutamente indelegável; a União poderia autorizar os Estados a legislar sobre aspectos específicos por meio de lei complementar.

A alternativa C está correta. Descreve exatamente o vício apontado pelo STF na ADI 7.321/AL: “Em razão da natureza da atividade econômica alcançada pelo diploma normativo, foi invadida a competência legislativa privativa da União.” Isto é, a lei estadual invadiu a competência privativa da União ao legislar sobre telecomunicações, matéria exclusiva da União segundo a Constituição. Apesar do argumento ambiental, a norma criou obrigações que interferem na regulação federal, tornando-se inconstitucional.

A alternativa D está incorreta. O STF entendeu que, apesar do rótulo ambiental ou paisagístico, a norma incide sobre infraestrutura de telecomunicações, setor de competência federal, não municipal.

A alternativa E está incorreta. Embora meio ambiente seja matéria concorrente (art. 24, VI), não se pode usar essa cláusula para criar requisitos novos sobre telecomunicações. O STF considerou justamente que o estado usou “proteção ambiental” como pretexto para invadir competência exclusiva da União.

QUESTÃO 14. O Município Delta e a Organização Internacional Sigma celebraram um ajuste, caracterizado pela convergência de interesses, no qual o primeiro deveria promover a destinação de mobiliário e equipamentos de informática, fornecidos pela segunda, a projetos sociais.

Em razão de divergências na interpretação do ajuste, a questão foi judicializada, com o ajuizamento de uma ação de procedimento comum em face de Delta, por Sigma. O Juízo com competência originária para processar e julgar a causa julgou improcedente o pedido, exaurindo a respectiva instância, em decisão que Sigma considerou ser manifestamente contrária à Constituição da República.

Sobre a decisão, à luz da sistemática vigente, assinale a afirmativa correta.

- a) É irrecorrível
- b) Pode ser objeto de recurso de fundamentação livre, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) Pode ser objeto de recurso de fundamentação livre, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- d) Pode ser objeto de recurso de fundamentação livre, a ser julgado pelo Tribunal Regional Federal correlato.
- e) Pode ser objeto de recurso de fundamentação vinculada, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o tema recursos.

Nos termos do art. 105, inciso II e alínea “c”, é competência do STJ processar e julgar, em sede de recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País. Nessa situação, o recurso em questão possui fundamentação livre, ou seja, não precisa ficar adstrito a alegações específicas (como violação direta à Constituição ou ofensa à lei federal). Em recurso ordinário previsto no art. 105, II, “c”, o recorrente pode sustentar qualquer fundamento de fato ou de direito que demonstra a impropriedade da sentença, por isso dizemos que a fundamentação é livre.

QUESTÃO 15. A norma Y da União permitiu o acesso, por autoridades policiais e pelo Ministério Público, a dados cadastrais, referentes à qualificação pessoal, à filiação e ao endereço de pessoas investigadas, independentemente de autorização judicial.

Sobre a referida norma, considerando a ordem constitucional brasileira e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- a) É constitucional apenas no que tange ao Ministério Público, na qualidade de titular da ação penal pública, pois é competência privativa da União legislar sobre processo penal.
- b) É inconstitucional, somente o Ministério Público poderia ter acesso aos dados, uma vez que é o titular da ação penal pública e tem o poder de requisição expresso na Constituição.
- c) É inconstitucional, pois o acesso a esses dados pela Polícia e pelo Ministério Público, sem autorização judicial, viola os direitos à privacidade e à proteção de dados pessoais.

d) É constitucional, pois o acesso a esses dados pela Polícia e pelo Ministério Público não viola os direitos à privacidade e à proteção de dados pessoais.

e) É constitucional, pois a Constituição protege o sigilo da comunicação telefônica, exigindo autorização judicial para a sua quebra, e não o sigilo de dados pessoais, que podem ser compartilhados sem autorização, inclusive, entre empresas distintas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a tese de constitucionalidade para o acesso extrajudicial a dados meramente cadastrais.

A alternativa A está incorreta. O STF considerou constitucional o acesso tanto pelo Ministério Público quanto pela autoridade policial. A discussão não gira em torno da competência legislativa, mas da licitude do acesso direto. A norma vale para ambos os órgãos.

A alternativa B está incorreta. A decisão da ADI 4.906/DF não restringe a prerrogativa ao MP. A polícia, enquanto órgão de investigação criminal, também pode requisitar esses dados sem ordem judicial, desde que sejam apenas qualificação, filiação e endereço.

A alternativa C está incorreta. O STF entendeu que esses dados cadastrais não integram o “núcleo duro” da intimidade. O acesso proporcional e delimitado não viola os arts. 5º X e XII da Constituição nem a tutela de dados pessoais; por isso a norma foi declarada constitucional.

A alternativa D está correta. O entendimento do STF é que esses dados cadastrais são informações objetivas e essenciais para o funcionamento da sociedade, e não estão cobertos pelo sigilo, pois não interferem diretamente no desenvolvimento da personalidade. A decisão do STF foi fundamentada na ideia de que impedir o acesso a essas informações dificultaria investigações criminais. Portanto, a opção correta é a letra "d": é constitucional, pois o acesso a esses dados pela Polícia e pelo Ministério Público não viola os direitos à privacidade e à proteção de dados pessoais.

A alternativa E está incorreta. A Constituição protege, sim, dados pessoais (art. 5º X e XII). A validade da norma decorre da natureza limitada dos dados e da proporcionalidade do acesso, não de uma suposta “falta de proteção” constitucional.

QUESTÃO 16. Sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa incorreta.

a) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental não é um meio processual apto a desconstituir decisões judiciais transitadas em julgado.

b) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental é a via adequada para se obter a interpretação, a revisão ou o cancelamento de Súmula Vinculante.

c) Para justificar o conhecimento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, a violação ao preceito fundamental deve ser efetiva, e não meramente hipotética.

d) Cabe Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental para examinar a inconstitucionalidade da conduta, comissiva e omissiva, que impede a produção dos efeitos de norma legitimamente aprovada pelo Congresso Nacional.

e) É cabível a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental quando houver uma violação generalizada dos direitos humanos, uma omissão estrutural dos três Poderes e uma necessidade de solução complexa que exija a participação de todos os Poderes.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata sobre ADPF.

A alternativa A está correta. O Supremo Tribunal Federal possui jurisprudência pacífica de que ADPF não é instrumento apto a desconstituir coisa julgada. Foi o que decidiu, por exemplo, no agravo regimental na ADPF 134/CE, relatada pelo Ministro RICARDO LEWANDOWSKI.

A alternativa B está incorreta. A arguição de descumprimento de preceito fundamental não é a via adequada para se obter a interpretação, a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante, nos termos da ADPF 80-Agr.

A alternativa C está correta. Entendimento extraído da ADPF 1-QO, rel. min. Néri da Silveira, julgamento em 3-2-2000, DJ de 7-11-2003.

A alternativa D está correta. Cabe Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) para examinar a inconstitucionalidade de condutas, tanto comissivas (ações) quanto omissivas (faltas), que impedem a produção dos efeitos de norma legitimamente aprovada pelo Congresso Nacional. Essa é uma das funções da ADPF, que tem como objetivo proteger preceitos fundamentais da Constituição, especialmente quando há atos ou omissões que violam normas constitucionais e comprometem a eficácia de leis e direitos.

A alternativa E está correta. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é cabível quando há violação generalizada de direitos humanos, omissão estrutural dos três Poderes e necessidade de solução complexa que exija a atuação conjunta dos mesmos, conforme ADPF 635 RJ.

QUESTÃO 17. A organização administrativa do Estado é tema afeto à distribuição de competências entre seus órgãos e entidades. Essa distribuição pode ser instrumentalizada por técnicas que estabelecem diferentes tipos de relações entre eles. A partir dessas noções, relacione os conceitos jurídicos listados a seguir aos respectivos exemplos práticos.

1. Descentralização

2. Desconcentração

3. Vinculação (controle ou tutela)

4. Subordinação (hierarquia)

() O Governador do Estado X decide exonerar o Presidente de uma autarquia pelo descumprimento das metas de desempenho acordadas para o período avaliativo encerrado.

() Um Ministério Z, visando à melhor organização interna, institui, sem aumento de despesa, uma coordenadoria para o planejamento operacional de contratações públicas, subordinada à Diretoria de Administração e Finanças.

() A Presidente do Detran do Estado X determina que a Diretoria de Sistemas de Tecnologia da Informação realize uma auditoria nas bases de dados da autarquia após a ocorrência de um incidente de segurança com dados pessoais.

() O Município X institui uma autarquia para atuar no ordenamento urbano, na fiscalização das posturas municipais, bem como na proteção de bens, de serviços e das instalações municipais.

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

a) 3-2-4-1.

b) 2-4-3-1.

c) 3-2-1-4.

d) 4-3-2-1.

e) 3-4-2-1.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão exige o conhecimento doutrinário acerca da organização administrativa.

Na desconcentração as atribuições são repartidas entre órgãos públicos pertencentes a uma única pessoa jurídica. Na descentralização, a administração pública atua através da criação de entidades que possuem personalidade jurídica própria, deslocando a competência de atuação para uma nova pessoa, em um vínculo desprovido de hierarquia e subordinação. A subordinação decorre da hierarquia existente no interior dos órgãos e das entidades administrativas, pois há hierarquia em toda e qualquer desconcentração administrativa, entre órgãos da Administração Direta e no interior de determinada entidade da Administração Indireta. Por outro lado, a vinculação se dá entre entidades da Administração Indireta e os respectivos entes federado, ou seja, entre pessoas jurídicas distintas, em razão da autonomia dessas entidades. Entre esses entes não existe hierarquia, mas apenas vinculação. Há uma relação de vinculação quando o Governador do Estado X decide exonerar o Presidente de uma autarquia pelo descumprimento das metas de desempenho acordadas para o período avaliativo encerrado. Há desconcentração quando o Ministério Z, visando à melhor organização interna, institui, sem aumento de despesa, uma coordenadoria

para o planejamento operacional de contratações públicas, subordinada à Diretoria de Administração e Finanças. Há uma relação de subordinação quando a Presidente do Detran do Estado X determina que a Diretoria de Sistemas de Tecnologia da Informação realize uma auditoria nas bases de dados da autarquia após a ocorrência de um incidente de segurança com dados pessoais. E há descentralização quando o Município X institui uma autarquia para atuar no ordenamento urbano, na fiscalização das posturas municipais, bem como na proteção de bens, de serviços e das instalações municipais. Portanto, correta a alternativa A.

QUESTÃO 18. O Prefeito do Município Alfa declarou a utilidade pública, por meio de decreto, de uma extensa área localizada na municipalidade, visando à construção de um estádio. Irresignado com a situação posta e com o objetivo de valorizar o seu imóvel, João da Silva realizou diversas benfeitorias úteis na localidade, sem comunicar os fatos ao Poder Público.

Sem qualquer possibilidade de efetivação da desapropriação por meio de acordo, o particular tem a pretensão de discutir, em juízo, o valor justo indenizatório e o caso de utilidade pública alegado pelo Município Alfa.

Nesse cenário, considerando as disposições do Decreto-Lei nº 3.365/1941, é correto afirmar que ao Poder Judiciário é

a) admitido, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública. Ademais, João da Silva tem direito à justa e prévia indenização em dinheiro, englobando o valor das benfeitorias úteis realizadas.

b) admitido, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública. Ademais, muito embora João da Silva tenha direito à justa e prévia indenização em dinheiro, esta não englobará o valor das benfeitorias úteis realizadas.

c) vedado, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública. Ademais, João da Silva tem direito à justa indenização em títulos da dívida pública, englobando o valor das benfeitorias úteis realizadas.

d) vedado, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública. Ademais, João da Silva tem direito à justa e prévia indenização em dinheiro, englobando o valor das benfeitorias úteis realizadas.

e) vedado, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública. Ademais, muito embora João da Silva tenha direito à justa e prévia indenização em dinheiro, esta não englobará o valor das benfeitorias úteis realizadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão exige o conhecimento acerca do procedimento de desapropriação por utilidade pública.

A alternativa A está incorreta, de acordo com o art. 9º do Decreto-lei n. 3.365/41: “Ao Poder Judiciário é vedado, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública.”

A alternativa B está incorreta, segundo o art. 9º do Decreto-lei n. 3.365/41, acima transcrito.

A alternativa C está incorreta, na forma do art. 26, §1º, do Decreto-lei n. 3.365/41: “Serão atendidas as benfeitorias necessárias feitas após a desapropriação; as úteis, quando feitas com autorização do expropriante.”

A alternativa D está incorreta, segundo art. 26, §1º, do Decreto-lei n. 3.365/41.

A alternativa E está correta, conforme arts. 9º e art. 26, §1º, do Decreto-lei n. 3.365/41, acima transcritos.

QUESTÃO 19. O princípio da motivação dos atos administrativos é um dos pilares do Direito Administrativo, garantindo a imparcialidade e a racionalidade das decisões, além de facilitar o controle e fortalecer a legitimidade dos atos administrativos.

Sobre a motivação dos atos administrativos, avalie as afirmativas a seguir:

I. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções.

II. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, não podendo se basear em fundamentos de pareceres, informações, decisões ou propostas anteriores para compor o ato.

III. Na solução de vários assuntos da mesma natureza, não pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, já que tais meios prejudicam o direito dos interessados.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão explora o conhecimento doutrinário acerca da motivação dos atos administrativos.

O item I está correto, segundo o art. 50, II, da Lei 9.784/99, “devem ser expressamente motivados os atos que: (...) II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;”

O item II está incorreto, conforme art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, pois a motivação deve ser explícita, clara e congruente, mas pode consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato. Trata-se da chamada “motivação aliunde”.

O item III está incorreto, segundo art. 50, §2º, da Lei 9.784/99: “Na solução de vários assuntos da mesma natureza, pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, desde que não prejudique direito ou garantia dos interessados.”

QUESTÃO 20. Em tema de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) do servidor público, avalie as assertivas a seguir.

I. A autoridade administrativa não pode se utilizar de fundamentação *per relationem* nos processos disciplinares.

II. Constatada a prática de falta disciplinar quando o agente estava em surto psicótico e absolutamente incapaz de entender o caráter ilícito do fato cometido, descabe a fixação de sanção administrativa, impondo-se à Administração / Pública, ao revés, o dever de avaliar a eventual concessão de licença para o tratamento de saúde ou de aposentadoria por invalidez, sendo inviável o apenamento de pessoa mentalmente enferma à época da conduta imputada.

III. O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar não se restringe ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, sendo possível, em regra, incursão no mérito administrativo pelo caráter sancionador do PAD, inclusive nas hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia, injustiça ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada.

Consoante a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão exige o conhecimento jurisprudencial acerca do processo administrativo disciplinar.

O item I está incorreto, segundo a Súmula 674 do STJ: “A Autoridade Administrativa pode se utilizar de fundamentação *per relationem* nos processos disciplinares.”

O item II está correto, conforme entendimento do STJ: “Quando o juízo criminal reconhece a inimizabilidade do agente fundada no art. 26 do Código Penal e profere sentença absolutória imprópria, com imposição de medida de segurança, descabe a fixação de sanção administrativa, impondo-se à Administração Pública, ao revés, o dever de avaliar a eventual concessão de licença para tratamento de saúde ou de aposentadoria por invalidez.” (STJ. 1ª Turma. RMS 72.642-PR, Rel. Min. Regina Helena Costa, julgado em 1/10/2024)

O item III está incorreto, segundo Súmula 665 do STJ: “O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível incursão no mérito administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada.”

QUESTÃO 21. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento de Recurso Extraordinário, analisou a possibilidade de reintegração de empregados públicos dispensados em razão de aposentadoria voluntária e a competência para julgar tais demandas.

No caso concreto, discutia-se a legalidade do desligamento de empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) que, após se aposentarem voluntariamente, permaneceram no exercício de suas funções.

Com base no entendimento firmado pelo STF nesse julgamento, avalie as afirmativas a seguir.

I. A natureza do ato de demissão de empregado público é trabalhista, o que atrai a competência da Justiça do Trabalho para julgar a questão.

II. A concessão de aposentadoria aos empregados públicos inviabiliza a permanência no emprego, nos termos do Art. 37, §14, da CRFB, salvo para as aposentadorias concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional no 103/2019, nos termos do que dispõe seu Art. 69.

III. Os empregados públicos aposentados voluntariamente podem permanecer no emprego desde que a aposentadoria tenha ocorrido no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), independentemente da data em que tenha sido concedida.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão explora o conhecimento jurisprudencial acerca do entendimento do STF no RE 655283.

O item I está incorreto, segundo o Tema 606 do STF: “A natureza do ato de demissão de empregado público é constitucional-administrativa e não trabalhista, o que atrai a competência da Justiça comum para julgar a questão.”

O item II está correto, conforme Tema 606 do STF: “A concessão de aposentadoria aos empregados públicos inviabiliza a permanência no emprego, nos termos do artigo 37, parágrafo 14, da Constituição Federal, salvo para as aposentadorias concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019, nos termos do que dispõe seu artigo 6º.”

O item III está incorreto, segundo Tema 606 do STF, acima transcrito.

QUESTÃO 22. João, Magistrado recém-empossado, está em exercício em Juízo com competência fazendária. Sua assessoria, a fim de facilitar o julgamento de feitos por matéria, elaborou uma lista de processos conclusos para a sentença relacionados à temática de concurso público para o provimento de cargo efetivo na Administração Pública. Alinhado com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a tese que deve ser adotada por João no julgamento de ação sobre a matéria.

a) A não homologação, pela comissão de heteroidentificação, da autodeclaração do candidato às vagas destinadas à afrodescendentes implica sua eliminação do certame em relação às vagas reservadas e às de ampla concorrência, por violação frontal dos princípios da moralidade e boa-fé objetiva.

b) É constitucional a lei estadual que concede, em favor de candidatos naturais residentes em seu âmbito territorial, bônus de 10% (dez por cento) na nota obtida nos concursos públicos da área de segurança pública, em razão dos princípios da eficiência e do fortalecimento da identidade regional, este último corolário do regime federativo.

c) É inconstitucional a vedação à posse em cargo público de candidato aprovado que, embora tenha sido acometido por doença grave, não apresente sintoma incapacitante nem possua restrição relevante que impeça o exercício da função pretendida.

d) A suspensão dos direitos políticos em razão da condenação criminal, conforme previsto na Constituição da República, impede, em qualquer caso, a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, em razão dos princípios da legalidade e da moralidade.

e) É legítima a cláusula de edital de concurso público que restrinja a participação de candidato pelo simples fato de responder a inquérito ou ação penal, ainda que não haja previsão constitucional adequada e instituída por lei, em razão dos princípios da moralidade e da vedação da proteção deficiente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão explora o conhecimento jurisprudencial acerca do tema concursos públicos.

A alternativa A está incorreta, segundo posição do STJ: “A não homologação, pela comissão de heteroidentificação, de autodeclaração do candidato às vagas destinadas a afrodescendentes implica apenas sua eliminação do certame em relação às vagas reservadas e não alcança a sua classificação na lista de ampla concorrência.” (STJ. 1ª Turma. REsp 2.105.250-RJ, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 26/11/2024)

A alternativa B está incorreta, conforme entendimento do STF: “É inconstitucional lei estadual que concede, em favor de candidatos naturais residentes em seu âmbito territorial, bônus de 10% na nota obtida nos concursos públicos da área de segurança pública. Essa previsão configura tratamento diferenciado desproporcional, sem amparo em justificativa razoável.” (STF. Plenário. ADI 7.458/PB, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 11/12/2023)

A alternativa C está correta. Segundo o STF: “É inconstitucional a vedação à posse em cargo público de candidato(a) aprovado(a) que, embora tenha sido acometido(a) por doença grave, não apresenta sintoma incapacitante nem possui restrição relevante que impeça o exercício da função pretendida (arts. 1º, III, 3º, IV, 5º, caput, 37, caput, I e II, CF/88).” (STF. Plenário. RE 886.131/MG, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 30/11/2023 (Repercussão Geral – Tema 1015))

A alternativa D está incorreta. De acordo com o STF: “A suspensão dos direitos políticos prevista no artigo 15, III, da Constituição Federal (‘condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos’) não impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, desde que não seja incompatível com a infração penal praticada, em respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho (art. 1º, III e IV, CF/88) e do dever do Estado em proporcionar as condições necessárias para a harmônica integração social do condenado, objetivo principal da execução penal, nos termos do artigo 1º da LEP (Lei nº 7.210/84). O início do efetivo exercício do cargo ficará condicionado ao regime da pena ou à decisão judicial do juízo de execuções, que analisará a compatibilidade de horários.” (STF. Plenário. RE 1.282.553/RR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 4/10/2023 (Repercussão Geral – Tema 1190))

A alternativa E está incorreta, segundo posição do STF: “Sem previsão constitucionalmente adequada e instituída por lei, não é legítima a cláusula de edital de concurso público que restrinja a participação de candidato pelo simples fato de responder a inquérito ou a ação penal.” (STF. Plenário. RE 560900/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 5 e 6/2/2020 (repercussão geral – Tema 22))

QUESTÃO 23. Nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados, o controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação a legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.709/2018, avalie as afirmativas a seguir.

I. O Juiz, no processo civil, poderá inverter o ônus da prova a favor do titular dos dados quando, a seu juízo, for verossímil a alegação, houver hipossuficiência para fins de produção de prova ou a produção de prova pelo titular resultar-lhe excessivamente onerosa.

II. O operador responde subsidiariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador.

III. Aquele que reparar o dano ao titular tem direito de regresso contra os demais responsáveis, na medida de sua participação no evento danoso.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão explora o conhecimento acerca das disposições legais da Lei Geral de Proteção de Dados, especialmente no que tange à responsabilidade e o ressarcimento de danos.

O item I está correto, nos termos do art. 42, § 2º, da LGPD: “O juiz, no processo civil, poderá inverter o ônus da prova a favor do titular dos dados quando, a seu juízo, for verossímil a alegação, houver hipossuficiência para fins de produção de prova ou quando a produção de prova pelo titular resultar-lhe excessivamente onerosa.”

O item II está incorreto, segundo o art. 42, §1º, I, da LGPD: “A fim de assegurar a efetiva indenização ao titular dos dados: I - o operador responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador, hipótese em que o operador equipara-se ao controlador, salvo nos casos de exclusão previstos no art. 43 desta Lei;”

O item III está correto, conforme o art. 42, § 4º, da LGPD: “Aquele que reparar o dano ao titular tem direito de regresso contra os demais responsáveis, na medida de sua participação no evento danoso.”

QUESTÃO 24. Após regular procedimento licitatório, o Estado X celebrou um contrato administrativo de execução de obra pública sob o regime de contratação integrada, no qual a empresa contratada se responsabilizaria tanto pela elaboração dos projetos básico e executivo quanto pela execução da obra (Art. 69, inciso XXXI, da Lei nº 14.133/2021).

Durante a execução do contrato, a contratada verificou que os quantitativos indicados no projeto básico eram inferiores ao necessário, fato que demandaria a alteração contratual para um pequeno acréscimo. Considerando que essa alteração resultaria em custos adicionais, a contratada solicitou a revisão do contrato para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial. O Estado X indeferiu o pedido, sob o fundamento de que a revisão contratual não era cabível para o evento em questão. Inconformada com a situação, a sociedade empresária ajuizou demanda judicial pleiteando a revisão contratual.

Com base na Lei nº 14.133/2021, avalie as afirmativas a seguir.

I. No regime de contratação integrada, a contratada possui responsabilidade integral pelos riscos associados ao projeto básico.

II. O pedido da sociedade empresária deve ser julgado procedente, pois, nos termos do Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a variação quantitativa que implique aumento de custos para a contratada gera o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

III. O pedido deve ser julgado improcedente, pois, no caso narrado, a variação nos custos incorridos pela contratada não teve como causa uma das exceções previstas nos incisos do Art. 133 da Lei nº 14.133/2021, motivo pelo qual se aplica a vedação à alteração contratual no regime de contratação integrada.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) II, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a possibilidade de revisão contratual nos casos de contratação integrada ou semi-integrada, regida pela Lei 14.133/21.

O item I está correto, segundo o art. 46, §3º, da Lei 14.133/21: "Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico."

O item II está incorreto, pois não haverá direito de revisão no caso de quantitativos indicados no projeto básico serem inferiores ao necessário, uma vez que na contratação integrada a responsabilidade é integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico, e essa exceção não se encontra disposta no art. 133 da Lei 14.133/21, como veremos adiante.

O item II está incorreto, nos termos do art. 133 da Lei 14.133/21: "Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos: I - para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior; II - por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei; III - por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 desta Lei; IV - por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração."

QUESTÃO 25. A autarquia federal X, com competência para atuar na regulação da aviação civil, editou a resolução que alterou o modelo de concessão de infraestrutura aeroportuária federal, impondo exigências mais restritivas sem a realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR) ou consulta pública.

Os agentes econômicos do setor aeroportuário questionaram a legitimidade do procedimento de elaboração da norma, argumentando que seria potencialmente restritiva à concorrência e que causaria impactos negativos nos empregos diretos e indiretos gerados pelo setor.

Com base nas Leis no 13.848/2019 e 13.874/2019, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A AIR é, em regra, obrigatória antes da edição de atos normativos por agências reguladoras, salvo hipóteses previstas em regulamento.

() Quando a AIR não for realizada, deve ser disponibilizada nota técnica ou documento equivalente para justificar a norma.

() A consulta pública é sempre obrigatória para todos os atos normativos das agências reguladoras.

As afirmativas são, respectivamente,

a) V-V-V.

b) F-V-F.

c) V-F-V.

d) V-V-F.

e) F-F-V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão explora o conhecimento acerca da realização de Análise de Impacto Regulatório – AIR para alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados.

O item I está correto, segundo o art. 6º, §1º, da Lei 13.848/19: “A adoção e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados serão, nos termos de regulamento, precedidas da realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR), que conterá informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo. § 1º Regulamento disporá sobre o conteúdo e a metodologia da AIR, sobre os quesitos mínimos a serem objeto de exame, bem como sobre os casos em que será obrigatória sua realização e aqueles em que poderá ser dispensada.”

O item II está correto, nos termos do art. 6º, §5º, da Lei 13.848/19: “Nos casos em que não for realizada a AIR, deverá ser disponibilizada, no mínimo, nota técnica ou documento equivalente que tenha fundamentado a proposta de decisão.”

O item III está incorreto, conforme art. 9º da Lei 13.848/19: “Serão objeto de consulta pública, previamente à tomada de decisão pelo conselho diretor ou pela diretoria colegiada, as minutas e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados.”

QUESTÃO 26. Após ser aprovado em árduo concurso público e encerrado o curso de formação do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Caio foi designado para atuar, na qualidade de Juiz Substituto, na Comarca do Município de Eunápolis. Para chegar à municipalidade, Caio percorreu centenas de quilômetros em determinada estrada gerida pela Administração Pública Federal. Registre-se, por fim, que, ao lado da repartição pública onde o referido agente público exercerá as suas funções, há um terreno vazio pertencente ao Estado da Bahia.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

a) O edifício onde está localizada a sede da Comarca do Município de Eunápolis é um bem público de uso especial. A estrada utilizada por Caio para chegar à municipalidade é um bem público de uso comum do povo. Por fim, o terreno vazio ao lado da repartição pública é um bem público dominical.

b) A estrada utilizada por Caio para chegar à municipalidade e o terreno vazio ao lado da repartição pública são bens públicos de uso comum do povo. Por fim, o edifício onde está localizada a sede da Comarca do Município de Eunápolis é um bem público de uso especial.

c) O edifício onde está localizada a sede da Comarca do Município de Eunápolis e a estrada utilizada por Caio para chegar à municipalidade são bens públicos de uso comum do povo. Por fim, o terreno vazio ao lado da repartição pública é um bem público dominical.

d) O edifício onde está localizada a sede da Comarca do Município de Eunápolis e a estrada utilizada por Caio para chegar à municipalidade são bens públicos de uso especial. Por fim, o terreno vazio ao lado da repartição pública é um bem público dominical.

e) A estrada usada por Caio para chegar à municipalidade, o terreno vazio ao lado da repartição pública e o edifício onde está localizada a sede da Comarca do Município de Eunápolis são bens públicos de uso comum do povo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão explora o conhecimento acerca da classificação dos bens públicos.

Segundo o art. 99 do Código Civil, quanto à destinação, os bens públicos classificam-se em: bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais. Os bens de uso comum do povo, ou bens do domínio público, são acessíveis a toda a população, incluindo logradouros, praças, mares e florestas. Os bens de uso especial, conhecidos como bens do patrimônio administrativo, são aqueles designados para finalidades específicas, servindo como ferramentas para a realização de serviços públicos. Exemplos incluem prédios de órgãos públicos, mercados municipais, cemitérios, veículos da Administração e terras ocupadas por indígenas. Os bens dominicais, ou bens do patrimônio público disponível, são aqueles sem uma destinação específica, podendo ser usados ou alienados pela Administração Pública conforme desejado. Analisando as assertivas, o edifício onde está localizada a sede da Comarca do Município de Eunápolis é um bem público de uso especial. A estrada utilizada por Caio para chegar à municipalidade é um bem público de uso comum do povo. Por fim, o terreno vazio ao lado da repartição pública é um bem público dominical.

QUESTÃO 27. Sobre a responsabilização administrativa, civil e funcional de Magistrados, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() No que tange à responsabilização de Magistrados, a atuação correicional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é complementar à atuação das Corregedorias locais, porque o CNJ apenas deverá atuar após serem esgotadas as possibilidades de responsabilização do Magistrado na Corregedoria local, sendo a atuação do CNJ subsidiária.

() Considerando que a Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) dispõe que "a divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade", a referida lei não se aplica, em nenhuma hipótese, aos membros do Poder Judiciário, uma vez que a atividade principal dos Magistrados consiste em interpretar a lei e avaliar fatos e provas.

() O ato de remoção ou de disponibilidade do Magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo Tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada a ampla defesa.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F-F-V.

b) V-V-F.

c) F-F-F.

d) F-V-V.

e) V-F-F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre magistratura.

O Item I está incorreto. O STF, ao julgar a ADI 4.638, firmou o entendimento de que a competência do CNJ é concorrente, e não meramente subsidiária. Isso significa que o CNJ pode atuar independentemente da atuação prévia das corregedorias locais, inclusive iniciando investigações de ofício, sem necessidade de esgotamento das instâncias locais. A atuação do CNJ não está condicionada à inércia ou omissão das corregedorias dos tribunais.

O Item II está incorreto. A Lei nº 13.869/2019 aplica-se a todos os agentes públicos, incluindo membros do Poder Judiciário, conforme seu artigo 2º. O §2º do artigo 1º da referida lei estabelece que a divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade, salvo quando evidenciada a intenção de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou por mero capricho ou satisfação pessoal. Portanto, a lei é aplicável aos magistrados, desde que presentes os elementos subjetivos específicos que caracterizam o abuso de autoridade

O Item III está correto. O artigo 93, inciso VIII, da Constituição Federal dispõe que o ato de remoção, disponibilidade ou aposentadoria do magistrado, por interesse público, deve ser fundamentado em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do CNJ, assegurada a ampla defesa.

QUESTÃO 28. *É possível que a aplicação da lei no tempo continue a ser um dos temas mais controvertidos do Direito hodierno. Não raro, a aplicação das novas leis às relações já estabelecidas suscita infundáveis polêmicas. De um lado, a ideia central de segurança jurídica, uma das expressões máximas do Estado de Direito; de outro, a possibilidade e a necessidade de mudança. Constitui grande desafio tentar conciliar essas duas pretensões, em aparente antagonismo. (MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 19ª ed., São Paulo: SaraivaJur, 2024, (Série IDP), p. 353.)*

Acerca do Direito Intertemporal brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) No que toca ao instituto da revogação, o ordenamento jurídico brasileiro estabelece nítida preferência pela revogação tácita das normas jurídicas em detrimento da expressa.

b) Em matéria de Direito Intertemporal, a irretroatividade é a regra geral do Direito brasileiro, forte nos princípios da segurança jurídica e de que o tempo rege o ato, o que, contudo, não impede, mesmo havendo outros valores jurídicos considerados relevantes, que a retroatividade possa ser excepcionalmente admitida.

c) O Direito brasileiro somente admite a repristinação tácita de modo excepcional, nos termos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

d) A cessação de validade da norma por mero desuso possui amplo respaldo na ordem jurídica brasileira, tendo em vista a forte influência da matriz romano-germânica, que concebe o sistema jurídico como o resultado vivo e concreto dos fatos sociais.

e) A caducidade de uma norma jurídica é caracterizada pela perda da sua validade temporal em virtude da gradativa perda de efetividade, resultando no denominado "costume negativo".

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre teoria geral do Direito.

A alternativa A está incorreta. O ordenamento jurídico brasileiro não estabelece preferência pela revogação tácita. Pelo contrário, a Lei Complementar nº 95/1998 determina que a revogação deve ser expressa, enumerando explicitamente as leis ou disposições legais revogadas. A revogação tácita ocorre apenas quando a nova lei é incompatível com a anterior ou regula inteiramente a matéria tratada por ela, conforme o artigo 2º, §1º, da LINDB

A alternativa B está correta. A irretroatividade das leis é um princípio fundamental no ordenamento jurídico brasileiro, consagrado no artigo 6º da LINDB, que estabelece que a lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. Esse princípio visa garantir a segurança jurídica e a estabilidade das relações sociais. No entanto, a retroatividade pode ser admitida excepcionalmente quando houver previsão legal expressa ou quando a nova lei for mais benéfica, como ocorre no Direito Penal, conforme o artigo 5º, inciso XL, da Constituição Federal.

A alternativa C está incorreta. A repristinação tácita não é admitida no ordenamento jurídico brasileiro. De acordo com o artigo 2º, §3º, da LINDB, salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência. Portanto, a repristinação só ocorre de forma expressa.

A alternativa D está incorreta. A cessação de validade de uma norma por desuso, conhecida como *desuetudo*, não possui respaldo no Direito brasileiro. O ordenamento jurídico brasileiro adota o princípio da legalidade estrita, no qual a revogação de normas deve ocorrer por meio de outra norma de igual hierarquia, não sendo admitida a revogação por costume.

A alternativa E está incorreta. A caducidade de uma norma jurídica ocorre quando ela perde sua vigência por decurso de prazo, não por perda de efetividade ou costume negativo. O costume negativo não é reconhecido

como causa de revogação de normas no Direito brasileiro, que exige a revogação formal por meio de outra norma.

QUESTÃO 29. A construção para enfrentar e prevenir o assédio moral e sexual e a discriminação dentro do Judiciário partiu do reconhecimento de que este deve não apenas atuar no resgate dos ideais de justiça em toda a sociedade, mas também dentro de sua própria estrutura interna. A inserção dessas temáticas na agenda das políticas judiciárias representa, portanto, um avanço que objetiva assegurar a saúde de todos os trabalhadores e trabalhadoras do Poder Judiciário. Assim, o CNJ editou a Resolução nº 351/2020, que institui, no Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

A sua instituição está alinhada com o Pacto pela Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Agenda 2030 no Poder Judiciário e Ministério Público, segundo o qual cabe ao Poder Judiciário implementar mecanismos que concretizem a prevenção de conflitos, o combate às desigualdades, a proteção das liberdades fundamentais, o respeito ao direito de todos e a paz social. Na mesma linha, o Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021 a 2026, instituído pela Portaria nº 104/2020, afirmou como valor da estratégia do CNJ a proteção dos direitos fundamentais, garantindo que a atuação do Conselho Nacional de Justiça se harmonize com a proteção desses direitos.

A criação do Observatório dos Direitos Humanos no Poder Judiciário demonstrou o compromisso do CNJ com sua competência constitucional de aprimorar a gestão judiciária brasileira. Com isso, buscou-se alinhar o sistema judiciário com os preceitos constitucionais e fundamentais que embasam o Estado Democrático de Direito, inserindo-o em um ambiente de trabalho salutar. Ao instituir a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, o Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 351/2020, mostrou a importância de serem estabelecidas diretrizes nacionais sobre a gestão de pessoas do Poder Judiciário.

Sobre o tema lançado na referida resolução, assinale a afirmativa correta.

- a) A Resolução é aplicável a todas as condutas de assédio e discriminação no âmbito das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas por qualquer meio, exceto aquelas contra estagiários(as), aprendizes, voluntários(as) e terceirizados(as).
- b) Os profissionais das áreas de gestão de pessoas e de saúde poderão prescrever ações imediatas com o objetivo de preservar a saúde e a integridade física e moral das pessoas afetadas por assédio ou discriminação, sugerindo à Presidência do Tribunal ou à autoridade competente a realocação dos servidores envolvidos, com a anuência desses, em outra unidade.
- c) A conduta que possa configurar assédio ou discriminação somente poderá ser noticiada pela pessoa que se perceba alvo de assédio ou discriminação no trabalho, ou seja, não pode ser denunciada por terceiros que dela tomem conhecimento.

d) A celebração de termos de cooperação técnico-científica para o estudo, a prevenção e o enfrentamento do assédio moral, sexual e da discriminação não está prevista como atribuição da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

e) As Comissões criadas por força da Resolução nº 351/2020 do CNJ substituem as Comissões de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar porque o acolhimento da notícia se confunde e se comunica com os procedimentos formais de natureza disciplinar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre resoluções do CNJ

A alternativa A está incorreta. A Resolução é aplicável a todas as condutas de assédio e discriminação no âmbito das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas por qualquer meio, incluindo aquelas contra estagiários(as), aprendizes, voluntários(as) e terceirizados(as). O artigo 1º, parágrafo único, da Resolução estabelece que sua aplicação abrange todas as pessoas que atuam no Poder Judiciário, independentemente do vínculo.

A alternativa B está correta. A Resolução CNJ nº 351/2020, em seu artigo 11, prevê que, diante de riscos psicossociais relevantes, os profissionais das áreas de gestão de pessoas e de saúde podem prescrever ações imediatas para preservar a saúde e a integridade física e moral das pessoas afetadas por assédio ou discriminação. Isso inclui a possibilidade de sugerir à Presidência do Tribunal ou à autoridade competente a realocação dos servidores envolvidos, com a anuência destes, para outra unidade.

A alternativa C está incorreta. A conduta que possa configurar assédio ou discriminação pode ser noticiada por qualquer pessoa que dela tome conhecimento, não sendo restrita à vítima direta. O artigo 12, II, da Resolução prevê que qualquer pessoa pode comunicar às comissões competentes casos de assédio ou discriminação.

A alternativa D está incorreta. A celebração de termos de cooperação técnico-científica para o estudo, a prevenção e o enfrentamento do assédio moral, sexual e da discriminação está prevista como atribuição da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação. O artigo 16, inciso VII, alínea "I", da Resolução estabelece essa competência.

A alternativa E está incorreta. As Comissões criadas por força da Resolução nº 351/2020 do CNJ não substituem as Comissões de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar. O artigo 16º, §2º, da Resolução esclarece que essas comissões têm funções distintas e complementares.

QUESTÃO 30. Por este motivo, nem tudo está submetido à legislação, porque é impossível legislar em algumas situações, a ponto de ser necessário recorrer a decretos. A regra do que é indefinido é também ela própria indefinida, tal como acontece com a régua de chumbo utilizada pelos construtores de Lesbos. Do mesmo modo que essa régua se altera consoante a forma da pedra e não permanece sempre a mesma, assim também o decreto terá de se adequar às mais diversas circunstâncias. ARISTÓTELES, Ética a Nicomano. São Paulo: Forense, 2ª ed. 2024. p. 114.

A metáfora aristotélica da régua de Lesbos alude ao seguinte critério de julgamento, expressamente positivado no nosso ordenamento (em juizado especial e arbitragem, por exemplo):

- a) Julgamento por equidade.
- b) Interpretação teleológica.
- c) Interpretação extensiva.
- d) Interpretação evolutiva.
- e) Julgamento por precedentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre hermenêutica e filosofia.

A alternativa A está correta e as demais alternativas estão incorretas. A metáfora da régua de Lesbos, utilizada por Aristóteles em sua obra *Ética a Nicômaco*, refere-se à flexibilidade necessária na aplicação da justiça, especialmente quando a rigidez da lei não contempla adequadamente as particularidades de um caso concreto. Na ilha de Lesbos, os construtores usavam uma régua de chumbo que se adaptava às formas irregulares das pedras, simbolizando a necessidade de ajustar a norma às especificidades da realidade. Essa analogia ilustra o conceito de equidade (*epieikeia*), que, para Aristóteles, é uma forma superior de justiça, pois corrige as deficiências das leis gerais diante de situações particulares. No ordenamento jurídico brasileiro, o julgamento por equidade está expressamente previsto em dispositivos legais, como no artigo 127 do Código de Processo Civil, que permite ao juiz decidir com base na equidade nos casos previstos em lei. Além disso, a equidade é aplicável em juizados especiais e na arbitragem, conforme estabelecido na Lei 9.099/1995 e na Lei de Arbitragem (Lei 9.307/1996), respectivamente.

QUESTÃO 31. A persistência da desigualdade racial no Brasil está enraizada em um legado histórico de escravidão, marginalização e teorias pseudocientíficas de hierarquização racial. Essa desigualdade manifesta-se em indicadores sociais, econômicos e de violência, revelando um racismo estrutural que perpassa as instituições públicas e privadas.

Com base nessas informações e nos fundamentos da Sociologia Política e da Teoria Crítica, assinale a afirmativa correta,

- a) O racismo estrutural é um conceito que descreve apenas atos intencionais de preconceito racial, sendo desnecessário considerar a estrutura histórica e institucional do Estado para compreendê-lo ou enfrentá-lo.
- b) O Protocolo com Perspectiva de Raça, lançado pelo Conselho Nacional de Justiça, tem como objetivo principal orientar a Magistratura a reconhecer e considerar os marcadores raciais em suas decisões, promovendo a equidade racial no acesso à justiça e o enfrentamento do racismo institucional.

c) A escravidão no Brasil, ao ser abolida formalmente em 1888, não deixou legados significativos para a estrutura de desigualdade racial atual, uma vez que todos os cidadãos passaram a ter igualdade de oportunidades desde então.

d) As políticas de ação afirmativa adotadas no Brasil, como cotas raciais em universidades e concursos públicos, vêm sendo progressivamente declaradas inconstitucionais pelo STF por violarem o princípio da isonomia formal previsto na Constituição Federal.

e) As teses de eugenia e hierarquia racial que circularam no Brasil nos séculos XIX e XX foram adotadas exclusivamente por grupos marginais e nunca influenciaram as políticas públicas ou o pensamento intelectual dominante da época.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre direito antidiscriminatório.

A alternativa A está incorreta. O racismo estrutural não se limita a atos intencionais de preconceito racial, ele está enraizado nas estruturas históricas e institucionais do Estado, manifestando-se em práticas e políticas que perpetuam desigualdades raciais, mesmo na ausência de intenções discriminatórias explícitas.

A alternativa B está correta. O Protocolo de Julgamento com Perspectiva Racial, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, visa orientar magistrados e magistradas a reconhecerem e considerarem os marcadores raciais em suas decisões judiciais. Seu objetivo é promover a equidade racial no acesso à justiça e enfrentar o racismo institucional, assegurando decisões mais justas e sensíveis às questões raciais.

A alternativa C está incorreta. A abolição formal da escravidão em 1888 não eliminou os legados da desigualdade racial no Brasil. A ausência de políticas de inclusão e reparação após a abolição contribuiu para a perpetuação de disparidades sociais e econômicas que afetam a população negra até os dias atuais.

A alternativa D está incorreta. O Supremo Tribunal Federal tem reconhecido a constitucionalidade das políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais, por entender que elas promovem a igualdade material e corrigem desigualdades históricas.

A alternativa E está incorreta. As teses de eugenia e hierarquia racial influenciaram significativamente as políticas públicas e o pensamento intelectual dominante no Brasil nos séculos XIX e XX, impactando negativamente a população negra e perpetuando estereótipos e discriminações.

QUESTÃO 32. Andressa, mulher trans, foi presa em flagrante porque transportava, para fins de tráfico, 500 (quinhentos) gramas de cocaína. Após a lavratura do auto de prisão em flagrante, foi realizada a audiência de custódia com a presença de Andressa, seu advogado constituído e o membro do Ministério Público.

Por ocasião da audiência de custódia, o membro do Ministério Público pediu a decretação da prisão preventiva de Andressa. O Magistrado que presidia a audiência de custódia acatou o pedido do Ministério Público, decretando a prisão preventiva de Andressa, por entender que estavam presentes seus requisitos.

Considerando os fatos narrados e as disposições da Resolução nº 348/2020 do Conselho Nacional de Justiça, assinale a afirmativa correta.

a) O Magistrado não precisará fazer constar expressamente de sua decisão a preferência de local de detenção declarada por Andressa.

b) O Magistrado deverá definir o local de privação de liberdade em decisão fundamentada, após questionamento da preferência de Andressa, nos termos previstos na Resolução.

c) O Magistrado, em caso de autodeclaração de Andressa como parte da população LGBTQIA+, não poderá fazer constar essa informação nos sistemas informatizados do Poder Judiciário.

d) O Magistrado pode, caso Andressa demonstre estar constrangida, reconhecê-la como parte da população LGBTQIA+ mediante outros meios menos invasivos, diversos da autodeclaração.

e) O Magistrado pode definir o local de privação da liberdade sem questionar Andressa sobre sua preferência, uma vez que a Resolução mencionada apenas exige o questionamento prévio para crimes menos graves, diversos do crime de tráfico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre resoluções do CNJ e direito LGBTQIA+.

A alternativa A está incorreta. O magistrado deve questionar a pessoa autodeclarada LGBTI sobre sua preferência quanto ao local de detenção, e essa preferência deve constar expressamente da decisão judicial, conforme determina o artigo 8º, §2º, da Resolução CNJ 348/2020.

A alternativa B está correta. A Resolução CNJ 348/2020, especialmente após as alterações introduzidas pela Resolução 366/2021, estabelece que, em caso de prisão de pessoa autodeclarada parte da população LGBTI, o local de privação de liberdade será definido pelo magistrado em decisão fundamentada, após questionamento da preferência da pessoa presa. Essa consulta deve ocorrer em qualquer momento do processo penal ou da execução da pena, assegurando-se, ainda, a possibilidade de alteração do local, conforme previsto no artigo 7º, §1º da referida Resolução.

A alternativa C está incorreta. A Resolução prevê que, em caso de autodeclaração, o Poder Judiciário fará constar essa informação nos seus sistemas informatizados, assegurando a proteção dos dados pessoais e o pleno respeito aos direitos e garantias individuais, conforme o artigo 5º da Resolução CNJ 348/2020.

A alternativa D está incorreta. O reconhecimento da pessoa como parte da população LGBTI será feito exclusivamente por meio de autodeclaração, que deverá ser colhida pelo magistrado em audiência, conforme estabelece o artigo 4º da Resolução CNJ 348/2020.

A alternativa E está incorreta. A Resolução não faz distinção quanto à gravidade do crime para a aplicação de suas diretrizes. Assim, o magistrado deve questionar a pessoa autodeclarada LGBTI sobre sua preferência quanto ao local de detenção, independentemente do tipo de crime, conforme previsto no artigo 7º, §1º da Resolução CNJ 348/2020.

QUESTÃO 33. De acordo com dados publicados pela Agência Brasil, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) divulgou, em janeiro de 2025, que foram registradas em todo o país, no ano de 2024, 2.472 denúncias de casos de intolerância religiosa pelo Disque Direitos Humanos (Disque 100), coordenado pela pasta.

O número representa uma alta de 66,8% em relação às denúncias desse tipo feitas em 2023 (1.481). São quase mil denúncias a mais em 2024, anunciou o MDHC. Se considerados os dados registrados entre 2021 e 2024, o crescimento das denúncias de violações foi de 323,29%.

(Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-01/intolerancia-religiosa-disque-100-registra-24-mil-casos-em-2024>).

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

a) O Art. 19 da CRFB/88 qualifica o Estado Brasileiro como Estado Laico e não há na Constituição Federal qualquer artigo que faça menção à fé e às religiões.

b) O ensino religioso em escolas públicas não pode ter caráter confessional.

c) O ensino religioso em escolas públicas pode ter caráter confessional elegendo-se a religião católica como a oficial.

d) Na rede pública, deve ser oferecido o ensino confessional de diversas crenças, mediante requisitos formais de credenciamento, previamente fixados pelo MEC.

e) Segundo a jurisprudência do STF, a Lei de Proteção Animal que, em nome da liberdade de religião prevê o sacrifício ritual de animais em cultos de religião de matriz africana, é inconstitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre liberdade religiosa.

A alternativa A está incorreta. A Constituição Federal menciona expressamente a fé e as religiões em diversos dispositivos, por exemplo: o artigo 5º, inciso VI, assegura a liberdade de consciência e de crença, garantindo o livre exercício dos cultos religiosos e a proteção aos locais de culto e suas liturgias; e o artigo 210, §1º, prevê o ensino religioso, de matrícula facultativa, como disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. Portanto, a Constituição não apenas menciona, mas também garante direitos relacionados à fé e às religiões

A alternativa B e C estão incorretas e a alternativa D está correta. Conforme decidido do STF na ADI 4439/DF, vejamos: “4. A singularidade da previsão constitucional de ensino religioso, de matrícula facultativa, observado o binômio Laicidade do Estado (CF, art. 19, I). Consagração da Liberdade religiosa (CF, art. 5º, VI), implica regulamentação integral do cumprimento do preceito constitucional previsto no artigo 210, §1º, autorizando à rede pública o oferecimento, em igualdade de condições (CF, art. 5º, caput), de ensino confessional das diversas crenças.”

A alternativa E está incorreta. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 494601/RS, decidiu que é constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana. A Corte entendeu que essa prática está protegida pela liberdade religiosa, prevista no artigo 5º, inciso VI, da Constituição Federal, e que a lei não viola o princípio da laicidade do Estado. A decisão reconhece a importância de respeitar as manifestações culturais e religiosas das comunidades tradicionais.

QUESTÃO 34. A literatura brasileira tem obras densas e impactantes sobre a temática racial. Livros escritos por homens negros e mulheres negras, como Machado de Assis, Lima Barreto, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Jefferson Tenório e tantos outros, trazem relatos importantes sobre a constituição e estruturação da sociedade brasileira, as hierarquias estabelecidas após a abolição da escravatura e os impactos nefastos do racismo que foi sendo estruturado com o passar do tempo, trazendo efeitos não só para o sujeito individualmente concebido, mas também para todo o corpo social.

No que se refere ao direito à igualdade no ordenamento jurídico brasileiro, em seu viés formal e material, avalie as afirmativas a seguir.

I. O Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) prevê de forma expressa que as ações afirmativas não devem se perpetuar uma vez alcançados os seus objetivos.

II. Por ser processo estrutural, o racismo é também um processo histórico e político. Desse modo, não se pode compreender o racismo apenas como derivação automática dos sistemas econômico e político. A especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social.

III. O caso Simone André Diniz representa a primeira vez que um país-membro da OEA é responsabilizado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) por racismo institucional e serviu de paradigma do denominado "racismo institucional".

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre jurisprudência da Corte IDH.

O item I está incorreto. O Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010) não contém qualquer dispositivo que determine que as ações afirmativas “sejam interrompidas tão logo se alcance seu objetivo”. Ele define ações afirmativas como “programas e medidas especiais” para correção de desigualdades (art. 1º, VI), mas não prevê prazo de duração ou automática extinção dessas políticas — sua vigência depende de avaliação de necessidade social, não há cláusula de “caducidade” expressa

O item II está correto. O racismo estrutural é compreendido como um fenômeno histórico e político que permeia as instituições e estruturas sociais. Não pode ser reduzido a uma simples derivação dos sistemas econômico e político, pois está intrinsecamente ligado às especificidades de cada formação social. Essa perspectiva é amplamente discutida na literatura acadêmica brasileira, destacando a necessidade de compreender o racismo em suas múltiplas dimensões e manifestações.

O item III está correto. O caso Simone André Diniz vs. Brasil foi emblemático por representar a primeira vez que o Brasil foi responsabilizado internacionalmente por racismo institucional. Em 1997, Simone Diniz denunciou uma discriminação racial em um anúncio de emprego. Após o arquivamento do caso pelas autoridades brasileiras, a denúncia foi levada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que concluiu que o Estado brasileiro violou os direitos à igualdade perante a lei, à proteção judicial e às garantias judiciais, conforme estabelecido na Convenção Americana de Direitos Humanos. O caso tornou-se um paradigma na discussão sobre racismo institucional no Brasil.

QUESTÃO 35. O controle de convencionalidade é um relevante mecanismo de compatibilização das normas nacionais com os tratados internacionais de Direitos Humanos. A Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) já se pronunciou algumas vezes sobre tal mecanismo, esmiuçando seus contornos.

Considerando essa temática, assinale a afirmativa correta.

a) Os Juízes brasileiros podem realizar o controle de convencionalidade de matriz internacional (e não de matriz nacional), uma vez que podem verificar a compatibilidade de normas nacionais com qualquer tratado internacional de Direitos Humanos.

b) Segundo a Corte IDH, ao realizar o controle de convencionalidade, os Juízes devem levar em conta apenas a Convenção Americana de Direitos Humanos e demais tratados do sistema interamericano, sendo prescindível verificar a interpretação que a Corte Interamericana realiza de tais tratados internacionais.

c) De acordo com a Corte IDH, os Juízes não podem realizar de ofício o controle de convencionalidade, mas apenas quando provocados por uma das partes.

d) Segundo a Corte IDH, não apenas o Poder Judiciário deve realizar o controle de convencionalidade. Assim, outras autoridades, como membros do Ministério Público, devem, dentro de sua esfera de atribuições delimitada pela lei, exercer o controle de convencionalidade das normas nacionais.

e) Na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 153, o Supremo Tribunal Federal entendeu que a Lei de Anistia (Lei nº 6.683/1979) era incompatível com a Convenção Americana de Direitos Humanos, declarando sua inconvenção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do controle de convencionalidade.

A alternativa A está incorreta. O controle de convencionalidade realizado por juízes nacionais é de matriz nacional, pois é exercido internamente para verificar a compatibilidade das normas nacionais com os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Estado. A matriz internacional refere-se ao controle exercido por órgãos internacionais, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Portanto, os juízes brasileiros realizam o controle de convencionalidade de matriz nacional.

A alternativa B está incorreta. A Corte Interamericana de Direitos Humanos estabelece que, ao realizar o controle de convencionalidade, os juízes devem considerar não apenas os tratados internacionais, mas também a interpretação que a própria Corte realiza desses tratados. A jurisprudência da Corte é essencial para a correta aplicação e interpretação das normas internacionais de direitos humanos. Portanto, é indispensável considerar a interpretação da Corte IDH ao realizar o controle de convencionalidade.

A alternativa C está incorreta. Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso Caso Almonacid Arellano e outros vs. Chile (2006), determinou que todas as autoridades estatais, incluindo os juízes, têm a obrigação de exercer ex officio (de ofício) o controle de convencionalidade, ou seja, independentemente de provocação das partes. Isso significa que os juízes devem verificar, por iniciativa própria, a compatibilidade das normas nacionais com os tratados internacionais de direitos humanos.

A alternativa D está correta. A Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso Gelman vs. Uruguai (2011), reconheceu que o controle de convencionalidade não é exclusivo do Poder Judiciário. Outras autoridades estatais, como membros do Ministério Público, também têm a obrigação de exercer esse controle dentro de suas competências legais, garantindo que as normas e práticas nacionais estejam em conformidade com os tratados internacionais de direitos humanos.

A alternativa E está incorreta. Na ADPF 153, o Supremo Tribunal Federal decidiu, por maioria, que a Lei de Anistia foi recepcionada pela Constituição de 1988, logo, não declarou a inconvencionalidade da lei. Por outro lado, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") versus Brasil, entendeu que a Lei de Anistia é incompatível com a Convenção Americana de Direitos Humanos.

QUESTÃO 36. Assinale a opção que indica pilares essenciais do Sistema Interamericano de Proteção.

- a) A centralidade das vítimas, o corpus juris interamericano e o instituto da reparação exclusivamente econômica.**
- b) O consenso estatal, o corpus juris interamericano e o instituto da reparação exclusivamente relativo às medidas estruturais, com base nas garantias de não repetição.**
- c) O consenso estatal, o corpus juris interamericano e o instituto da reparação econômica exclusivamente.**

d) A centralidade das vítimas, o corpus juris interamericano e o instituto da reparação integral, compreendendo medidas estruturais, com base nas garantias de não repetição.

e) O consenso estatal, o corpus juris interamericano e o instituto da reparação exclusivamente relativo às medidas de restituição e reabilitação.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o Sistema Interamericano de Proteção.

A alternativa A está incorreta. Embora a centralidade das vítimas e o corpus juris interamericano sejam pilares fundamentais do sistema, a reparação no âmbito do Sistema Interamericano não se limita à esfera econômica. A Corte Interamericana de Direitos Humanos adota o princípio da reparação integral, que abrange diversas formas de reparação, incluindo medidas de restituição, reabilitação, satisfação e garantias de não repetição, além da compensação econômica. Essa abordagem visa restaurar, na medida do possível, a situação anterior à violação dos direitos humanos e prevenir futuras ocorrências.

A alternativa B está incorreta. O consenso estatal não é um pilar essencial do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. O sistema foi concebido para atuar, inclusive, na ausência de consenso estatal, especialmente em casos de violações graves de direitos humanos. Além disso, a reparação no sistema não se limita às medidas estruturais com base nas garantias de não repetição; ela é abrangente e inclui diversas formas de reparação, conforme mencionado anteriormente.

A alternativa C está incorreta. Reiterando o exposto na alternativa anterior, o consenso estatal não é considerado um pilar essencial do sistema. Além disso, a reparação no Sistema Interamericano não é exclusivamente econômica. A Corte Interamericana reconhece e aplica o princípio da reparação integral, que abrange múltiplas formas de reparação para assegurar a restituição dos direitos violados e prevenir futuras violações.

A alternativa D está correta. Reflete os pilares essenciais do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos: centralidade das vítimas (o sistema prioriza as vítimas como sujeitos de direitos, garantindo sua participação ativa nos processos e reconhecendo sua dignidade e necessidades específicas), corpus juris interamericano (conjunto de normas, princípios e jurisprudência que compõem o direito interamericano dos direitos humanos, formado por tratados, convenções, declarações e decisões dos órgãos do sistema) e reparação integral (a Corte Interamericana adota o princípio da reparação integral, que visa restaurar a situação anterior à violação dos direitos humanos e prevenir futuras ocorrências, incluindo medidas econômicas, de reabilitação, satisfação e garantias de não repetição).

A alternativa E está incorreta. Mais uma vez, o consenso estatal não é um pilar essencial do Sistema Interamericano. Além disso, limitar a reparação às medidas de restituição e reabilitação não contempla a totalidade do princípio da reparação integral adotado pela Corte Interamericana. A reparação integral inclui também medidas de satisfação e garantias de não repetição, além das mencionadas, para assegurar uma resposta completa às violações de direitos humanos.

QUESTÃO 37. As sociedades empresárias devem observar, na condução de suas atividades, determinados padrões de conduta, tanto no seu aspecto interno - relação com seus trabalhadores por exemplo - quanto externo - nas relações com a comunidade, notadamente quanto às normas ambientais.

A agenda "Direitos Humanos e Sociedades Empresárias" passa a existir a partir do avanço na compreensão sobre as relações entre atividades empresariais e a proteção ou violação aos Direitos Humanos advindos dessas atividades.

Considerando a pauta Direitos Humanos e Sociedades Empresárias, avalie as afirmativas a seguir.

I. O caminho internacional percorrido para que fosse determinado o respeito aos Direitos Humanos também pelas sociedades empresárias foi longo. O Pacto Global das Nações Unidas foi criticado, porque não deixava claro qual era a carga de deveres da sociedade empresária transnacional, prevendo apenas a responsabilidade do Estado pelas violações praticadas pelas sociedades empresárias.

II. Os princípios orientadores sobre sociedades empresárias e Direitos Humanos (Princípios de Ruggie) reforçam em seus aspectos gerais os três parâmetros "proteger, respeitar e reparar," que são utilizados tanto para sistematizar os principais pontos da temática quanto para reconhecer que cabe a ambos (Estado e sociedades empresárias) o dever de reparar os danos causados pelas violações de Direitos Humanos.

III. Ainda não há um Tratado Internacional de Direitos Humanos (hard law) que discipline a responsabilidade dos Estados e das sociedades empresárias por violação aos Direitos Humanos, o que fragiliza o voluntarismo desses entes em observar as diretrizes das Nações Unidas. Mesmo no plano do Direito Interno brasileiro, o Decreto nº 9.571/2018 estabelece que as diretrizes serão implementadas voluntariamente pelas sociedades empresárias.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a relação entre direitos humanos e direito empresarial.

O item I está incorreto. O Pacto Global das Nações Unidas, lançado em 2000, é uma iniciativa de adesão voluntária que convida empresas a alinharem suas operações e estratégias a dez princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Embora tenha sido

criticado por sua natureza voluntária e pela ausência de mecanismos de responsabilização direta das empresas, o Pacto não limita a responsabilidade apenas aos Estados. Ele busca engajar as empresas na promoção de práticas corporativas responsáveis, reconhecendo que tanto Estados quanto empresas têm papéis complementares na promoção e proteção dos direitos humanos. Portanto, a afirmativa simplifica e distorce o propósito e as críticas associadas ao Pacto Global.

O item II está correto. Os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, elaborados por John Ruggie e aprovados pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2011, baseiam-se em três pilares: (i) o dever do Estado de proteger contra abusos de direitos humanos por terceiros, incluindo empresas; (ii) a responsabilidade corporativa de respeitar os direitos humanos; e (iii) o acesso das vítimas a mecanismos eficazes de reparação. Esses princípios reconhecem que tanto os Estados quanto as empresas têm papéis distintos, mas complementares, na prevenção e remediação de violações de direitos humanos

O item III está correto. Atualmente, não existe um tratado internacional juridicamente vinculante (hard law) que discipline de forma abrangente a responsabilidade das empresas por violações de direitos humanos. A maioria das iniciativas internacionais, como os Princípios Orientadores da ONU, são consideradas soft law, ou seja, não possuem força coercitiva legal, mas servem como diretrizes para a conduta empresarial responsável. No Brasil, o Decreto nº 9.571/2018 estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos, que são aplicáveis a todas as empresas, independentemente de seu porte, e não são de adesão voluntária. O decreto determina que as empresas devem respeitar os direitos humanos protegidos nos tratados internacionais e os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição, cabendo às empresas monitorar sua aplicação e orientar seus empregados sobre as normas relacionadas ao tema.

QUESTÃO 38. Conforme dados do Censo de 2022, dos 5.570 municípios brasileiros, 4.833 possuíam população indígena e mais da metade dessa população vivia nas cidades.

Acerca dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas e das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça sobre direitos e garantias dos povos originários, avalie as afirmativas a seguir.

I. O Conselho Nacional de Justiça estabelece, por Resolução, que a identificação da pessoa como indígena, bem como as informações acerca de sua etnia e da língua por ela falada, deve constar no registro de todos os atos processuais.

II. A autoridade judicial poderá adotar ou homologar práticas de resolução de conflitos e de responsabilização em conformidade com costumes e normas da própria comunidade indígena.

III. Com exceção da imposição de medida cautelar alternativa à prisão, a autoridade judicial deverá adaptá-la às condições e aos prazos que sejam compatíveis com os costumes, o local de residência e as tradições da pessoa indígena, observando o Protocolo I da Resolução CNJ nº 213/2015.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre Direitos Humanos dos Povos Indígenas.

O item I está correto. A Resolução CNJ 287/2019 estabelece que o reconhecimento da pessoa como indígena se dará por meio da autodeclaração, que poderá ser manifestada em qualquer fase do processo criminal ou na audiência de custódia. Além disso, a Resolução CNJ 524/2023 determina que a identificação como indígena, bem como informações acerca de sua etnia ou povo e língua falada, constarão no registro de todos os atos processuais.

O item II está correto. A Resolução CNJ 287/2019 prevê que a responsabilização de pessoas indígenas deverá considerar os mecanismos próprios da comunidade indígena a que pertença a pessoa acusada, mediante consulta prévia. O parágrafo único do artigo 7º dispõe que a autoridade judicial poderá adotar ou homologar práticas de resolução de conflitos e de responsabilização em conformidade com costumes e normas da própria comunidade indígena, nos termos do artigo 57 da Lei 6.001/1973 (Estatuto do Índio)

O item III está incorreto. A adaptação deve ser realizada inclusive nas medidas cautelares alternativas à prisão, conforme artigo 8º da Resolução CNJ 287/2019.

QUESTÃO 39. Com relação às diversas modalidades de intervenção de terceiros, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() O CPC manteve a natureza jurídica da oposição estabelecida no Código Processual revogado, a saber, a modalidade de intervenção de terceiros.

() A assistência simples não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.

() A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal consolidou-se no sentido de que amicus curiae não possui legitimidade para opor embargos de declaração em sede de controle abstrato de constitucionalidade.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F-F-V

b) V-F-F.

c) V-V-F.

d) V-F-V.

e) F-V-V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema modalidades de intervenção de terceiros.

O primeiro item I é falso. O CPC/1973 tratava a oposição como uma modalidade de intervenção de terceiros. Já o CPC/2015, embora ainda trate da oposição, não a inclui mais no rol das modalidades de intervenção de terceiros (art. 119 a 138, CPC). Ela foi deslocada para os procedimentos especiais de jurisdição contenciosa (arts. 682 a 686, CPC), o que lhe retirou formalmente o caráter de intervenção de terceiros.

O segundo item é verdadeiro. O art. 122 do CPC estabelece expressamente que a presença do assistente simples não impede que a parte principal reconheça o pedido, desista da ação, renuncie ao direito ou transija. Vejamos: “Art. 122. A assistência simples não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos”.

O terceiro item é verdadeiro. De fato, o STF tem entendimento de que o amicus curiae não tem legitimidade para interpor recursos, inclusive embargos de declaração, em controle concentrado de constitucionalidade (ADI 4233 ED).

QUESTÃO 40. A Lei nº 7.347/1985 regulamenta a Ação Civil Pública, cuja finalidade é proteger direitos difusos ou coletivos. Acerca das normas que regem a Ação Civil Pública e da jurisprudência sobre o tema, avalie as afirmativas a seguir.

I. Na Ação Civil Pública proposta por ato danoso praticado por pessoa jurídica de direito público, o Juiz poderá conceder liminar, quando cabível, ainda que não comprovada a presença de risco social, independentemente de manifestação prévia do representante legal do réu.

II. Na Ação Civil Pública proposta com a finalidade de cumprimento de obrigação de fazer e não fazer, haverá a possibilidade de fixação de multa diária pelo descumprimento do comando judicial, independentemente de requerimento do autor.

III. A sentença de mérito proferida em Ação Civil Pública proposta para cessar danos que afetam direito do consumidor, ajuizada por associação com legitimidade para propô-la, poderá ser objeto de execução individual por consumidor não associado em um estado da Federação diverso daquele em que se encontra o Juízo prolator, observado os limites objetivos e subjetivos do que foi decidido.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Ação Civil Pública.

O Item I está incorreto. A liminar em Ação Civil Pública contra pessoa jurídica de direito público não pode ser concedida sem a prévia oitiva do representante judicial do ente público, segundo o art. 2º, Lei nº 8.437/1992: “Art. 2º No mandado de segurança coletivo e na ação civil pública, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de setenta e duas horas”. Ademais, consta no §2º, art. 22 da Lei nº 12.016/2009: “Art. 22, § 2º No mandado de segurança coletivo, a liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas”.

O Item II está correto. De acordo com o art. 11 da Lei nº 7.347/85: “Art. 11. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor”. Logo, a multa diária pode ser fixada ex officio, sem requerimento.

O Item III está correto. O STF também admite que a execução individual da sentença pode se dar em outro estado da federação, respeitados os limites objetivos e subjetivos da coisa julgada. Vejamos: “Tema 948: Em ação civil pública proposta por Associação, na condição de substituta processual de consumidores, possuem legitimidade para a liquidação e execução da sentença todos os beneficiados pela procedência do pedido, independentemente de serem filiados à Associação promovente”.

QUESTÃO 41. Vespasiano ingressa com ação contra Tito, Tibério e Vitor. O primeiro réu (Tito) é o devedor originário da quantia a ele emprestada pelo credor. Os dois seguintes são apontados como garantidores da dívida.

Em relação ao litisconsórcio que se formou, assinale a afirmativa correta.

a) Admitida a obrigação dos réus como solidária, o litisconsórcio é unitário.

b) Admitida a obrigação dos réus como solidária, o litisconsórcio é necessário.

c) Admitida a obrigação dos garantidores como subsidiária, o litisconsórcio é simples e unitário.

d) Admitida a obrigação dos garantidores como subsidiária, o litisconsórcio é simples e necessário.

e) Seja admitindo-se a obrigação dos réus como solidária, seja admitindo-se a obrigação dos garantidores como subsidiária, o litisconsórcio é simples e facultativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema litisconsórcio.

O litisconsórcio é a figura processual em que duas ou mais pessoas litigam no mesmo polo da ação (ativo ou passivo). Pode ser classificado segundo vários critérios: 1 - Quanto à formação: Necessário: quando a formação conjunta é exigência legal ou da natureza da relação jurídica. Facultativo: quando é possível, mas não obrigatório. 2 - Quanto à natureza da relação jurídica: Simples: quando a decisão judicial pode ser diferente para cada litisconsorte. Unitário: quando a decisão deve ser idêntica para todos (ex: estado da pessoa, validade de eleição). Para a análise da questão, deve-se analisar o caso sob dois aspectos. O primeiro, em relação à obrigação solidária dos réus. Nesse caso, o credor pode cobrar qualquer um dos devedores, no todo ou em parte, pois cada devedor responde por toda a dívida. Contudo, não há necessidade de que todos sejam processados conjuntamente. O segundo, quanto à obrigação dos garantidores. O credor deve acionar primeiro o devedor principal (Tito) e, só em caso de inadimplemento, os garantidores. Não há necessidade de litisconsórcio com todos. Logo, o litisconsórcio é facultativo (não é exigido por lei, nem decorre da obrigação) e simples, pois a decisão pode ser diferente para cada um.

A alternativa A está incorreta. Litigância solidária não torna o litisconsórcio unitário. A decisão pode ser diferente para cada réu.

A alternativa B está incorreta. A solidariedade não exige litisconsórcio necessário.

A alternativa C está incorreta. A obrigação dos garantidores como subsidiária não gera litisconsórcio unitário (a decisão pode ser diversa).

A alternativa D está incorreta. Garantidores não precisam obrigatoriamente estar no polo passivo; logo, o litisconsórcio não é necessário.

A alternativa E está correta. Tanto na obrigação solidária quanto na garantia subsidiária, o autor não é obrigado a processar todos os devedores e/ou garantidores juntos. Ele pode escolher contra quem quer entrar com a ação. Além disso, a decisão do juiz pode ser diferente para cada réu, pois cada um tem uma situação jurídica própria. Por isso, o litisconsórcio é simples (decisão pode variar) e facultativo (não é obrigatório).

QUESTÃO 42. Com relação às regras de conexão e de continência e as disposições acerca da modificação de competência, tendo como base a jurisprudência sobre o tema, avalie os itens a seguir.

I. O Juízo que julgou ação de divórcio possui competência para julgar ação de partilha, sendo certo que há conexão substancial entre ambas as demandas.

II. Por se tratar de competência relativa, não poderá o Juízo declinar de competência de ofício mesmo quando se tratar de ajuizamento de ação em Juízo aleatório, entendido como aquele sem vinculação com o domicílio ou a residência das partes ou com o negócio jurídico discutido na demanda.

III. Os processos de ações conexas serão reunidos para a decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema competência.

O Item I está correto. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento do Conflito de Competência nº 160.329/MG, reconheceu que existe conexão substancial entre a ação de divórcio e a ação de partilha de bens posterior, mesmo que propostas em momentos distintos. Essa conexão gera prevenção do juízo que processou o divórcio, caracterizando-se como competência funcional de natureza absoluta.

O Item II está incorreto. De fato, a regra geral é que o juiz não pode declinar de ofício a competência relativa, conforme art. 65 do CPC. Assim: “Art. 65. Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação”. Contudo, o CPC/2015 trouxe uma exceção no art. 63, §5º, que prevê a possibilidade de o juiz declinar de ofício a competência relativa nos casos de “juízo aleatório”, isto é, quando a ação for ajuizada em foro sem qualquer vínculo com as partes ou o negócio jurídico. Confira-se: “§ 5º O ajuizamento de ação em juízo aleatório, entendido como aquele sem vinculação com o domicílio ou a residência das partes ou com o negócio jurídico discutido na demanda, constitui prática abusiva que justifica a declinação de competência de ofício”.

O Item III está correto. Está em consonância ao art. 55, §1º do CPC/2015: “§ 1º Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado”.

QUESTÃO 43. Ajuizada uma ação popular, o Juiz da causa, depois de concluídas todas as fases do procedimento, e após ter sido ofertado o pronunciamento conclusivo do Ministério Público, proferiu sentença por meio da qual julgava improcedente o pedido, estribando-se, para tanto, no argumento de que o conjunto probatório produzido nos autos era insuficiente para ensejar o acolhimento da pretensão autoral.

Regularmente intimada, a Fazenda Pública demandada interpôs, tempestiva e regularmente, recurso de apelação, pleiteando a reforma da sentença, embora não em relação ao seu dispositivo, mas sim no tocante à sua fundamentação. Mais precisamente, requereu a Fazenda que a rejeição do pedido do autor popular passasse a se arrimar no reconhecimento judicial da licitude da atuação estatal questionada na peça vestibular, em vez da insuficiência do acervo probatório, como havia constado da sentença.

Por sua vez, o autor da ação não manejou de imediato qualquer recurso, mas, depois de intimado para apresentar contrarrazões ao apelo da parte ré, protocolizou, também de modo tempestivo e regular, recurso de apelação, na forma adesiva, pugnando, então, pela reforma do decisum, para que o pedido que havia formulado na peça exordial fosse acolhido.

A parte ré, na sequência, foi intimada para oferecer contrarrazões ao apelo adesivo, o que fez no prazo legal.

Sobre esse contexto, assinale a afirmativa correta.

a) O Juiz deverá determinar a subida dos autos ao órgão ad quem, ao qual caberá deixar de conhecer de ambos os recursos de apelação interpostos.

b) O Juiz deverá determinar a subida dos autos ao órgão ad quem, ao qual caberá conhecer de ambos os recursos de apelação interpostos, julgando os respectivos méritos na forma que entender cabível.

c) O Juiz deverá determinar a subida dos autos ao órgão ad quem, ao qual caberá conhecer do recurso de apelação adesivo interposto, mas não do principal, julgando o mérito daquele na forma que entender cabível.

d) O Juiz deverá determinar a subida dos autos ao órgão ad quem, ao qual caberá conhecer do recurso de apelação principal interposto, mas não do adesivo, julgando o mérito daquele na forma que entender cabível.

e) O Juiz, constatando que nenhum dos recursos de apelação interpostos merece ser conhecido, deverá obstar a subida dos autos ao órgão ad quem e determinar que a serventia certifique o trânsito em julgado da sentença proferida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema recursos.

A questão exigiu o conhecimento do art. 1.010, §§ 1º a 3º, e do art. 997, §§ 1º e 2º do CPC: “Art. 1010 [...] § 1º O apelado será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. § 2º Se o apelado interpuser apelação adesiva, o juiz intimará o apelante para apresentar contrarrazões. § 3º Após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º, os autos serão remetidos ao tribunal pelo juiz, independentemente de juízo de admissibilidade. Art. 997. Cada parte interporá o recurso independentemente, no prazo e com observância das exigências legais. § 1º Sendo vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir o outro. § 2º O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal, salvo disposição legal diversa, observado, ainda, o seguinte: I - será dirigido ao órgão perante o qual o recurso

independente fora interposto, no prazo de que a parte dispõe para responder; II - será admissível na **apelação**, no recurso extraordinário e no recurso especial". Assim, vejamos:

A alternativa A está incorreta. Não há razão jurídica para que o tribunal deixe de conhecer ambos os recursos. O recurso principal, interposto pela Fazenda Pública, foi tempestivo e regular. O recurso adesivo, interposto pelo autor, também foi tempestivo e está condicionado à admissibilidade do recurso principal.

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 1.010, §§ 1º a 3º, e do art. 997, §§ 1º e 2º do CPC, tanto o recurso principal quanto o adesivo foram interpostos dentro dos prazos legais e de forma regular. O juiz deve remeter os autos ao tribunal para o juízo de admissibilidade e julgamento de ambos os recursos, não cabendo indeferimento na instância de origem.

A alternativa C está incorreta. Pelo art. 997, §2º, o recurso adesivo é subordinado ao principal. Se o recurso principal não for admitido ou não for conhecido, o adesivo não poderá ser julgado.

A alternativa D está incorreta. O recurso adesivo foi interposto dentro do prazo legal e no juízo competente. Sendo o recurso principal admissível, o adesivo também deve ser conhecido.

A alternativa E está incorreta. O art. 1.010, §3º, do CPC é claro: "Após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º, os autos serão remetidos ao tribunal pelo juiz, independentemente de juízo de admissibilidade." Ou seja, o juiz de 1º grau remete os autos independente de juízo de admissibilidade da apelação.

QUESTÃO 44. Por se tratar de matéria que sofreu significativa mudança com o advento do Código de Processo Civil de 2015, os prazos constituem o intervalo de tempo dentro do qual deve ocorrer a prática do ato processual.

A respeito de tema tão sensível para a prática forense, avalie os itens a seguir.

I. Diante da regra expressa do art. 219, caput, que prevê a contagem do prazo em dias, computando-se apenas os dias úteis, a indisponibilidade do sistema eletrônico provoca natural prorrogação do lapso, toda vez em que constatada a falha.

II. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.

III. Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo Juiz, será de cinco dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema prazos processuais.

O Item I está incorreto. Embora o art. 219 do CPC/2015 determine que os prazos são contados em dias úteis, a indisponibilidade do sistema eletrônico não acarreta automaticamente a prorrogação do prazo processual, segundo o STJ. Nesse sentido: “O STJ entende que não há prorrogação do término do prazo recursal se ocorrer indisponibilidade do sistema eletrônico no Tribunal no meio do curso do prazo para interposição do recurso, sendo admitida a prorrogação apenas nas hipóteses em que a indisponibilidade do sistema coincida com o primeiro ou o último dia do prazo recursal, caso em que o termo inicial ou final será protraído para o primeiro dia útil seguinte. STJ, CE, AgInt nos EAREsp 1.817.714-SC, Rel. Min. Raul Araújo, d.j. 7/3/23, info 778”. A parte, contudo, pode comprovar posteriormente a indisponibilidade do sistema com documento oficial do tribunal (Info 817 – EAREsp 2.211.940/DF).

O Item II está incorreto. O item inverte a regra prevista no art. 224, caput, do CPC/2015: “Art. 224. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento”.

O Item III está correto. Está de acordo com o art. 218, §3º, do CPC/2015: “§ 3º Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte”.

QUESTÃO 45. Suspeitando de que o médico responsável pelo procedimento cirúrgico a que se submetera atuou com imperícia, o que resultou em um agravamento de seu estado de saúde, o paciente, ainda sem ter certeza da configuração do erro médico, optou por intentar demanda probatória autônoma. Assim, ele requereu, em sua petição inicial, a produção de prova pericial, além da citação do médico para integrar o processo.

A peça exordial foi distribuída a um Juízo Cível integrante do foro onde a prova pretendida deveria ser produzida, o qual não coincide com o foro do domicílio do requerido. Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

a) Está configurado o vício de incompetência relativa, já que o foro competente para o ajuizamento da demanda é o do domicílio do requerido.

b) Sobrevindo decisão que indefira a colheita da prova pericial cuja antecipação se requereu, extinguindo o procedimento, é ela insuscetível de impugnação por qualquer via recursal típica.

c) Caso deferida, a produção antecipada da prova requerida não terá o condão de gerar prevenção do Juízo para eventual demanda que venha a ser futuramente ajuizada com base nessa prova.

d) O Juiz deverá indeferir o requerimento de citação do médico, já que o procedimento não versa sobre uma lide, tampouco se prestando a uma valoração meritória da prova cuja produção se pretende antecipar.

e) O Juiz deverá indeferir a petição inicial, haja vista a ausência de interesse de agir, pois a prova cuja antecipação se requereu poderá ser produzida nos autos de eventual ação em que se deduza pretensão indenizatória em desfavor do médico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema produção antecipada de provas.

A alternativa A está incorreta. Segundo o art. 381, § 2º do CPC, a produção antecipada da prova é da competência do Juízo do foro onde ela deve ser realizada ou do foro do domicílio do réu. Portanto, não há vício de incompetência relativa se a petição foi distribuída ao Juízo do foro onde a prova será produzida. Assim: “Art. 381, § 2º A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do réu”.

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 382, § 4º do CPC, não se admite defesa ou recurso contra decisões no procedimento de produção antecipada de provas, exceto contra decisão que indefira totalmente a produção da prova pleiteada, quando cabe recurso. Vejamos: “Art. 382, § 4º Neste procedimento, não se admitirá defesa ou recurso, salvo contra decisão que indeferir totalmente a produção da prova pleiteada pelo requerente originário”.

A alternativa C está correta. De acordo com o art. 381, § 3º do CPC, a produção antecipada da prova não gera prevenção do Juízo para eventual demanda que venha a ser ajuizada depois com base nessa prova. Ou seja, o Juízo que deferiu a prova não fica necessariamente prevento para a ação principal. Confira-se: “Art. 381, § 3º A produção antecipada da prova não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta”.

A alternativa D está incorreta. Conforme o art. 382, § 1º do CPC, o Juiz deve determinar, de ofício ou a pedido da parte, a citação dos interessados na produção da prova ou no fato a ser provado, salvo se inexistente o caráter contencioso. Nesse sentido: “Art. 382, § 1º O juiz determinará, de ofício ou a requerimento da parte, a citação de interessados na produção da prova ou no fato a ser provado, salvo se inexistente caráter contencioso”.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 381 do CPC, a produção antecipada da prova será admitida justamente quando o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação, o que configura interesse de agir. Logo, não há ausência de interesse de agir, e a petição inicial não deve ser indeferida por essa razão. Logo: “Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: III - o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação”.

QUESTÃO 46. Os Juizados Especiais têm como finalidade apresentar ao jurisdicionado uma forma de solução de controvérsias mais rápida, informal e desburocratizada.

Com relação às normas e à jurisprudência que regem os Juizados Especiais Cíveis, Federais e de Fazenda Pública, avalie as afirmativas a seguir.

I. Compete às Turmas Recursais o julgamento de mandado de segurança utilizado como substitutivo recursal contra a decisão de Juiz Federal no exercício de jurisdição do Juizado Especial Federal.

II. Dos procedimentos sujeitos ao rito da Lei nº 9.099/1995 não cabe ação rescisória, razão pela qual não é possível arguir, em qualquer hipótese, a inexigibilidade de título judicial fundado em norma declarada incompatível com a Constituição da República pelo plenário do STF, após o trânsito em julgado da sentença.

III. Nas causas de competência dos Juizados Especiais de Fazenda Pública, a pessoa jurídica de direito público terá 30 (trinta) dias para recorrer.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Juizados Especiais.

O Item I está correto. Segundo a Súmula 376 do STJ: “Compete à turma recursal processar e julgar o mandado de segurança contra ato de juizado especial”. Todavia, considerando que não se admite o mandado de segurança como substitutivo de recurso, em regra, tal questão pode dar ensejo à anulação.

O Item II está incorreto. Embora não caiba ação rescisória contra decisões dos Juizados Especiais (art. 59 da Lei nº 9.099/95), é possível arguir a inexigibilidade do título judicial fundado em norma declarada inconstitucional pelo STF, mesmo após o trânsito em julgado. Assim: “As decisões definitivas de Juizados Especiais podem ser invalidadas quando se fundamentarem em norma, aplicação ou interpretação jurídicas declaradas inconstitucionais pelo Plenário do STF (em controle difuso ou concentrado)(antes ou depois do trânsito em julgado) STF. Plenário. RE 586.068/PR, Rel^a. Min^a. Rosa Weber, redator para o acórdão Min. Gilmar Mendes, julgado em 9/11/2023 (Repercussão Geral – Tema 100)”.

O Item III está incorreto. A Lei nº 12.153/2009, que rege os Juizados da Fazenda Pública, veda prazo diferenciado para entes públicos: “Art. 7º Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias”.

QUESTÃO 47. Félix, convencido de que possuía direito líquido e certo, não amparado por outro remédio constitucional, cuja lesão decorreu de ato de agente público, impetrou mandado de segurança, cuja inicial foi indeferida de plano pelo Juiz competente.

Sobre o ato de indeferimento, à luz das normas contidas nas leis que regem a matéria, assinale a afirmativa correta.

a) Estará correto, caso tenha sido fundado na ausência de prova pré-constituída e que esteja em poder de autoridade que se recuse a fornecê-la.

b) Estará correto, independentemente de motivação, caso se comprove que a ação foi ajuizada em face de decisão judicial de que caiba recurso com efeito suspensivo.

c) Estará incorreto, caso a fundamentação se baseie na alegação de que a inicial contenha pedidos incompatíveis entre si.

d) Estará incorreto, caso seja fundamentada no fato de que decorreu o prazo de 180 dias da ciência do ato impugnado.

e) Estará correto, caso Félix seja advogado atuando em causa própria, e deixe de cumprir decisão judicial que ordenou que suprisse a omissão acerca da ausência de informação de sua inscrição na Ordem dos Advogados após o prazo legal conferido para tanto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema mandado de segurança.

A alternativa A está incorreta. O indeferimento não pode ser baseado simplesmente na ausência de prova pré-constituída em poder da autoridade, sem que o juiz primeiro determine a exibição do documento (art. 6º, §1º da Lei nº 12.016/2009). Vejamos: “Art. 6º, § 1o - No caso em que o documento necessário à prova do alegado se ache em repartição ou estabelecimento público ou em poder de autoridade que se recuse a fornecê-lo por certidão ou de terceiro, o juiz ordenará, preliminarmente, por ofício, a exibição desse documento em original ou em cópia autêntica e marcará, para o cumprimento da ordem, o prazo de 10 (dez) dias. O escrivão extrairá cópias do documento para juntá-las à segunda via da petição”.

A alternativa B está incorreta. O mandado de segurança não será concedido contra decisão judicial passível de recurso com efeito suspensivo (art. 5º, inciso II, da Lei nº 12.016/2009). Porém, o indeferimento de plano da inicial não se justifica "independentemente de motivação". É necessária análise do cabimento da via. Nesse sentido: “Art. 5º Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: II - de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo”.

A alternativa C está incorreta. Pedidos incompatíveis entre si tornam a petição inicial inepta (art. 330, I, do CPC), justificando o indeferimento da inicial. Confira-se: “Art. 330. A petição inicial será indeferida quando: I - for inepta”.

A alternativa D está incorreta. O prazo para impetrar mandado de segurança é de 120 dias da ciência do ato impugnado, e não 180 dias (art. 23 da Lei nº 12.016/2009). Assim: “Art. 23. O direito de requerer mandado

de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado”.

A alternativa E está correta. Conforme o art. 106 da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da OAB), advogado em causa própria deve declarar na inicial sua inscrição na OAB e endereço para intimações. Se deixar de sanar essa omissão após decisão judicial que determine fazê-lo, o juiz pode indeferir a petição inicial. Portanto: “Art. 106. Quando postular em causa própria, incumbe ao advogado: I - declarar, na petição inicial ou na contestação, o endereço, seu número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e o nome da sociedade de advogados da qual participa, para o recebimento de intimações; II - comunicar ao juízo qualquer mudança de endereço. § 1º Se o advogado descumprir o disposto no inciso I, o juiz ordenará que se supra a omissão, no prazo de 5 (cinco) dias, antes de determinar a citação do réu, sob pena de indeferimento da petição. § 2º Se o advogado infringir o previsto no inciso II, serão consideradas válidas as intimações enviadas por carta registrada ou meio eletrônico ao endereço constante dos autos”.

QUESTÃO 48. O servidor público municipal Caio impetrou mandado de segurança para impugnar a validade de ato administrativo que lhe impusera uma pena disciplinar, tendo ele alegado, como única causa de pedir, a violação do seu direito à ampla defesa no processo administrativo instaurado em seu desfavor. Percorrido todo o caminho procedimental, o Juiz da causa proferiu sentença em que denegava a segurança vindicada, sob o fundamento de que o apontado vício de ilegalidade não havia maculado o ato punitivo, tampouco tendo sido violado o direito alegado pelo impetrante. Interposto recurso de apelação, o Magistrado de instância superior confirmou na íntegra a sentença de piso, havendo ratificado, inclusive, os fundamentos nela invocados.

Dois meses depois do advento do trânsito em julgado da sentença que lhe denegara a segurança, Caio intentou ação pelo procedimento comum, na qual pleiteou a invalidação da mesma pena disciplinar, arriando-se na mesma causa de pedir da ação mandamental.

Tendo procedido ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, o Juiz da nova causa, sem designar audiência de conciliação, ordenou a citação do ente político municipal para contestar a demanda, por meio de mandado que deveria ser cumprido por Oficial de Justiça. Vinte e cinco dias depois da juntada aos autos do mandado citatório, a Fazenda Pública municipal apresentou, por sua Procuradoria, contestação, na qual deduziu argumentos de cunho exclusivamente meritório.

Três dias depois da protocolização de sua contestação, o ente político municipal ofertou nova peça, em que suscitava, exclusivamente, a coisa julgada formada nos autos do mandado de segurança e requeria, de tal sorte, a extinção do processo sem resolução de seu mérito.

Sobre o contexto apresentado, assinale a afirmativa correta.

a) Deverá ser decretada a revelia do Município, cabendo ao Juiz, diante da inocorrência de seus efeitos, determinar a intimação autor para especificar as provas que pretenda produzir, se ainda não as tiver indicado.

b) Deverá ser decretada a revelia do Município, cabendo ao Juiz julgar antecipadamente o mérito, no sentido do acolhimento do pedido do autor.

c) A arguição de coisa julgada, formulada pelo Município em peça processual autônoma, não poderá ser conhecida pelo Juiz, haja vista o fenômeno da preclusão consumativa.

d) A arguição de coisa julgada, formulada pelo Município em peça processual autônoma, deverá ser conhecida pelo Juiz, porém rejeitada.

e) A arguição de coisa julgada, formulada pelo Município em peça processual autônoma, deverá ser conhecida e acolhida pelo Juiz.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema coisa julgada e litispendência.

As alternativas A e B estão incorretas. O Município não está em revelia. Conforme o art. 183 do CPC, a Fazenda Pública possui prazo em dobro para contestar a partir da juntada do mandado de citação, ou seja, 30 dias. A contestação foi apresentada dentro do prazo legal (25 dias), afastando a revelia. Vejamos: “Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal”. Ademais, “Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias”.

A alternativa C está incorreta. A coisa julgada é matéria de ordem pública (arts. 337, §5º, CPC), podendo ser reconhecida a qualquer tempo, inclusive de ofício. Vejamos: “Art. 337. Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar: [...] VI - litispendência; VII - coisa julgada; § 5º Excetuada a convenção de arbitragem e a incompetência relativa, o juiz conhecerá de ofício das matérias enumeradas neste artigo”.

A alternativa D está incorreta. Embora a arguição deva ser conhecida, ela não deve ser rejeitada. Houve trânsito em julgado no mandado de segurança anterior, que tratava da mesma causa de pedir (violação da ampla defesa) e do mesmo pedido (invalidação da penalidade disciplinar). Assim, está configurada coisa julgada material, que impede nova ação com os mesmos fundamentos.

A alternativa E está correta. A sentença do mandado de segurança transitou em julgado, e Caio propôs ação comum com a mesma causa de pedir. Conforme o art. 337, §4º do CPC: “§ 4º Há coisa julgada quando se repete ação que já foi decidida por decisão transitada em julgado). É matéria de ordem pública e pode ser suscitada a qualquer tempo. Portanto, o juiz deve acolher a alegação e extinguir o processo sem resolução do mérito.

QUESTÃO 49. Agripino está em litígio com seu credor, Calo. Agripino assinala dever ao credor apenas R\$ 100.000,00 (cem mil reais), mas Caio aponta que o débito é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a vencer em poucos dias. Diante da divergência, o devedor move ação de consignação em face do credor.

Conforme as regras que regem o procedimento especial consignatório, assinale a afirmativa correta.

a) O sistema do CPC apenas admite a consignação se o depósito é feito extrajudicialmente, e a ação deve ser extinta se a via extrajudicial não foi tentada.

b) Se o autor for o vencedor da ação, ele poderá, após o trânsito em julgado, levantar o valor depositado, além de executar a verba honorária a ser fixada em seu favor.

c) Se o contrato trouxer cláusula de rescisão por inadimplemento ou cláusula penal, o devedor pode liberar-se de tais estipulações se, em 30 (trinta) dias, contados a partir da data em que foi intimado sobre a contestação, depositar os R\$ 100.000,00 (cem mil reais) faltantes.

d) Comprovado que o débito indicado em contestação é o correto, e a oferta é insuficiente, a sentença determinará o montante devido e, independentemente de reconvenção, valerá como título executivo em favor do réu, que poderá executá-lo nos mesmos autos.

e) Comprovado o depósito judicial tempestivo de R\$100.000,00 (cem mil reais), feito no próprio dia de vencimento, ainda que o Juiz afira ser correta a defesa do réu, no sentido de ser devido R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), deve a sentença afirmar a parcial procedência do pedido, liberando o devedor até o montante satisfeito e distribuindo proporcionalmente a sucumbência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema consignação em pagamento.

A alternativa A está incorreta. O CPC admite tanto a via judicial quanto a extrajudicial da consignação, sem exigência de esgotamento prévio da extrajudicial para a propositura da judicial. Assim: “Art. 539. Nos casos previstos em lei, poderá o devedor ou terceiro requerer, com efeito de pagamento, a consignação da quantia ou da coisa devida” e “Art. 540. Requerer-se-á a consignação no lugar do pagamento, cessando para o devedor, à data do depósito, os juros e os riscos, salvo se a demanda for julgada improcedente”.

A alternativa B está incorreta. Se procedente o pedido, o credor (réu) é quem levanta o valor depositado, não o autor. Ademais: “Art. 546. Julgado procedente o pedido, o juiz declarará extinta a obrigação e condenará o réu ao pagamento de custas e honorários advocatícios”.

A alternativa C está incorreta. No rito da consignatória, se o devedor não complementa o valor corretamente, o pedido é julgado improcedente, como consolidado pelo STJ (STJ, 2ª Seção, Rel. Ac. Min. Maria Isabel Gallotti, d.j. 10/10/18, tema 967 – info 636).

A alternativa D está correta. O CPC prevê expressamente que, se o valor depositado for inferior ao devido, a sentença indicará o valor e valerá como título executivo judicial em favor do réu, que poderá cumprir a sentença nos próprios autos, independentemente de reconvenção. Vejamos: “Art. 545, § 2º A sentença que concluir pela insuficiência do depósito determinará, sempre que possível, o montante devido e valerá como título executivo, facultado ao credor promover-lhe o cumprimento nos mesmos autos, após liquidação, se necessária”.

A alternativa E está incorreta. Embora o devedor tenha feito o depósito no vencimento, o valor foi insuficiente. Segundo o STJ em sede de recurso repetitivo (Tema 967), a insuficiência do depósito leva à improcedência total do pedido, não se aplicando o princípio da parcial procedência à ação consignatória (STJ, 2ª Seção, Rel. Ac. Min. Maria Isabel Gallotti, d.j. 10/10/18, tema 967 – info 636).

QUESTÃO 50. A respeito dos princípios aplicáveis à execução, avalie as afirmativas a seguir.

I. Gerson dissertou sobre determinado princípio, segundo o qual somente é título executivo aquele documento previsto em lei como tal.

II. Marcos, por sua vez, aduziu que há um princípio que preconiza que a execução deverá impor o menor gravame possível ao executado.

III. Por fim, Antônio analisou o princípio segundo o qual os meios executivos aplicáveis ao processo não necessariamente precisam ser os elencados em lei.

Assinale a opção que indica os princípios comentados pelos amigos.

- a) Taxatividade, proporcionalidade e liberdade dos meios executivos.**
- b) Tipicidade, eficiência e autonomia dos meios executivos.**
- c) Não onerosidade, proporcionalidade e atipicidade dos meios executivos.**
- d) Realidade, razoabilidade e fidelidade dos meios executivos.**
- e) Taxatividade, menor onerosidade e atipicidade dos meios executivos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema princípios aplicáveis à execução.

O Item I indica o princípio da taxatividade (ou tipicidade dos títulos executivos). Segundo esse princípio, somente os documentos expressamente previstos em lei como títulos executivos podem ser utilizados para a propositura da ação de execução.

O Item II indica o princípio da menor onerosidade do executado, previsto no art. 805 do CPC, que dispõe: “Art. 805. Quando por vários meios o exequente puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o executado”.

O Item III indica o princípio da atipicidade dos meios executivos, presente no art. 139, IV, do CPC: “Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: [...] IV - determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária”.

QUESTÃO 51. Enéas identificou o depósito de R\$2.000,00 (dois mil reais) realizado em sua conta corrente por Pix e, embora não tenha identificado o depositante, presumiu tratar-se do pagamento do aluguel devido por seu inquilino Aderbal, que tem o mesmo valor.

Algum tempo depois, Enéas foi interpelado por Eunice, autora do depósito, que desejava que o valor lhe fosse restituído, pois afirmou que digitara errado a numeração da conta do seu credor efetivo.

Sobre o caso, avalie as afirmativas a seguir.

I. A pretensão à devolução do valor deve seguir, prioritariamente, as regras gerais sobre enriquecimento sem causa.

II. Eunice poderia exigir a devolução em dobro do valor depositado, em razão de ser indevida a recepção do valor por Enéas.

III. Enéas pode recusar-se a devolver o valor se, entre o depósito e o pedido de devolução, prescreveu sua pretensão ao aluguel em face de Aderbal.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o enriquecimento sem justa causa.

O item I está correto. Nos termos do art. 884 do “aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários”;

O item II está incorreto. A restituição em dobro só se admite quando quem recebeu o valor age de má-fé e exige em juízo prestação inexistente;

O item III está correto. O art. 880 CC isenta de restituir quem, recebendo o pagamento como quitação de dívida verdadeira, deixou prescrever o seu crédito em razão dessa confiança.

QUESTÃO 52. Barnabé é proprietário de um casebre de dois andares que se encontra em más condições de conservação, na Rua das Flores, e celebrou contrato de locação com Cleonice, cedendo-lhe o imóvel em troca do pagamento de um aluguel proporcional à qualidade do casebre. Entretanto, não é a locatária que ocupa o imóvel, mas sua filha Diná, que nele reside desde o início da vigência do contrato.

Cleonice, a pedido de Diná, vinha alertando Barnabé sobre a reforma da fachada, que se encontrava em manifesta necessidade de conservação, sem retorno do proprietário. Na última sexta-feira, um pedaço da fachada se desprendeu, em virtude da falta de conservação, e atingiu um transeunte.

Assinale a opção que indica de quem é a responsabilidade pelos danos causados ao transeunte.

- a) Objetiva e somente de Barnabé.
- b) Subjetiva e somente de Cleonice e Diná.
- c) Objetiva e solidária de Barnabé e Cleonice.
- d) Subjetiva de Barnabé e subsidiária de Diná.
- e) Somente de Barnabé, mas pressupõe culpa de sua parte.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a responsabilidade objetiva do proprietário do edifício ou construção.

A alternativa A está correta. O art. 937 CC impõe responsabilidade objetiva ao “dono ou morador” do prédio em ruína ou má conservação. Como dono, Barnabé certamente responde.

A alternativa B está incorreta. A responsabilidade prevista no art. 937 é objetiva, não dependente de culpa.

A alternativa C está incorreta. Apesar de ser objetiva, nos termos do art. 937, não é solidária;

A alternativa D está incorreta. A responsabilidade não é subjetiva; tampouco se estabelece subsidiariedade entre proprietário e ocupante.

A alternativa E está incorreta. Repete o erro da alternativa “b”, pois a responsabilidade prevista no art. 937 é objetiva, não dependente de culpa.

QUESTÃO 53. Maria Luiza celebrou contrato de locação de imóvel na modalidade comercial com Felisberto, legítimo proprietário do bem, pelo prazo de dez anos. O objetivo do pacto era a instalação de um restaurante, cuja sócia majoritária era a locatária. Após 18 meses de acordo, sem consentimento expresso do locador, Maria Luiza transferiu verbalmente o pacto para o Restaurante Amar Ltda., cuja sócia majoritária era Laurita, tendo notificado extrajudicialmente o locador, que permaneceu inerte. Laurita, ao longo de seis anos, pagou o aluguel por meio de depósito bancário identificado na conta corrente de Felisberto, inclusive, por duas vezes, Laurita purgou a mora pelo atraso no cumprimento da obrigação. No último mês, Felisberto promoveu ação de despejo em face de Maria Luiza alegando violação contratual, visto que a cláusula terceira proibia a cessão do imóvel ou sua sublocação, sem a anuência expressa e por escrito do locador. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

a) O pedido deve ser julgado procedente, porque a cláusula contratual foi violada e a cessão não foi expressamente autorizada pelo locador.

b) A cessão verbal do contrato é anulável, devendo ser, por conseguinte, julgado procedente o pedido, por inexistência de convalidação.

c) O pedido deve ser julgado improcedente, por respeito à boa-fé objetiva, em virtude da expectativa gerada pela conduta e inércia do locador.

d) A procedência do pedido é plenamente justificada pela inexistência de relação jurídica entre Felisberto e o Restaurante Amar Ltda.

e) Os princípios da liberdade contratual, pacta sunt servanda e boa-fé subjetiva fundamentam a procedência do pedido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Lei de Locações (Lei 8.245/1991).

A alternativa A está incorreta. O locador foi notificado e teve 30 dias para manifestar sua oposição, conforme art. 13, § 2º, da Lei de Locações: “§ 2º Desde que notificado por escrito pelo locatário, de ocorrência de uma das hipóteses deste artigo, o locador terá o prazo de trinta dias para manifestar formalmente a sua oposição.”

A alternativa B está incorreta. A exigência da forma escrita é para o consentimento do locador, e não para a cessão em si, conforme art. 13, caput, da Lei de Locações: “Art. 13. A cessão da locação, a sublocação e o empréstimo do imóvel, total ou parcialmente, dependem do consentimento prévio e escrito do locador.”

A alternativa C está correta. No caso narrado, Felisberto, locador, se manteve inerte mesmo com a regular notificação extrajudicial Maria Luiza. Logo, conforme art. 13, § 2º, da Lei de Locações, acima já transcrito, seu pedido deve ser julgado improcedente, por respeito à boa-fé objetiva, em virtude da expectativa gerada pela sua conduta e inércia.

A alternativa D está incorreta. O pedido não fica subordinado à relação jurídica entre o locador e o cessionário da locação realizada pelo locatário. Não há tal disposição na Lei de Locações.

A alternativa E está incorreta. Pelo contrário: tais princípios fundamentam a improcedência do pedido, especialmente a boa fé contratual, posto que, conforme enunciado, o locador foi regularmente notificado extrajudicialmente e se manteve inerte. Ademais, a cessionária Laurita, durante seis anos, pagou o aluguel por meio de depósito bancário identificado na conta corrente do próprio locador, Felisberto.

QUESTÃO 54. Danilo havia emprestado seu automóvel Y, para Elias, seu cunhado. Embora Ellas tenha seu próprio automóvel, X, o de Danilo, com tração nas quatro rodas, era muito mais eficiente para o trabalho de Ellas no ambiente agrário. Diante disso, Elias propôs a Danilo que, em lugar de lhe devolver o automóvel Y emprestado, dar-lhe-ia a propriedade do automóvel X. Como não usava a tração nas quatro rodas, Danilo

aceitou a proposta, acreditando estar fazendo um bom negócio, até porque o automóvel X era um pouco mais valioso que Y. A transferência do veículo foi feita no mesmo instante. Alguns dias depois, Danilo foi parado em uma blitz policial porque o automóvel X era roubado e o veículo foi imediatamente apreendido.

Assinale a opção que indica, corretamente, o que Danilo pode exigir de Elias, além da indenização dos prejuízos sofridos.

- a) O valor de mercado do automóvel X.
- b) Outro automóvel com as mesmas características do X.
- c) O preço que Elias pagou pelo automóvel X.
- d) O valor de mercado do automóvel Y.
- e) O automóvel Y de volta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a evicção.

O REsp 132.012 do STJ trata da evicção, que ocorre quando o comprador perde um bem por decisão judicial que reconhece direito de terceiro. O evicto tem direito à restituição do preço pago, com base no valor do bem na data da perda. Além disso, o art. 450 do Código Civil garante a restituição do preço, mais indenização pelos frutos restituídos, despesas contratuais, prejuízos decorrentes da evicção, custas judiciais e honorários advocatícios, salvo acordo em contrário, motivo pelo qual a alternativa correta é a letra “a”.

QUESTÃO 55. Juraci e Ronaldo são casados sob o regime da comunhão parcial de bens. Na constância do casamento, ocorreram alguns fatos Jurídicos: Juraci acertou a quadra de loteria recebeu um prêmio de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); Ronaldo adquiriu onerosamente um apartamento que foi alugado por R\$ 3.000,00 (três mil reais); e Juraci recebeu um terreno por herança, decorrente do falecimento de sua mãe. Essa situação fática chegou ao Juiz em ação de divórcio com partilha de bens.

De acordo com a situação hipotética apresentada, assinale a opção que indica o que o Juiz deve considerar comuns e determinar a partilha.

- a) O apartamento.
- b) O apartamento e os aluguéis.
- c) O prêmio da loteria e o apartamento.
- d) O prêmio da loteria, o apartamento e os aluguéis provenientes do apartamento.
- e) O prêmio de loteria, o apartamento, os aluguéis provenientes do apartamento e o terreno.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre partilha de bens.

A alternativa A está incorreta. O apartamento adquirido onerosamente por Ronaldo durante o casamento é um bem que entra na comunhão, conforme o inciso I do artigo 1.660, porém a resposta está incompleta.

A alternativa B está incorreta. O apartamento adquirido onerosamente por Ronaldo durante o casamento é um bem que entra na comunhão, conforme o inciso I do artigo 1.660. Além disso, os aluguéis provenientes desse apartamento, por serem frutos de um bem comum, também devem ser partilhados, porém, a resposta está incompleta.

A alternativa C está incorreta. O apartamento adquirido onerosamente por Ronaldo durante o casamento é um bem que entra na comunhão, conforme o inciso I do artigo 1.660. Além disso, os aluguéis provenientes desse apartamento, por serem frutos de um bem comum, também devem ser partilhados. O prêmio de loteria recebido por Juraci também é considerado um bem comum, pois se trata de um bem adquirido por fato eventual durante o casamento, porém, a resposta está incompleta

A alternativa D está correta. O juiz deve considerar comuns e determinar a partilha o prêmio de loteria, o apartamento e os aluguéis provenientes do apartamento.

A alternativa E está incorreta. O terreno recebido por Juraci por herança não entra na comunhão de bens. O artigo 1.659 do Código Civil exclui da comunhão os bens que sobrevierem a cada cônjuge por doação ou sucessão. Portanto, o terreno recebido por herança por Juraci não deve ser partilhado.

QUESTÃO 56. Aderbal, morador no condomínio Epitácio, foi procurado por Brígida e Catarina, vizinhas que dividem o apartamento em frente ao seu. Elas queriam alugar a vaga de garagem de Aderbal no edifício, oferecendo-se a pagar R\$ 200,00 (duzentos reais) por mês. Aderbal aceitou a proposta e a locação foi celebrada entre ele e ambas as vizinhas, por prazo indeterminado. Os aluguéis foram pontualmente pagos por meio de transferências bancárias nos primeiros meses, mas, recentemente, Aderbal se deu conta de que há dois meses não ocorria qualquer depósito da parte delas na sua conta. Em razão disso, foi procurar as vizinhas e encontrou somente Brígida, que relatou um desentendimento com Catarina, que abandonou a moradia, deixando-a em difícil situação financeira, tendo dificuldades de pagar a locação da vaga de garagem e o aluguel do apartamento. Brígida disse a Aderbal que está fazendo o possível e que, ainda esta semana, fará o pagamento de metade dos aluguéis pendentes, mas que não pode ser responsabilizada pela parte de Catarina na dívida. Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

- a) Brígida tem razão, sem prejuízo de Aderbal poder pôr fim ao contrato em virtude do inadimplemento.
- b) Aderbal pode sim cobrar de Brígida toda a dívida inadimplida, em razão da solidariedade entre as devedoras.
- c) Brígida, embora não se tenha convencionado solidariedade, responde pela parte de Catarina por ser a vaga indivisível.

d) Brígida, como o contrato foi celebrado por prazo indeterminado, pode permanecer usando a vaga pagando R\$ 100,00 (cem reais).

e) Somente após três meses de aluguéis atrasados pode Aderbal tomar medidas contra Brígida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema obrigações.

Inicialmente, esclarece-se que a regulamentação do caso narrado se dará pelo Código Civil, e não pela Lei de Locações, conforme determina o artigo 1º, parágrafo único, alínea “a”, item 2, da referida Lei, vejamos: “Parágrafo único. Continuam regulados pelo Código Civil e pelas leis especiais: a) as locações: (...) 2. de vagas autônomas de garagem ou de espaços para estacionamento de veículos;”. Pois bem. De acordo com artigo 265 do Código Civil, a solidariedade não se presume. Vejamos: “Art. 265. A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes.”. Logo, não há de se falar em solidariedade no caso concreto proposto, respondendo, cada parte, pela metade da dívida, conforme dispõe art. 257 do Código Civil: “Art. 257. Havendo mais de um devedor ou mais de um credor em obrigação divisível, esta presume-se dividida em tantas obrigações, iguais e distintas, quantos os credores ou devedores.” Dessa forma, de fato, Brígida está correta e não pode ser responsabilizada pela parte de Catarina na dívida, já que não há solidariedade. No entanto, Aderbal pode, em razão do inadimplemento, pôr fim ao contrato. Logo, a alternativa correta é a letra A.

Automaticamente, as alternativas B e C ficam incorretas, pois como não há solidariedade, Aderbal não pode cobrar de Brígida toda a dívida inadimplida, pois Brígida não responde pela parte de Catarina.

A alternativa D está incorreta. Para que permaneça usando a vaga, a parcela deve ser paga por inteiro, no valor de R\$ 200,00. O credor não pode ser obrigado a receber em partes, conforme art. 314 do Código Civil: “Art. 314. Ainda que a obrigação tenha por objeto prestação divisível, não pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim não se ajustou.”

A alternativa E também está incorreta. Não há tal exigência de tempo no Código Civil. Tão logo não paga a dívida, em seu termo, o devedor já se constitui em mora. Conforme art. 397 do Código Civil: “Art. 397. O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor.”

QUESTÃO 57. Zelito tem três filhos (Yone, Xisto e Valter) e dois netos (Umberto, filho de Yone, e Tânia, filha de Xisto). Quando Zelito morreu, sua sucessão foi particularmente complexa porque Yone renunciou à herança e Xisto foi excluído da sucessão por indignidade.

Diante disso, assinale a opção que indica, corretamente, como a herança de Zelito será dividida.

a) Metade para Tânia e metade para Valter.

b) Metade para Umberto e metade para Valter.

c) Metade para Umberto e metade para Tânia.

d) Um terço para Umberto, um terço para Tânia e um terço para Valter.

e) Um quarto para Umberto, um quarto para Tânia e metade para Valter.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o tema das sucessões.

Na situação apresentada, a sucessão de Zelito envolve a renúncia de Yone à herança e a exclusão de Xisto por indignidade. De acordo com o Código Civil, quando um herdeiro renuncia à herança, ele é considerado como se nunca tivesse existido para fins de sucessão, e sua parte é acrescida aos demais herdeiros da mesma classe. No caso de exclusão por indignidade, o herdeiro é igualmente considerado como se nunca tivesse existido para a sucessão. Com Yone renunciando à herança e Xisto sendo excluído por indignidade, a herança de Zelito deve ser dividida entre os herdeiros restantes. Segundo o art. 1.811 do Código Civil, a renúncia de um herdeiro impede que os seus descendentes herdem por representação. Como Yone (filha do falecido) renunciou à herança, seu filho Umberto não pode suceder em seu lugar; a vocação hereditária segue para os demais herdeiros na ordem de vocação, sem admitir o direito de representação nessa hipótese. Além disso, o art. 1.816 do Código Civil estabelece que os efeitos da exclusão são estritamente pessoais: o herdeiro excluído é tratado como se houvesse falecido antes da abertura da sucessão, de modo que seus descendentes a sucedem por representação. Assim, embora Xisto tenha sido excluído, seu filho Valter herda a quota que caberia ao pai. Portanto, a herança de Zelito será dividida em duas partes iguais, metade para Tânia e metade para Valter.

QUESTÃO 58. Capitu, modelo e influencer digital, decidiu criar uma conta em uma plataforma digital de acesso restrito para compartilhar seus ensaios fotográficos artísticos contendo nudez parcial, destinados exclusivamente a seus assinantes, mediante pagamento de uma mensalidade. A iniciativa foi muito bem-sucedida e a conta de Capitu, em poucas semanas, já tinha milhares de assinaturas, gerando excelente retorno financeiro. Alguns meses depois, Capitu foi surpreendida ao ver que algumas de suas fotografias tinham sido retiradas de sua conta na referida plataforma, sem autorização, e publicadas em uma revista online. Diante da situação hipotética narrada e de acordo com a legislação vigente e com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

a) Capitu tem direito a solicitar a retirada das fotografias diretamente com o provedor da revista online, sem necessidade de decisão judicial e sob pena de responsabilização civil, com base no direito de imagem e, também, por se tratar de cena de nudez, conforme previsto no Marco Civil da Internet.

b) Capitu, devido à publicação não autorizada das suas fotografias pela revista online, somente provando o prejuízo material, poderá pleitear indenização, pois a publicação não autorizada das fotos tinha fins lucrativos.

c) Capitu deverá solicitar judicialmente a retirada das suas fotografias da revista online, uma vez que as fotos não se enquadram no conceito adotado pelo Superior Tribunal de Justiça de imagens íntimas de caráter privado.

d) Capitu pode solicitar a remoção das fotografias diretamente com o provedor da revista online, mas não tem direito a indenização, pois, ao disponibilizá-las publicamente, consentir com a reprodução em outros meios e mídias.

e) Capitu não pode solicitar a remoção das fotografias, pois, ao disponibilizá-las na plataforma de assinatura, implicitamente, consentiu com a reprodução em outros meios de comunicação e, pela mesma razão, não faz jus à indenização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Marco Legal da Internet (Lei 12.965/2014).

No tocante ao caso narrado, em específico, o STJ já decidiu, no REsp 1.930.256, que apenas com ordem judicial o provedor da revista online será obrigado a retirar o conteúdo referido do ar. Isso porque imagens de nudez produzidas originalmente para fins comerciais, ainda que divulgadas de modo não autorizado não ostentam natureza “privada”, não se enquadrando na reserva de jurisdição prevista no art. 21 da Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet). Assim, será necessária ordem judicial para obrigar a remoção do conteúdo de nudez “comercial” pela revista online. Vejamos trecho da decisão: “(...) 2.4 É indiscutível que a nudez e os atos de conteúdo sexuais são inerentes à intimidade das pessoas e, justamente por isso, dão-se, em regra e na maioria dos casos, de modo reservado, particular e privativo. Todavia - e a exceção existe justamente para confirmar a regra - nem sempre o conteúdo íntimo, reproduzido em fotos, vídeos e outro material, apresenta a referida natureza privada. 3. As imagens íntimas produzidas e cedidas com fins comerciais - a esvaziar por completo sua natureza privada e reservada - não se amoldam ao espectro normativo (e protetivo) do art. 21 do Marco Civil da Internet, que excepciona a regra de reserva da jurisdição. 3.1 Sua divulgação, na rede mundial de computadores, sem autorização da pessoa reproduzida, por evidente, consubstancia ato ilícito passível de proteção jurídica, mas não tem o condão de excepcionar a reserva de jurisdição (que se presume constitucional, até declaração em contrário pelo Supremo Tribunal Federal). 3.2 A proteção, legitimamente vindicada pela demandante, sobre o material fotográfico de conteúdo íntimo, produzido comercialmente e divulgado por terceiros sem a sua autorização, destina-se a evitar/reparar uma lesão de cunho primordialmente patrimonial à autora (especificamente, os alegados lucros cessantes) e, apenas indiretamente, a sua intimidade. (...)”. (REsp 1.930.256-SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, Rel. Ac. Min. Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, por maioria, julgado em 07/12/2021). Por fim, a título de esclarecimento, vejamos texto do art. 21 da Lei 12.965/2014: “Art. 21. O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo.” Portanto, a alternativa correta é a letra C. As demais alternativas, tomando por base todo o exposto acima, ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 59. Genailda e Florisvaldo constituíram uma união estável em agosto de 2015, que durou até dezembro de 2020, quando Florisvaldo abandonou o lar. No período de convivência, o casal adquiriu uma

pequena casa, situada em um lote de 200 (duzentos) metros quadrados, no bairro periférico de uma grande cidade.

No ano de 2025, Florisvaldo ingressou com ação de dissolução de união estável no bojo da qual pleiteou a partilha do patrimônio adquirido na constância do relacionamento do casal. Em sua contestação, Genailda alegou que o único bem adquirido durante a união estável seria o imóvel, mas ele não mais integraria o patrimônio do casal em função da usucapião que deveria ser reconhecida em favor dela, uma vez que teria permanecido na posse direta e exclusiva do bem, sem que houvesse qualquer oposição desde a data do abandono do lar pelo seu ex-companheiro.

A luz do que dispõe o Código Civil, assinale a opção que apresenta a decisão correta para o caso.

a) Genailda só poderia usucapir o bem em função do abandono do ex-companheiro se o imóvel se situasse em área rural.

b) Não é possível reconhecer a usucapião, uma vez que entre cônjuges/conviventes não flui o prazo de prescrição aquisitiva.

c) Genailda só poderia usucapir o bem se o abandono do companheiro tivesse ocorrido há mais de dez anos, o que não ocorreu no caso concreto.

d) Assiste razão à Genailda, em razão da chamada usucapião pró-família, previsto no Art. 1.240-A do Código Civil, que prevê essa possibilidade para o convivente que exercer por quatro anos a posse exclusiva do bem imóvel de até 250 (duzentos e cinquenta) metros quadrados, após o abandono do lar pelo outro convivente.

e) Assiste razão à Genailda, em razão da chamada usucapião pró-família, previsto no Art. 1.240-A do Código Civil, que prevê essa possibilidade para o convivente que exercer por dois anos a posse exclusiva de bem imóvel de até 250 (duzentos e cinquenta) metros quadrados, após o abandono do lar pelo outro convivente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o tema de usucapião.

A alternativa A está incorreta. O instituto da usucapião pró-família, previsto no art. 1.240-A do Código Civil, aplica-se especificamente a imóveis urbanos residenciais de até 250 metros quadrados. O artigo não faz referência à área rural, que possui outros tipos de usucapião (rural, extraordinária, ordinária, etc.). Portanto, a localização do imóvel em zona urbana é requisito para o reconhecimento da usucapião pró-família, não rural. Como o imóvel é urbano, essa regra se aplica.

A alternativa B está incorreta. O Código Civil não exclui a possibilidade da usucapião entre conviventes ou cônjuges após o término da relação. A usucapião é um modo originário de aquisição da propriedade que depende do exercício da posse por determinado tempo, independentemente da relação pessoal prévia. Após o abandono do lar, não há impedimento legal para que o convivente possuidor exerça a usucapião, desde que atendidos os requisitos legais. Portanto, o prazo de prescrição aquisitiva pode fluir normalmente.

A alternativa C está incorreta. O prazo de 10 anos não se aplica para a usucapião pró-família do artigo 1.240-A. Esse artigo prevê um prazo reduzido de 2 anos para posse exclusiva e contínua de imóvel residencial urbano de até 250 m² após o abandono do lar pelo outro convivente. O prazo de 10 anos se refere, por exemplo, à usucapião ordinária, que não é o caso.

A alternativa D está incorreta. O prazo previsto no art. 1.240-A é de 2 anos e não 4 anos. O artigo estabelece um prazo especial e reduzido justamente para dar proteção rápida àquele convivente que permanece na posse exclusiva do imóvel após o abandono do lar pelo outro.

A alternativa E está correta. O artigo 1.240-A do Código Civil dispõe que o convivente que exercer posse direta, contínua, pacífica e exclusiva por 2 anos sobre imóvel urbano residencial de até 250 m², após o abandono do lar pelo outro convivente, tem direito de propor a usucapião, adquirindo a propriedade. Esse dispositivo protege o convivente que fica na posse do imóvel, garantindo a segurança jurídica e o direito à moradia, especialmente em áreas urbanas de pequenas dimensões.

QUESTÃO 60. Juca ajuizou uma ação no dia 20 de março de 2025 no Juizado Especial Cível, pleiteando a troca de uma geladeira.

Na petição, Juca narrou que adquiriu a geladeira pela internet no dia 20 de novembro de 2024 e que o produto foi entregue em seu domicílio apenas no dia 29 de dezembro de 2024. Logo nos primeiros dias, a geladeira não funcionou, indicando possuir algum problema no motor. Em defesa, o fornecedor alegou a decadência do direito, uma vez que o consumidor se quedou inerte nos 50 (noventa) dias que se seguiram à compra do bem.

Com base no que dispõe o Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

a) Nas compras feitas pela internet, a decadência é contada em dobro e, por esse motivo, o respectivo prazo não teria transcorrido por completo.

b) O prazo de decadência de 90 (noventa) dias não transcorreu por completo porque o seu início se deu na data de entrega do produto e não na data da compra.

c) Nas compras feitas pela internet o prazo para a reclamação é de apenas sete dias e, portanto, já teria transcorrido por completo, o que geraria a improcedência do pedido.

d) A solução da hipótese reclama a simples aplicação do Art. 26, inciso II, do CDC, que estabelece a incidência do prazo decadencial de 30 (trinta) dias nos casos de vícios de produtos duráveis, prazo que, na hipótese apresentada, já transcorreu por completo.

e) A solução da hipótese reclama a simples aplicação do Art. 26, inciso II, do CDC, que estabelece a incidência do prazo decadencial de 90 (noventa) dias nos casos de vícios de produtos duráveis, prazo que, na hipótese apresentada, já transcorreu por completo.

Comentários

A questão versa sobre o prazo decadencial para reclamar por vícios em compras feitas pela internet.

A alternativa A está incorreta, pois não há tal previsão no CDC. O caso apresentado no enunciado enquadra-se em vício, previsto no art. 18, CDC: "Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas." O art. 26 do Código de Defesa do Consumidor, por sua vez, determina o prazo de 90 dias para reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação em bens não duráveis, vejamos: "O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em: I - trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis; II - noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis. § 1º Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.", de modo que o termo inicial será o seu recebimento.

A alternativa B está correta, por ser o que determina o art. 26 do Código de Defesa do Consumidor, vejamos: "O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em: I - trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis; II - noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis. § 1º Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços." O produto foi entregue em seu domicílio apenas no dia 29 de dezembro de 2024, de modo que somente a partir dessa data se iniciará a contagem do prazo decadencial.

A alternativa C está incorreta, pois, conforme acima explicitado, o prazo será de 90 dias da data do recebimento do produto, o que não se confunde com prazo do direito de arrependimento, previsto no art. 49, CDC: "O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio."

A alternativa D está incorreta, pois a geladeira, por tratar-se de um bem durável, terá o prazo decadencial, para reclamar por vícios aparentes ou de fácil constatação, de 90 dias, conforme supracitado.

A alternativa E está incorreta, pois, conforme acima explicitado, o prazo não transcorreu, tendo em vista que a contagem do mesmo iniciará somente da data de entrega em seu domicílio - o que ocorreu apenas no dia 29 de dezembro de 2024.

QUESTÃO 61. João, de 81 anos, encontra-se em situação de fragilidade física e econômica. Viúvo, ele reside sozinho em um pequeno imóvel rural, recebendo uma aposentadoria de um salário mínimo.

Ele tem quatro filhos:

- Ana, médica com alta renda;
- Bruno, professor universitário federal aposentado;

- Carla, que mora fora do país há mais de dez anos; e
- Daniel, que está desempregado há mais de um ano e vive de pequenos trabalhos informais.

João, diante do agravamento do seu quadro de saúde e da recusa dos filhos em lhe prestar auxílio, ajuizou ação de alimentos em face de Ana, pois gostaria que apenas ela arcasse com a prestação de alimentos em seu favor, pois é a que tem melhores condições financeiras. Ana alega que a obrigação alimentar deve ser dividida proporcionalmente entre os irmãos, conforme a capacidade de cada um, e que não pode ser compelida a arcar sozinha com o encargo.

O Juiz, por sua vez, concede alimentos provisórios, fixando a prestação exclusivamente em face de Ana.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

a) A obrigação alimentar entre os filhos em benefício do pai idoso é solidária, mas João tem o direito de escolher qual dos filhos deverá prestar alimentos, podendo Ana ser compelida a arcar integralmente, mesmo que haja outros filhos com capacidade contributiva.

b) A obrigação alimentar entre filhos é indivisível, de modo que não pode haver acordo entre o alimentando e um único filho, sendo indispensável a citação de todos os obrigados, sob pena de nulidade da sentença.

c) A fixação da obrigação alimentar dos filhos em favor de João depende de prova da incapacidade do idoso para o trabalho, bem como da insuficiência de seus proventos de aposentadoria para atender suas despesas essenciais.

d) A obrigação alimentar entre os filhos em benefício do pai idoso é solidária, de forma que todos deveriam integrar o polo passivo da demanda e dividir a obrigação, sendo possível apenas a exoneração de Daniel em razão de encontrar-se desempregado.

e) A condição de residência no exterior de Carla impede que ela seja chamada a compor o polo passivo da ação de alimentos por violação ao princípio da territorialidade da jurisdição brasileira.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o tema da obrigação alimentar.

A alternativa A está correta. A obrigação alimentar entre irmãos em favor dos pais é solidária, ou seja, todos respondem pela prestação, mas o credor pode escolher a quem demandar e exigir o valor integral. Isso está previsto no artigo 1.696 do Código Civil e reforçado pela jurisprudência do STJ. Ana pode ser compelida a pagar integralmente, cabendo a ela depois cobrar dos irmãos o que lhes couber.

A alternativa B está incorreta. Embora a obrigação seja solidária, não há nulidade por não citar todos os irmãos, pois o credor pode escolher o devedor e exigir a totalidade da prestação. A solidariedade permite isso.

A alternativa C está incorreta. É verdade que a capacidade do alimentando e sua insuficiência são requisitos para fixação dos alimentos (art. 1.694 do CC). Contudo, a questão não discute essa prova, e o juiz já concedeu alimentos provisórios. O foco está na responsabilidade entre os filhos.

A alternativa D está incorreta. A solidariedade permite que o credor escolha contra quem demandar. A exoneração só ocorre se o filho provar impossibilidade de prestar alimentos, mas todos os filhos podem ser demandados solidariamente, não sendo obrigatório que todos integrem o polo passivo.

A alternativa E está incorreta. Residir no exterior não impede a jurisdição brasileira para ações de alimentos, especialmente se o alimentante tiver bens no Brasil ou estiver sujeito à jurisdição. O art. 92 do CPC e tratados internacionais garantem meios para execução e citação.

QUESTÃO 62. O casal Edson e Gabriela propuseram ação de adoção da criança Maria Eduarda. No curso do processo, Edson veio a falecer em razão de um acidente de trânsito. Ainda assim o Juiz proferiu sentença, deferindo o pedido de adoção, determinando a inclusão dos nomes do finado Edson e de Gabriela no registro de nascimento da criança. No entanto, os pais de Edson intervieram no processo de adoção como terceiros interessados e interpuseram recurso de apelação pugnando pela reforma da sentença, argumentando que o óbito do adotante deveria, em relação a ele, levar à extinção do feito sem resolução do mérito, ressaltando as repercussões sucessórias da sentença proferida. Abstraindo eventuais temas processuais, assinale a opção que mostra, corretamente, como a questão deve ser analisada.

a) Assiste razão aos pais de Edson, porque o óbito do adotante enseja a extinção da ação de adoção em qualquer fase, haja vista o caráter personalíssimo da ação em tela.

b) Não assiste razão aos pais de Edson, porque no caso de pedidos de adoção feitos por casal a vontade do cônjuge/convivente sobrevivente supre a vontade do cônjuge/convivente falecido.

c) Não assiste razão aos pais de Edson, porque apenas no caso da póstuma o adotante não terá nenhum direito sucessório em relação ao finado, mas tão somente em relação ao adotante sobrevivente.

d) Não assiste razão aos pais de Edson, porque o ECA reconhece expressamente a adoção póstuma, desde que antes da prolação da sentença tenha havido manifestação de vontade inequívoca do falecido adotante.

e) Assiste razão aos pais de Edson, porque eles teriam que necessariamente concordar com o pedido de adoção formulado pelo finado filho, porque a vontade manifesta do adotante falecido deve ser ratificada por todos os interessados na herança.

Comentários

A questão versa sobre adoção póstuma.

A alternativa A está incorreta, pois o óbito do adotante não enseja extinção da ação de adoção, desde que inequívoca a manifestação de vontade, consoante determina o ECA, em seu art. 42, parágrafos 2º e 6º, vejamos: "Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil. (Redação

dada pela Lei nº 12.010, de 2009) §2º Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência (...) §6º A adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)".

A alternativa B está incorreta, pois a vontade de um dos cônjuges adotantes não supre a vontade do outro, sendo necessária a demonstração de inequívoca vontade do cônjuge/convivente falecido, conforme acima explicitado.

A alternativa C está incorreta, não havendo quaisquer determinações legais nesse sentido. O processo de adoção poderá ser concluído, com base nos diplomas acima explicitados.

A alternativa D está correta, por ser precisamente o que determina o determina o ECA, em seu art. 42, parágrafos 2º e 6º, vejamos: "Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) §2º Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência (...) §6º A adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)".

A alternativa E está incorreta, pois, conforme supracitado, não há tal determinação no ECA, sendo a manutenção do processo de adoção independente do aceite dos demais interessados na herança, bastando manifestação inequívoca da vontade do falecido, conforme acima explicitado.

QUESTÃO 63. Em ação cominatória de abstenção de uso de nome empresarial, discute-se a proteção conferida ao nome empresarial para a verificação de colidência com o nome de outra sociedade empresária.

O juiz adotou em sua decisão o critério da novidade estabelecido pelo Código Civil, fixando a proteção no âmbito

a) internacional, independentemente da inscrição do ato constitutivo da sociedade empresária na Junta Comercial.

b) municipal, desde que tenha havido a inscrição do ato constitutivo da sociedade empresária na Junta Comercial, sendo permitido a extensão da proteção para outros municípios do mesmo Estado ou de outros do mesmo Estado ou de outros em que a sociedade tenha filiais.

c) estadual, desde que tenha havido a inscrição do ato constitutivo da sociedade empresária na Junta Comercial

d) municipal, independentemente da inscrição do ato constitutivo da sociedade empresária na Junta Comercial.

e) nacional, desde que tenha havido a inscrição do ato constitutivo da sociedade empresária na Junta comercial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão versou sobre o âmbito territorial da proteção do nome empresarial. Segundo dispõe o Código Civil, *a inscrição do empresário, ou dos atos constitutivos das pessoas jurídicas, ou as respectivas averbações, no registro próprio, asseguram o uso exclusivo do nome nos limites do respectivo Estado. (art. 1.166).* Diante disso, temos que o Código Civil fixa a proteção no âmbito estadual.

A alternativa A está incorreta. A proteção não é internacional, mas sim estadual. Para além disso, depende da inscrição do ato constitutivo da sociedade na junta comercial.

A alternativa B está incorreta. A proteção não é municipal (mas sim estadual). Além de ser estadual, é possível que se estenda a todo território nacional, se registrado na forma da lei especial (parágrafo único do art. 1.166 do Código Civil).

A alternativa C está correta. Nos termos do art. 1.166 do Código Civil, a proteção se dá no âmbito estadual e depende da inscrição do ato constitutivo da sociedade empresária na Junta Comercial.

A alternativa D está incorreta. A proteção não é municipal, mas sim estadual. Para além disso, depende da inscrição do ato constitutivo da sociedade na junta comercial.

A alternativa E está incorreta. A proteção não é nacional, mas sim estadual. Para além disso, depende da inscrição do ato constitutivo da sociedade na junta comercial. Além de ser estadual, é possível que se estenda a todo território nacional, desde registrado na forma da lei especial (parágrafo único do art. 1.166 do Código Civil), não bastando a mera inscrição na junta para tal efeito.

QUESTÃO 64. A cooperativa poderá ser dotada de legitimidade extraordinária, autônoma e concorrente para agir como substituta processual dos associados, desde que sejam satisfeitos determinados requisitos.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, um desses requisitos.

a) A defesa dos direitos individuais homogêneos ou coletivos de seus associados.

b) A causa de pedir versa sobre atos de interesse direto dos associados que tenham relação com as obrigações deles perante a cooperativa.

c) Haja, de forma expressa, autorização manifestada pela maioria absoluta dos associados ou por meio de Assembleia Geral que delibere sobre a propositura da medida judicial.

d) Os associados devem integrar cooperativas singulares ou centrais, vedada a substituição processual para confederações de cooperativas.

e) A cooperativa tem poder para agir como substituta processual de seus associados, desde que previsto em seu estatuto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A cooperativa poderá ser dotada de legitimidade extraordinária autônoma concorrente para agir como substituta processual em defesa dos direitos coletivos de seus associados quando a causa de pedir versar sobre atos de interesse direto dos associados que tenham relação com as operações de mercado da cooperativa, desde que isso seja previsto em seu estatuto e haja, de forma expressa, autorização manifestada individualmente pelo associado ou por meio de assembleia geral que delibere sobre a propositura da medida judicial (art. 88-A da Lei 5.764/1971, incluído pela lei 13.806/2019)

A alternativa A está incorreta. O artigo 88-A fala apenas em defesa de direitos COLETIVOS, não abrangendo os direitos individuais homogêneos.

A alternativa B está incorreta. Um dos requisitos previstos no artigo 88-A é o de que a causa de pedir verse sobre atos de interesse direto dos associados que tenham relação com as operações de mercado da cooperativa (e não as obrigações dos associados perante a cooperativa).

A alternativa C está incorreta. Exige-se que haja, de forma expressa, autorização manifestada individualmente pelo associado ou por meio de assembleia geral que delibere sobre a propositura da medida judicial.

A alternativa D está incorreta. O artigo 88-A não faz exigência quanto à necessidade de integrar cooperativas singulares ou centrais, vedada a substituição processual para confederações de cooperativas.

A alternativa E está correta. A previsão no estatuto social é um dos requisitos previstos no artigo 88-A, como se vê do seguinte trecho: “A cooperativa poderá ser dotada de legitimidade extraordinária autônoma concorrente para agir como substituta processual em defesa dos direitos **coletivos** de seus associados (...) desde que isso seja **previsto em seu estatuto** e haja, de forma **expressa**, autorização manifestada individualmente pelo associado ou por meio de assembleia geral que delibere sobre a propositura da medida judicial”.

QUESTÃO 65. A Companhia Montalvânia de Arrendamento Mercantil S.A. ajuizou ação de reintegração de posse por inadimplemento de arrendamento mercantil financeiro em face da arrendatária sociedade Couto, Magalhães & Cia LTDA. Está provado nos autos pela documentação apresentada pela arrendatária que o produto da soma do Valor Residual Garantido (VRG) quitado com o valor da venda do bem foi maior que o total pactuado como VRG na contratação.

Considerada essa situação, é correto afirmar que a arrendatária

a) poderá exigir da arrendadora a devolução integral do VRG previsto contratualmente, acrescida de juros de mora e atualização monetária.

b) terá direito de receber a diferença entre o VRG previsto contratualmente e o valor obtido com a venda do bem, cabendo, entretanto, o prévio desconto de outras despesas ou encargos, se estipulados no contrato.

c) poderá exigir da arrendadora a compensação do VRG previsto contratualmente com o valor obtido com a venda do bem, vedada, contudo, a cobrança de despesas e encargos adicionais pela arrendadora.

d) poderá exigir da arrendadora a devolução de até 50% (cinquenta por cento) do valor do VRG previsto contratualmente, exceto se a arrendadora provar a não quitação de despesas e encargos contratuais.

e) terá direito a receber a diferença entre o VRG previsto contratualmente e o valor obtido com a venda do bem, cabendo, incondicionalmente, o prévio desconto de outras despesas ou encargos por parte da arrendadora.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. Veja a Súmula 564 do STJ? "No caso de reintegração de posse em arrendamento mercantil financeiro, quando a soma da importância antecipada a título de valor residual garantido (VRG) com o valor da venda do bem ultrapassar o total do VRG previsto contratualmente, o arrendatário terá direito de receber a respectiva diferença, cabendo, porém, se estipulado no contrato, o prévio desconto de outras despesas ou encargos pactuados".

A alternativa A está incorreta. A devolução não será integral, mas corresponderá à diferença entre o valor quitado e total pactuado como VRG na contratação.

A alternativa B está correta. Considerando a expressa menção no enunciado de que "o produto da soma do Valor Residual Garantido (VRG) quitado com o valor da venda do bem foi **maior** que o total pactuado como VRG na contratação", será direito do arrendatário receber a diferença, cabendo – desde que estipulado no contrato – o prévio desconto de outras despesas ou encargos contratuais, nos termos da súmula 564 do STJ.

A alternativa C está incorreta. Não há vedação da cobrança de despesas pela arrendadora. Nos termos da Súmula 564 do STJ, desde que estipulado no contrato, admite-se o prévio desconto de outras despesas ou encargos contratuais.

A alternativa D está incorreta. Não há previsão de devolução de 50%.

A alternativa E está incorreta. A possibilidade de descontos não é incondicionada como trouxe a assertiva. Somente será possível se houver previsão contratual nesse sentido.

QUESTÃO 66. Em relação aos honorários advocatícios devidos antes e após a decretação da falência, é correto afirmar que

a) os honorários equiparam-se aos créditos trabalhistas para efeito de habilitação, observado o limite de valor de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos, sendo o excedente crédito quirografário. Já os

honorários de advogado resultantes de trabalhos prestados à massa falida, depois do decreto de falência, são créditos extraconcursais independentemente do valor.

b) os honorários equiparam-se aos créditos trabalhistas para efeito de habilitação, sendo privilegiados pelo valor integral em razão de sua natureza alimentar. Já os honorários de advogado resultantes de trabalhos prestados à massa falida, depois do decreto de falência, são créditos extraconcursais até o limite de valor de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos e o excedente é crédito quirografário.

c) os honorários equiparam-se aos créditos trabalhistas para efeito de habilitação, observado o limite de valor de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos, sendo o excedente crédito subordinado. Já os honorários de advogado resultantes de trabalhos prestados à massa falida, depois do decreto de falência, são créditos extraconcursais independentemente do valor.

d) os honorários equiparam-se aos créditos trabalhistas para efeito de habilitação, sendo privilegiados pelo valor integral em razão de sua natureza alimentar. Já os honorários de advogado resultantes de trabalhos prestados à massa falida, depois do decreto de falência, são créditos extraconcursais independentemente do valor.

e) os honorários equiparam-se aos créditos trabalhistas para efeito de habilitação, observado o limite de valor de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos, sendo o excedente crédito quirografário. Já os honorários de advogado resultantes de trabalhos prestados à massa falida, depois do decreto de falência, são créditos extraconcursais até o limite de valor de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos, sendo o excedente crédito subordinado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) firmou tese de recurso repetitivo no sentido de que “I - os créditos resultantes de honorários advocatícios têm natureza **alimentar** e equiparam-se aos trabalhistas para efeito de habilitação em falência, seja pela regência do Decreto-Lei n. 7.661/1945, seja pela forma prevista na Lei n. 11.101/2005, observado o limite de valor previsto no artigo 83, inciso I, do referido Diploma legal. II - são créditos extraconcursais os honorários de advogado resultantes de trabalhos prestados à massa falida, depois do decreto de falência, nos termos dos arts. 84 e 149 da Lei n. 11.101/2005” Assim, para efeitos de habilitação, os créditos resultantes de honorários advocatícios têm natureza alimentar, equiparando-se aos créditos trabalhistas, e deve observar o limite previsto no art. 83, I (150 salários-mínimos). O excedente aos 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos, por sua vez, é caracterizado como crédito quirografário, vide REsp n. 1.649.774/SP. Os honorários resultantes de trabalhos prestados à massa falida (depois do decreto de falência), por sua vez, possuem natureza extraconcursal.

A alternativa B está incorreta. Isso porque a equiparação ao crédito trabalhista se dá também em relação ao limite de 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos, e não à integralidade do valor, como trouxe a assertiva. Para além disso, não há a referida limitação de valor em relação aos trabalhos prestados à massa falida (natureza extraconcursal) após a decretação da falência.

A alternativa C está incorreta. O excedente aos 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos, por sua vez, é caracterizado como crédito quirografário, vide REsp n. 1.649.774/SP.

A alternativa D está incorreta. Isso porque a equiparação ao crédito trabalhista se dá também em relação ao limite de 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos, e não à integralidade do valor, como trouxe a assertiva.

A alternativa E está incorreta. Já os honorários de advogado resultantes de trabalhos prestados à massa falida, depois do decreto de falência, são créditos extraconcursais e não se subordinam à limitação de 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos.

QUESTÃO 67. A sociedade empresária Frigorífico S.A, especializada no setor alimentício, viu-se diante de momentânea dificuldade financeira para o pagamento dos seus fornecedores. Nesse sentido, pegou empréstimos com instituições financeiras, o que deixou sua situação ainda mais sensível. Sendo assim, seus advogados passaram a recomendar, como medida protetiva, o pedido de recuperação judicial, uma vez que, apesar das diversas dívidas, a sociedade se encontra operante e produzindo receita.

Acerca disso, considerando que se trata de sociedade anônima, assinale a afirmativa incorreta.

a) A Frigorífico S.A. deverá apresentar as demonstrações contábeis relativas aos três últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da Lei nº 6.404/1964.

b) Os administradores podem realizar pedido de recuperação judicial, com a concordância do acionista controlador, apenas em caso de urgência.

c) Será necessário apresentar o estatuto social da sociedade empresária Frigorífico S.A., de modo a comprovar sua data de constituição.

d) Não há necessidade de convocar a Assembleia Geral para deliberar acerca da recuperação judicial da Frigorífico S.A, podendo ser realizada diretamente pelos administradores, desde que haja anuência do acionista controlador.

e) A sociedade empresária Frigorífico S.A, precisará apresentar a relação de bens particulares dos seus administradores.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**.

A alternativa A está correta. Nos termos da lei 11.101/2005, “Art. 51. (...) A petição inicial de recuperação judicial será instruída com: (...) II - 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de (...). É de se ressaltar a existência de equívoco formal na referida alternativa que citou a lei como sendo 6.404/1964 quando, em realidade, o número correto é a Lei 6.404/1976.

A alternativa B está correta. “Em caso de urgência, a confissão de falência ou o pedido de recuperação judicial poderá ser formulado pelos administradores, com a concordância do acionista controlador, se houver,

hipótese em que a assembleia geral será convocada imediatamente para deliberar sobre a matéria”. (art. 122 da lei 6.404/1976).

A alternativa C está correta. Nos termos da lei 11.101/2005, “Art. 51. (...) A petição inicial de recuperação judicial será instruída com: (...) V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;”

A alternativa D está incorreta. “Em caso de urgência, a confissão de falência ou o pedido de recuperação judicial poderá ser formulado pelos administradores, com a concordância do acionista controlador, se houver, hipótese em que a assembleia geral será convocada imediatamente para deliberar sobre a matéria”. (art. 122 da lei 6.404/1976). Desse modo, a assembleia geral DEVE sim ser convocada no caso de pedido formulado pelos administradores.

A alternativa E está correta. Nos termos da lei 11.101/2005, “Art. 51. (...) A petição inicial de recuperação judicial será instruída com: (...) VI – a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;”

QUESTÃO 68. A sociedade empresária Pacajá Concessionária de Veículos Ltda. Ajuizou ação em face de Montefiori Brasil S.A. para obter a declaração de nulidade de três cláusulas contratuais contidas no contrato de concessão comercial celebrado entre elas e que tem por objeto a comercialização de veículos automotores fabricados pela segunda. Adicionalmente, a autora pleiteia o pagamento de indenização pelos prejuízos que alega ter tido pelo cumprimento das aludidas cláusulas.

A primeira cláusula estabelece a distância mínima de 10 (dez) quilômetros entre estabelecimentos de concessionários da mesma rede, o que viola os princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, fixando a “cláusula de raio” impositiva e de adesão, pois não houve discussão dessa cláusula nem antes nem após a celebração do contrato.

A segunda cláusula autoriza, a critério da concedente, a atuação de mais de um concessionário da mesma rede na área operacional de responsabilidade da autora para o exercício das mesmas atividades empresariais, violando a exclusividade da concessão, característica essencial do contrato.

A terceira e última cláusula contestada impõe o índice de fidelidade na aquisição de componentes dos veículos automotores da concedente, estendendo-o às aquisições que a autora fizer de acessórios para veículos automotores.

Como Juiz(a), ao analisar o contrato e as cláusulas contestadas, você decidiria pela

a) procedência parcial do pedido, pois apenas a cláusula que estende o índice de fidelidade para as aquisições que a autora fizer de acessórios para veículos automotores é vedada, sendo as demais ilícitas.

b) improcedência do pedido, uma vez que são lícitas todas as cláusulas apontadas pela autora, decorrendo de liberdade contratual e das características do contrato de concessão comercial e de sua regulamentação.

c) procedência parcial do pedido, pois apenas a cláusula de raio é nula, por ser vedada a fixação de qualquer limite territorial entre as concessionárias pela concedente.

d) procedência do pedido diante da nulidade de todas as cláusulas invocadas, acatando os argumentos apresentados como motivação para a decisão

e) procedência parcial do pedido, pois apenas a cláusula que autoriza a atuação de mais de um concessionário da mesma rede na área operacional é nula por violar a exclusividade da concessionária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Vamos analisar cláusula por cláusula. A cláusula primeira com a denominada “cláusula de raio” é válida e inerente ao contrato de concessão. “São inerentes à concessão distâncias mínimas entre estabelecimentos de concessionários da mesma rede, fixadas segundo critérios de potencial de mercado (art. 5º, II, da lei 6.729/1979)”. A própria lei estabelece a possibilidade de estabelecimento de distância mínima. Para além disso, o entendimento do STJ quanto à referida cláusula em outros contratos, como o de shopping center, é pela sua validade para justificar e garantir o fim econômico do empreendimento. (REsp n. 1.535.727/RS). A segunda cláusula também é válida. São inerentes à concessão área operacional de responsabilidade do concessionário para o exercício de suas atividades. A área poderá conter mais de um concessionário da mesma rede (inciso I, c/c §1º do art. 5º da lei 6.729/1979). A terceira cláusula, por sua vez, é inválida. Não estão sujeitas ao índice de fidelidade de compra ao concedente: as aquisições que o concessionário fizer de acessórios para veículos automotores (parágrafo único, "a" do art. 8º da lei 6.279/1979) Assim, deve ser decidido pela procedência parcial do pedido, pois apenas a cláusula que estende o índice de fidelidade para as aquisições que a autora fizer de acessórios para veículos automotores é vedada, sendo as demais ilícitas.

A alternativa B está incorreta. Como dito, a cláusula terceira é inválida. Não estão sujeitas ao índice de fidelidade de compra ao concedente: as aquisições que o concessionário fizer de acessórios para veículos automotores (parágrafo único, "a" do art. 8º da lei 6.279/1979)

A alternativa C está incorreta. A cláusula de raio, por si só, não é tida como inválida. Nos contratos de concessão mercantil, são inerentes à concessão distâncias mínimas entre estabelecimentos de concessionários da mesma rede, fixadas segundo critérios de potencial de mercado (art. 5º, II, da lei 6.729/1979)”.

A alternativa D está incorreta. As cláusulas primeira e segunda são válidas. Apenas a cláusula terceira seria inválida, de modo que é incorreto afirmar que todas as cláusulas são nulas.

A alternativa E está incorreta. A segunda cláusula, diferentemente do que trouxe a assertiva, é válida. São inerentes à concessão área operacional de responsabilidade do concessionário para o exercício de suas atividades. A área poderá conter mais de um concessionário da mesma rede (inciso I, c/c §1º do art. 5º da lei 6.729/1979).

QUESTÃO 69. Sobre a eficácia da Lei Penal no tempo, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

() A Lei Penal temporária ou excepcional, mesmo após a sua autorrevogação, goza de ultra-atividade, sendo aplicada ao fato praticado durante a sua vigência.

() A lei posterior, que deixa de considerar determinado fato como criminoso, retroage para alcançar fatos anteriores, ainda que definitivamente julgados no âmbito criminal, cessando, em virtude dela, a execução e os efeitos penais e extrapenais da sentença condenatória.

() No crime permanente, se este é iniciado sob a eficácia de uma lei e sua situação consumativa danosa persiste já sob a vigência de uma lei nova, aplica-se esta, ainda que mais severa que a primeira, por ela revogada.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F – F – V.

b) V – V – V.

c) V – V – F.

d) F – V – F.

e) V – F – V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata de lei penal no tempo.

O item I está correto. É o que dispõe o artigo 3º do Código Penal, no que tange a aplicabilidade da lei penal temporária ou excepcional. Ela continua a produzir os seus efeitos quanto a atos praticados enquanto estava em vigor.

O item II está incorreto. A abolitio criminis possui efeito retroativo, atingindo, inclusive, as condenações transitadas em julgado. Porém, atinge, apenas, os efeitos penais da condenação. Os efeitos extrapenais são preservados.

O item III está correto. De acordo com a Súmula 711 do Supremo Tribunal Federal, nos crimes permanentes a consumação se prolonga no tempo, aplicando-se, assim, a lei mais severa se ela entrar em vigor durante essa permanência do fato ilícito.

QUESTÃO 70. A Lei nº 13.964/2019 trouxe novidades à sistemática do arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza.

Acerca da nova redação do Art. 28 do Código de Processo Penal e da interpretação que o Supremo Tribunal Federal lhe conferiu, assinale a afirmativa correta.

a) A vítima, ou seu representante legal, e a autoridade policial poderão, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação do arquivamento, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispõe a respectiva lei orgânica.

b) Nas ações penais públicas, a revisão do arquivamento do inquérito policial poderá ser provocada pela chefia do Poder Executivo da União, dos Estados e dos Municípios.

c) Além da vítima ou de seu representante legal, a autoridade judicial competente também poderá submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, caso verifique patente ilegalidade ou teratologia no ato do arquivamento.

d) A Suprema Corte entendeu que a revisão do ato do arquivamento do Ministério Público viola o princípio da Inafastabilidade do controle jurisdicional e reprimiu a antiga sistemática, na qual cabe ao Poder Judiciário homologar o arquivamento.

e) A inovação legislativa depurou o sistema acusatório, na medida em que fixou caber ao Juiz apenas as formalidades necessárias à baixa definitiva dos autos da investigação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o arquivamento de inquérito policial. A reforma do art. 28 do CPP atribuiu exclusivamente ao Ministério Público o ato de arquivar o inquérito; o juiz apenas recebe a comunicação para dar baixa, sem homologação. Se a vítima (ou seu representante) ou a própria autoridade policial discordarem, podem, em até trinta dias, provocar o órgão ministerial competente para revisão interna.

A alternativa A está incorreta. A alternativa sugere que a vítima, ou seu representante legal, e a autoridade policial podem submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial. No entanto, a autoridade policial não tem essa prerrogativa. Apenas a vítima ou seu representante legal pode requerer a revisão do arquivamento, conforme a nova sistemática introduzida pela Lei nº 13.964/2019;

A alternativa B está incorreta. Nas ações penais públicas, a revisão do arquivamento do inquérito policial pode ser provocada pela chefia do Poder Executivo da União, dos Estados e dos Municípios, quando a vítima do crime for, respectivamente, a União, o Estado ou o Município.

A alternativa C está correta. O Supremo Tribunal Federal (STF) interpretou que, mesmo sem previsão legal expressa, o Ministério Público deve submeter sua manifestação de arquivamento à autoridade judicial. O juiz, por sua vez, pode provocar a instância de revisão ministerial caso identifique ilegalidade ou teratologia no ato de arquivamento. Essa interpretação cria uma sistemática híbrida, onde o juiz não precisa mais homologar o arquivamento, mas pode intervir se houver irregularidades evidentes, conforme ADI 6.298/DF, ADI 6.299/DF, ADI 6.300/DF e ADI 6.305/DF;

A alternativa D está incorreta. A decisão do STF foi no sentido de que o arquivamento deve ser comunicado ao Judiciário, mas não que este deva homologá-lo, a menos que haja ilegalidade ou teratologia;

A alternativa E está incorreta. Embora a lei tenha reforçado o papel do Ministério Público no arquivamento, a afirmação de que o juiz só realiza formalidades não é precisa, pois ele ainda pode intervir em casos de ilegalidade.

QUESTÃO 71. Em uma rua erma e durante a madrugada, Fábio foi abordado por Ricardo, que, portando um pequeno pedaço de pau, determinou ao primeiro, sob ameaça de injúria física, que repassasse todo o dinheiro em espécie que possuía.

Diante da grave ameaça, Fábio retirou de seu bolso frontal os R\$ 400,00 (quatrocentos reais) que dispunha e estendeu uma de suas mãos para entregar a quantia reclamada por Ricardo. Este, quando estava prestes a tomar para si o dinheiro, ouviu o barulho de uma sirene nas proximidades. Julgando ser oriundo de uma viatura policial, Ricardo ficou temeroso, determinou que a vítima guardasse novamente o dinheiro, abandonou no chão o pedaço de madeira que portava e deixou o local.

Durante a fuga, já na esquina da rua, Ricardo constatou que aquele som escutado por ele era proveniente de uma ambulância que transitava pela localidade.

Acerca dos fatos acima relatados, assinale a afirmativa correta.

- a) Ricardo deve ser responsabilizado por crime de tentativa de roubo próprio.
- b) Ricardo deve ser responsabilizado por crime de roubo impróprio consumado.
- c) Ricardo deve ser responsabilizado por crime de extorsão, na modalidade tentada.
- d) Há arrependimento eficaz, demandando-se a aplicação do Art. 15 do CP, com consequente afastamento da tentativa do crime de roubo.
- e) Há desistência voluntária, demandando-se a aplicação do Art. 15 do CP, com consequente afastamento da tentativa do crime de roubo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do instituto da tentativa nos crimes complexos e do crime de roubo.

A alternativa A está correta. No presente caso, o agente desistiu da empreitada criminosa por circunstâncias alheias a sua vontade. Ele acreditava que a sirene da ambulância era da polícia, e, por isso, desistiu de prosseguir com a ação, respondendo, portanto, pelos atos praticados, nos termos do artigo 14, inciso II, do código penal. O crime de roubo próprio, em que a violência é empregada para se subtrair a coisa, se consuma com a inversão da posse do bem (ainda que por curto espaço de tempo), nos termos da Súmula 582 do Superior Tribunal de Justiça.

A alternativa B está incorreta. Não se trata de roubo impróprio (art. 157, §1º, do Código Penal), pois a violência empregada foi anterior a subtração (não posterior à posse).

A alternativa C está incorreta. No delito de roubo, a colaboração da vítima é dispensável. Já no delito de extorsão, a colaboração da vítima é indispensável. Portanto, não se configura o crime de extorsão na presente hipótese, pois a vítima não teve efetiva colaboração na empreitada criminosa de Ricardo.

A alternativa D está incorreta. Não há falar em consumação do crime de roubo, o que afasta o arrependimento eficaz (conforme mais bem explicado na alternativa A).

A alternativa E está incorreta. A desistência não foi espontânea, mas motivada por receio externo. Portanto, não é possível se aplicar o instituto da desistência voluntária. Para que seja aplicada a desistência voluntária é necessário que o agente interrompa a empreitada criminosa por decisão livre e consciente, o que não ocorreu no caso (pois parou de prosseguir com a ação por conta da sirene da ambulância).

QUESTÃO 72. Assinale a opção que identifica, corretamente, quem deverá ser considerado reincidente, caso condenado pelo novo fato imputado.

a) Valéria foi acusada de contrabando ocorrido em 2015, e condenada em 2016, e a sentença transitou em julgado em 2017, mesmo ano em que a pena foi extinta pelo cumprimento. Em 2024, foi acusada de outro delito de contrabando ocorrido em 2023.

b) Adriana, no exercício do cargo político de Prefeita, praticou o delito de peculato, fato ocorrido em 2021, tendo sido condenada definitivamente, em 2023. Ela ainda não foi localizada para o cumprimento de pena, mas foi acusada da prática do delito de estelionato ocorrido em 2022.

c) Ana Paula foi definitivamente condenada, em 2022, pela contravenção penal de vias de fato, ocorrida em 2019, tendo iniciado o cumprimento da pena em 2023, mesmo ano em que recebeu indulto pleno. Em 2024, foi acusada da prática de delito de lesão corporal leve.

d) Caroline foi condenada por crime militar próprio de deserção, ocorrido em 2019, cuja sentença transitou em julgado em 2021, tendo terminado o cumprimento da pena em 2022, e, em 2024, foi acusada da prática de delito contra o sistema financeiro, cujo fato teria ocorrido em 2023.

e) Giovana, condenada com trânsito em julgado da condenação ocorrida em 2011 por um delito de lesão corporal culposa ocorrido em 2014, terminou o cumprimento da pena em 2016. Em 2023, foi denunciada novamente pelo delito de roubo, praticado em 2020.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão versa sobre o instituto da reincidência.

A alternativa A está incorreta. Valéria cometeu, no ano de 2015, o crime de contrabando. Sua pena foi cumprida em 2017 (o período depurador se encerrou no ano de 2022 – 5 anos). No ano de 2023, ela comete novo crime, e, para todos os fins, é considerada primária, nos termos do artigo 64, inciso II, do Código Penal.

A alternativa B está incorreta. O novo crime foi cometido antes da condenação anterior transitar em julgado. Nos termos do artigo 63, do Código Penal, não se configura a reincidência.

A alternativa C está incorreta. A contravenção penal não gera reincidência em crime e, portanto, Ana Paula é ré primária.

A alternativa D está incorreta. Os crimes militares próprios não geram reincidência, nos termos do artigo 64, inciso I, do Código Penal.

A alternativa E está correta. O primeiro crime (lesão culposa) teve sua pena cumprida em 2016. O novo crime foi cometido no ano de 2020 (roubo). Ou seja, não há o respeito ao lapso temporal do artigo 64, inciso II do Código Penal. Portanto, Giovana será considerada reincidente.

QUESTÃO 73. Antônio, professor respeitado na escola, ofereceu carona à sua aluna Lívia, adolescente de 13 anos, que aceitou a oferta. Ainda no estacionamento da escola, Antônio acariciou os seios da aluna, beijou-a na boca e, enquanto se despia, foi surpreendido pela diretora da escola, que bateu na janela do carro interrompendo a ação, e em seguida, chamou a Polícia. A respeito da adequação típica da conduta e da incidência da agravante prevista no Art. 61, inciso II, alínea f, do Código Penal (Art. 61. São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: II - ter o agente cometido o crime: f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica) e da causa de aumento, prevista no Art. 226, inciso II do Código Penal (Art. 226. A pena é aumentada: II - de metade, se o agente é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela), à luz do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta:

a) Antônio praticou o crime de importunação sexual e não é admissível a incidência concomitante da agravante e da causa de aumento mencionadas.

b) Antônio praticou o crime de estupro de vulnerável tentado e não é admissível a incidência concomitante da agravante e da causa de aumento mencionadas.

c) Antônio praticou o crime de estupro de vulnerável consumado e é admissível a incidência concomitante da agravante e da causa de aumento mencionadas.

d) Antônio praticou o crime de estupro de vulnerável consumado e não é admissível a incidência concomitante da agravante e da causa de aumento mencionadas.

e) Antônio praticou o crime de importunação sexual e é admissível a incidência concomitante da agravante e da causa de aumento mencionadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre o crime de estupro de vulnerável (art. 217-A, do Código Penal).

As alternativas A e B estão incorretas. Temos o crime de estupro de vulnerável consumado, pois houve atos libidinosos com menor de 14 anos (acariciar seios e beijos lascivos).

A alternativa C está incorreta. O STJ admite a cumulação da causa de aumento com a majorante nos casos em que os fundamentos fáticos são distintos, como, por exemplo, a relação de autoridade e violência doméstica. No presente caso, Antônio era professor de Lívia, o que se faz presente a relação de autoridade, não havendo falar em aplicação da agravante de pena e, ainda, causa de aumento, sob pena de bis in idem.

A alternativa D está correta. É crime de estupro de vulnerável consumado, não se aplicando a agravante e a majorante por fundarem-se na mesma circunstância (relação de autoridade).

A alternativa E está incorreta. O tipo penal de importunação não se aplica ao presente caso.

QUESTÃO 74. Eduardo, reincidente, com 20 anos à época dos fatos, responde pelo crime de furto qualificado após ter quebrado o vidro de um veículo e subtraído, de seu banco traseiro, uma mochila com um computador. O delito referido tem uma pena de reclusão prevista de 2 a 8 anos e multa (Art. 155, § 4º, do CP). Na sentença condenatória, com trânsito em julgado para a acusação, foi afastada a qualificadora, e Eduardo foi condenado por furto (simples a uma pena de um ano de reclusão).

Transcreve-se, para consulta, o Art. 109 do Código Penal.

Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no Art. 110, § 1º, deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: (Redação dada pela Lei nº 12.234 de 2010).

- I. em vinte anos, se o máximo da pena é superior a doze;
- II. em dezesseis anos, se o máximo da pena é superior a oito anos e não excede a doze;
- III. em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito;
- IV. em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro;
- V. em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois;
- VI. em três anos, se o máximo da pena é inferior a um ano. (Redação dada pela Lei nº 12.234 de 2010).

No que diz respeito à pena privativa de liberdade, assinale a opção que indica o prazo para a prescrição intercorrente da pretensão punitiva e o prazo para a prescrição da pretensão executória, respectivamente.

- a) 4 anos e 4 anos.
- b) 12 anos e 4 anos.
- c) 2 anos e 2 anos.
- d) 2 anos e 2 anos e 8 meses.

e) 2 anos e 8 meses e 2 anos e 8 meses.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do instituto da prescrição.

A alternativa D está correta. Com base no artigo 109, inciso V, do Código Penal, verifica-se que a pena aplicada possui prescrição de 4 anos (sem aumento, pois a reincidência somente se aplica na prescrição da pretensão executória). Pelo fato de o agente possuir 20 anos na data da sentença, terá sua prescrição reduzida pela metade, ou seja, 2 anos. Quanto ao segundo fato, Eduardo é reincidente, e, por isso, aplica-se a causa de aumento de 1/3 na pena aplicada na sentença, nos termos do artigo 110, §1º do Código Penal. Portanto, a prescrição da pretensão executória será de 2 anos (24 meses) + 1/3 (8 meses) = 30 meses (2 anos e oito meses).

As alternativas A, B, C e E estão incorretas por conta dos prazos trazidos nos seus respectivos comandos.

QUESTÃO 75. José, sozinho em casa, à noite, temeroso por conta das ameaças à sua vida que recebera nas semanas anteriores, percebeu um vulto se aproximando de sua residência. Ele acreditou ter visto o vulto fazer um movimento com o braço em direção ao bolso do casaco e, depois, apontando em sua direção. Por isso, José entendeu que o vulto portava uma arma de fogo e, estando também armado, disparou primeiro, causando grave ferimento no desconhecido. Instantes depois, percebeu que era apenas o vizinho tentando entregar-lhe uma correspondência. José foi acusado de tentativa de homicídio e alegou, em sua defesa, que acreditou que seria vítima de um disparo.

Sobre a natureza do argumento deduzido pela defesa de José e a consequência jurídico-penal decorrente de sua eventual aceitação, assinale a afirmativa correta.

- a) Trata-se de discriminante putativa, tendo por consequência a exclusão do dolo.
- b) Trata-se de legítima defesa, tendo por consequência a exclusão da ilicitude da conduta.
- c) Trata-se de legítima defesa putativa, tendo por consequência a exclusão da culpabilidade.
- d) Trata-se de erro de tipo permissivo, tendo por consequência a exclusão da ilicitude da conduta.
- e) Trata-se de inexigibilidade de conduta diversa, tendo por consequência a exclusão da culpabilidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre a legítima defesa putativa (discriminantes putativas). Discriminante putativa é aquela em que o agente imagina, erroneamente, estar diante de uma situação fática que autorizaria uma excludente de ilicitude (como legítima defesa, estado de necessidade etc.), nos termos do artigo 20, §1º do Código Penal.

A alternativa A está correta. A doutrina Majoritária e a Exposição de Motivos do Código Penal adoram a Teoria Limitada da Culpabilidade como base. Quanto o erro é inevitável, exclui o dolo (erro de tipo permissivo, consequentemente, fato atípico); quando evitável, responde-se por crime culposo, caso haja previsão legal. Como José errou sobre os pressupostos fáticos da legítima defesa, trata-se de erro de tipo permissivo, que afasta o dolo, não a ilicitude — portanto, não há tentativa de homicídio doloso.

A alternativa B está incorreta. Não se caracteriza a legítima defesa real, pois José não estava, de fato, sendo atacado. Portanto, não se exclui a ilicitude.

A alternativa C está incorreta. A Teoria Limitada, segundo a doutrina majoritária, assevera que a legítima defesa putativa se constitui erro sobre um fato (existência de agressão). Portanto é erro de tipo permissivo, nos termos do artigo 20, -§1º do Código Penal, e, por isso, não exclui a culpabilidade.

A alternativa D está incorreta. O erro de tipo afasta o dolo, tornando o fato atípico. Não há falar em exclusão da ilicitude, pois a situação real era ilícita (disparo injustificado).

A alternativa E está incorreta. Trata-se de erro de tipo permissivo, pois o erro era sobre a percepção fática.

QUESTÃO 76. Gertrudes compra determinado bem de Homero, produto de crime de estelionato praticado por ele, com plena ciência da origem ilícita da coisa. Concluído o inquérito policial, o Ministério Público requer ao Juiz a declaração da extinção da punibilidade do estelionato, por decadência do direito de representação, ao tempo em que oferece denúncia contra Gertrudes pelo crime de receptação dolosa.

O Juiz acolhe o requerimento ministerial, declarando extinta a punibilidade do delito de estelionato, e, recebendo a denúncia pelo crime de receptação, determina a citação de Gertrudes para oferecer resposta à acusação. Na resposta, a defesa requer a extensão a Gertrudes da declaração da extinção da punibilidade do fato, argumentando que o crime que lhe é imputado está relacionado ao estelionato.

Diante do caso descrito, deverá o Juiz

a) declarar extinta a punibilidade da receptação, pois a extinção da punibilidade de crime que é conexo a outro se comunica a este.

b) declarar extinta a punibilidade da receptação, pois a extinção da punibilidade de crime que é elemento de outro se comunica a este.

c) declarar extinta a punibilidade da receptação, pois a extinção da punibilidade de crime que é pressuposto de outro se comunica a este.

d) não declarar extinta a punibilidade da receptação, pois a extinção da punibilidade de crime que é elemento de outro não se comunica a este.

e) não declarar extinta a punibilidade da receptação, pois a extinção da punibilidade de crime que é pressuposto de outro não se comunica a este.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A aborda a diferença entre elemento e pressuposto do crime (Art. 108 do Código Penal). Importante frisar que o crime de receptação pressupõe a existência de um crime anterior, mas não se exige que esse crime seja punido. O crime antecedente é um pressuposto fático da receptação, mas não elemento jurídico de seu tipo penal. Portanto, a extinção da punibilidade do crime antecedente não influi na punibilidade do crime de receptação.

A alternativa A está incorreta, pois não há comunicação automática da extinção entre os crimes narrados no enunciado.

A alternativa B está incorreta. O estelionato não elemento do tipo penal da receptação (mas é pressuposto fático). Portanto, a extinção da punibilidade não se comunica – art. 108, do Código Penal.

A alternativa C está incorreta. Embora o estelionato seja pressuposto fático, a extinção da punibilidade não se comunica ao crime de receptação.

A alternativa D está incorreta. A questão inverteu os conceitos de pressuposto e de elemento do crime de receptação.

A alternativa E está correta. O artigo 108 do Código Penal estabelece que a extinção da punibilidade do crime antecedente não influi na punição do crime subsequente (receptação), e portanto, ele permanece punível.

QUESTÃO 77. A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, conhecida como Convenção de Mérida, estabeleceu medidas de cooperação jurídica internacional para a repressão de delitos de corrupção, lavagem de capitais, peculato, entre outros, dispondo o seguinte:

a) em questões de cooperação internacional, quando a dupla incriminação for um requisito, esse será considerado cumprido se a conduta constitutiva do delito relativo ao qual se solicita assistência for um delito assim qualificado, nos termos da Convenção, independentemente de constituir um delito de acordo com as leis dos Estados Partes.

b) os Estados Partes, em conformidade com a sua legislação interna, procurarão agilizar os procedimentos de extradição e simplificar os requisitos probatórios correspondentes quando o pedido de extradição for relacionado à corrupção.

c) o Estado Parte em cujo território se encontre um presumido criminoso, se não o extradita quando de um delito contra a Administração Pública pelo fato de ser um de seus cidadãos, estará obrigado, quando solicitado pelo Estado Parte que pede a extradição, a executar a sentença penal estrangeira.

d) cada Estado Parte, a fim de atender à solicitação de confisco de bens adquiridos com o proveito das infrações penais qualificadas na Convenção, deverá, em conformidade com a legislação interna, atender às medidas de confisco determinadas por Tribunal de outro Estado Parte. desde que por sentença penal condenatória firme, no prazo de 30 (trinta) dias.

e) os Estados Partes devem evitar a transferência de processos e preferir o processamento simultâneo de ações penais em diversos Estados Partes, a fim de que se atinja, em ao menos algum deles, a efetiva condenação dos responsáveis.

Comentários

A resposta correta é a **alternativa C**. A questão aborda sobre a Convenção de Mérida (Decreto nº 5.687/2006).

A alternativa A está incorreta. O artigo 43, item 2, estabelece que em matéria de cooperação, os Estados devem considerar a possibilidade de prestar assistência, mesmo sem a exigência de dupla tipificação, desde que compatível com seu ordenamento jurídico interno. Ou seja, a dupla incriminação depende da legislação interna de cada Estado Parte e não é dispensada pela mera qualificação da conduta na Convenção.

A alternativa B está incorreta. O erro dessa alternativa foi em restringir a aplicação da Convenção de Mérida apenas aos crimes relacionados à corrupção (Art. 44).

A alternativa C está correta. O Estado que recusar a extradição por nacionalidade (cláusula comum em constituições nacionais), deverá, a pedido do Estado requerente, submeter o caso às suas autoridades competentes para fins de execução penal ou julgamento, com base nos elementos fornecidos. É a prática do “extradite ou julgue”.

A alternativa D está incorreta. Não há o prazo de 30 dias na Convenção.

A alternativa E está incorreta. A Convenção de Mérida não contém dispositivo que trate da vedação ou preferência por simultaneidade de processos penais em diferentes Estados

QUESTÃO 78. Juliano e Pedro decidem subtrair um veículo. Pedro porta arma de fogo, circunstância conhecida pelo comparsa Juliano. Quando a dupla avista um veículo parado no semáforo, Juliano se aproxima e manda a vítima descer e entregar o veículo, ao passo que Pedro aponta a arma de fogo. Assustada com a abordagem, a vítima acelera, Pedro dispara a arma de fogo e atinge a vítima mortalmente. Juliano e Pedro fogem sem levar o veículo, mas são presos por policiais militares que estavam em patrulhamento nos arredores do local do fato. A respeito da responsabilidade penal de Juliano e Pedro, assinale a afirmativa correta.

a) Juliano e Pedro responderão pelo crime de latrocínio tentado.

b) Juliano e Pedro responderão pelo crime de latrocínio consumado.

c) Pedro responderá pelos crimes de roubo circunstanciado tentado e de homicídio consumado, e Juliano responderá pelo crime de roubo circunstanciado tentado.

d) Pedro responderá pelo crime de latrocínio tentado, e Juliano responderá pelo crime de roubo circunstanciado tentado, haja vista que o último não praticou a violência que resultou na morte da vítima.

e) Pedro responderá pelo crime de latrocínio consumado, e Juliano responderá pelo crime de roubo circunstanciado tentado, haja vista que o último não praticou a violência que resultou na morte da vítima.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão versa sobre o crime de latrocínio.

A alternativa A está incorreta. O resultado morte ocorreu, logo, é crime consumado, independentemente da subtração – Súmula 610/STF.

A alternativa B está correta. Juliano e Pedro respondem pelo crime de latrocínio consumado, pois a Súmula 610/STF estabelece que o crime se consuma com a morte do agente. Juliano ao aderir ao plano, responde pelo resultado morte, nos termos do artigo 29, do Código Penal.

A alternativa C, D e E estão incorretas, pois o latrocínio é um crime único e complexo, não se desdobrando em dois tipos penais (roubo + homicídio) e a morte da vítima, durante a execução do roubo, absorve os demais delitos.

QUESTÃO 79. Dionísio é presidente da Comissão de Licitações do município de Carunchos e, mensalmente, dirige seu carro até um shopping center onde recebe uma mochila contendo dinheiro pago por um empresário interessado em obter privilégios em certames públicos locais.

Dionísio usa tais recursos para adquirir imóveis e os transfere, mediante doação, para sua esposa e filhos menores. Dionísio foi filmado, preso e condenado por decisão transitada em julgado pela prática do crime de corrupção. Sobre a situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

a) A partir do trânsito em julgado da condenação, Dionísio perde automaticamente a capacidade para o exercício do poder familiar em relação aos filhos menores para os quais transferiu imóveis adquiridos com os recursos ilícitamente recebidos.

b) O veículo utilizado por Dionísio para recolher mensalmente os pagamentos enquadra-se no conceito legal de instrumento do crime e, por essa razão, está sujeito à perda ou ao confisco.

c) A eventual progressão do regime de cumprimento da pena aplicada a Dionísio está condicionada à reparação do dano causado ou à devolução do produto do ilícito praticado.

d) Os bens correspondentes à diferença entre o valor total do patrimônio de Dionísio e aquele que é compatível com sua renda lícita não podem ser considerados produtos do crime para fins de decretação da perda.

e) A perda do cargo público ocupado por Dionísio deverá ser decretada como efeito da condenação criminal somente se a pena privativa de liberdade aplicada for superior a quatro anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão fala sobre a progressão de regime nos crimes envolvendo a Administração Pública.

A alternativa A está incorreta. A perda do poder familiar, via de regra, somente ocorre com o trânsito em julgado, salvo nos casos envolvendo violência doméstica (cujo efeito é automático).

A alternativa B está incorreta. O instrumento do crime, via de regra, somente é perdido quando é ilícito, salvo se o crime for cometido por organização criminosa, milícia privada ou tráfico de drogas, em que é cabível o confisco.

A alternativa C está correta, pois a progressão de regime, no caso de condenados por crime contra a administração pública, exige a devolução do produto do ilícito ou a reparação do dano causado (salvo impossibilidade de fazê-lo), nos termos do artigo 33, §4º, do Código Penal.

A alternativa D está incorreta. O Artigo 91-A, do Código Penal, permite, no presente caso, a aplicação do confisco alargado, decretando a perda dos bens cujo valor não seja compatível com o patrimônio ilícito do condenado.

A alternativa E está incorreta. Há a possibilidade de perda do cargo público, nos termos do artigo 92, inciso I, do Código Penal, pois o crime envolve abuso ou violação de dever para com a administração pública.

QUESTÃO 80. O jurista alemão Claus Roxin, um dos mais relevantes penalistas contemporâneos, faleceu em 18/02/2025. Entre seu vasto legado de contribuição à Dogmática Penal, encontra-se a Teoria da Imputação Objetiva.

Assinale a opção que mostra o raciocínio consentâneo com a Teoria da Imputação Objetiva, segundo Roxin.

a) A finalidade do Direito Penal é preservar a vigência do ordenamento jurídico.

b) Um resultado apenas pode ser imputado ao tipo objetivo se o agente criou um perigo para o bem jurídico não coberto por um risco permitido.

c) O juízo de tipicidade exige a comprovação da tipicidade conglobante, consistente na averiguação da proibição por meio da indagação do alcance proibitivo da norma, não considerada isoladamente.

d) domínio do fato manifesta-se pela possibilidade de o agente continuar ou interromper o desenvolvimento da execução do crime.

e) Ação, do ponto de vista jurídico-penal, é conduta socialmente relevante, dominada ou dominável pela vontade humana.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão versa sobre a Teoria da Imputação Objetiva, de Claus Roxin.

A alternativa A está incorreta. A teoria mencionada na alternativa é a Teoria do Funcionalismo Sistemico, de Jakobs.

A alternativa B está correta. Para Roxin, a tipicidade penal objetiva não satisfaz apenas com a causalidade. É preciso que o agente tenha criado um risco proibido (ou seja, que o risco seja juridicamente relevante) e que esse risco tenha influído (se materializado) no resultado concreto.

A alternativa C está incorreta. A Teoria da Tipicidade pertence aos pensamentos de Zaffaroni e não de Roxin. Segundo essa teoria, a tipicidade só existe quando há contradição entre a conduta do agente e o ordenamento jurídico como um todo, considerando normas de outros ramos, e não apenas o Direito Penal isoladamente.

A alternativa D está incorreta. A Teoria do Domínio do Fato, de Hans Welzel, diz respeito à autoria e não à imputação objetiva. Claus Roxin até chegou a retomar essa teoria no contexto da autoria mediata, mas ela não é parte da Teoria da Imputação Objetiva. A sua contribuição é bem utilizada nas estruturas organizadas de poder.

A alternativa E está incorreta. A Teoria Social da Ação é de criação de Welzel e não é critério da imputação objetiva de Roxin.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreiraJurídica](#) / [yasminushara](#)